



UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

CAMPUS TOM JOBIM

# Manual para AGO/E

28 de abril de 2015



**Estácio**



## SUMÁRIO:

1. Mensagem do Conselho de Administração.....	3
2. Mensagem do Diretor de Relações com Investidores .....	4
3. Data, horário e local de realização das assembleias gerais ordinária e extraordinária .....	6
4. Procedimentos prévios e prazos .....	6
5. Pedido público de procuração .....	6
6. Matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária .....	8
7. Cópia fiel do edital de convocação.....	8
8. Propostas da administração a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.....	10
8.1 Documentos Anexos à Proposta da Administração .....	16
8.1.1 Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia (conforme item 10 do Formulário de Referência em atendimento ao disposto Art. 9º, III da instrução CVM 481/09).....	16
8.1.2 Anexo 9-1-II - Destinação do lucro líquido (conforme Art. 9º, §1º, II da instrução CVM 481/09).....	46
8.1.3 Informações Relativas aos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/2014 (conforme Art. 10 da instrução CVM 481/09).....	50
8.1.4 Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelece o inciso II do artigo 12 da Instrução CVM 481/09.....	54
8.1.5 Aquisição de controle da ORPES (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09).....	89
8.1.6 Aquisição de controle da Estácio Manaus (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09).....	95
8.1.7 Aquisição de controle da CEUT (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09) .....	103
8.1.8 Informações sobre Avaliadores (Anexo 21 da Instrução CVM 481/09).....	109
8.1.9 Pedido de Procuração (Anexo 23 da Instrução CVM 481/09).....	111
9. Modelo de Procuração .....	114

## 1. Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é hoje uma empresa que se caracteriza pelo seu controle acionário pulverizado, concedendo direitos iguais e mecanismos de proteção para seus acionistas. Nossas ações são listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

Em linha com a política de governança corporativa adotada pela Companhia, e dentro dos princípios de transparência, homogeneidade e equidade definidos para o nosso relacionamento com nossos investidores, é com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Estácio Participações S.A. (“Assembleias”), convocadas para o dia 28 de abril de 2015, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, sala 601, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

As matérias a serem deliberadas nas Assembleias estão descritas no Edital de Convocação e neste Manual.

Para a instalação das Assembleias em primeira convocação será necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% do capital social da Companhia. Caso este quórum não seja alcançado, será necessária uma segunda convocação em data a ser definida, o que representará custo adicional para Companhia.

Como a Estácio é uma companhia de capital pulverizado, estamos unindo esforços para realizar as Assembleias em primeira convocação e, por isso, iremos investir no pedido público de procuração, com o intuito de garantir a maior participação possível de nossos acionistas nas Assembleias. Contamos com a sua participação, pois serão tratadas questões relevantes para a Companhia e que refletem na geração efetiva de valor para nossos acionistas. Esperamos que este Manual, assim como os Anexos estabelecidos pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481/09”) que fazem parte integrante do mesmo, lhes sejam úteis para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como um facilitador para a tomada de decisão.

A sua participação nas Assembleias e o seu voto são de fundamental importância. Contamos com a sua presença, aproveitando para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,

**Eduardo Alcalay**

Presidente do Conselho de Administração.

## 2. Mensagem do Diretor de Relações com Investidores

É com satisfação que os convocamos para as Assembleias da Estácio. Conforme poderão verificar, 2014 foi um ano de excelentes resultados para a Companhia. Podemos destacar dentre outros êxitos:

- ❖ *Uma companhia de abrangência nacional:* A ampliação das operações da Estácio no Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil com a aquisição das Sociedades: (i) UniSEB Cursos Superiores Ltda. (“UniSEB”); (ii) ORPES – Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. (iii) Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., nova denominação social do Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional UNICEL Ltda.; e (iv) CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda.; garantiu a nossa presença em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, seja com operações presenciais ou polos de ensino a distância.
- ❖ *Ampliação das operações no mercado de São Paulo e foco no segmento de ensino a distância:* Com relação ao crescimento no segmento de ensino a distância, a aquisição da UniSEB, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Assembleia Geral de Acionistas da Estácio realizada em 1º de julho 2014, agregou mais 111 novos polos espalhados pelo Brasil, além de marcar a nossa entrada no mercado de ensino a distância de São Paulo, uma praça extremamente estratégica, por se tratar do maior centro urbano do país, e alinhada com o modelo de ensino online da Estácio.
- ❖ *Melhoria substancial de qualidade acadêmica:* Os cursos da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2013 (com resultados divulgados em 2014) obtiveram resultados satisfatórios no Conceito Preliminar de Curso (CPC) em aproximadamente 80% do total de cursos avaliados. Estes conceitos satisfatórios, comparados a 2010 (ciclo equivalente), evoluíram em 52%, comparando com o número total de cursos avaliados em 2010. Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), 85% das Instituições de Ensino Superior (“IES”) da Companhia obtiveram conceitos satisfatórios em 2013. Já em relação às visitas *in loco*, relevantes para a consolidação do modelo de ensino da Estácio em termos regulatórios, dentre as avaliações deste tipo realizadas pelo Ministério da Educação (“MEC”) (196 visitas), 100% de seus cursos avaliados em todo o Brasil em 2014 receberam notas 3, 4 e 5 em uma escala de 1 a 5.
- ❖ *Acolhimento de mais de 10 mil alunos oriundos do Centro Universitário da Cidade (“Univercidade”) e Universidade Gama Filho:* Com o descredenciamento anunciado pelo MEC do Centro Universitário da Cidade e da Universidade Gama Filho, foi aberta uma chamada pública para o Processo de Transferência Assistida, de modo que outras instituições pudessem acolher os alunos destas instituições. A escolha do MEC pela Universidade Estácio de Sá (ao lado da Universidade Veiga de Almeida e da Faculdade de Tecnologia Senac Rio, que formaram juntas o Consórcio Rio Universitário), evidenciou a nossa credibilidade e reconhecimento junto ao MEC. O resultado contemplou cursos de bacharelado e licenciatura, com especial ênfase para a escolha do curso de Medicina da Estácio, confirmada por comissão avaliadora específica. Ao todo, cerca de 10 mil alunos de 32 cursos de graduação (incluindo 2 mil alunos de Medicina), se tornaram aptos a se juntar à base de alunos da Estácio em 2014.

Como os senhores têm conhecimento, o objetivo deste Manual é reunir, em um único documento, todas as informações e esclarecimentos a respeito das Assembleias da Estácio, facilitando assim o acesso a tais dados e esclarecimentos.

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, facultaremos aos nossos acionistas, como já o fazemos desde as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ocorridas em abril de 2011, o voto a distância por meio do sistema “Assembleias Online” (vide o item 4 deste Manual).

Os senhores poderão encontrar neste Manual, dentre outras informações:

- ❖ a data, hora e local de realização da Assembleia;
- ❖ procedimentos prévios à realização da Assembleia;
- ❖ as matérias a serem deliberadas na Assembleia;
- ❖ cópia do Edital de Convocação;
- ❖ propostas da Administração;
- ❖ anexos ao Edital de Convocação exigidos pela Instrução CVM 481/09; e
- ❖ o modelo de procuração, para o caso de V. Sas. se fizerem representar por procurador.

Nossa equipe de Relações com Investidores está preparada e à disposição para dirimir quaisquer dúvidas ou para orientá-los.

Contamos com a sua presença, aproveitando para apresentar nossa consideração e apreço.

Muito obrigado,

**Virgílio Gibbon**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### 3. Data, horário e local de realização das assembleias gerais ordinária e extraordinária

**Data:** 28 de abril de 2015

**Horário:** 11:00 hs

**Local:** Sede da Companhia, localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, sala 601, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

### 4. Procedimentos prévios e prazos

Para participarem das Assembleias, os Acionistas deverão apresentar:

- (i) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional, em se tratando de pessoa física;
- (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”) emitido com antecedência de dez dias da data de realização das Assembleias;
- (iii) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até dois dias úteis antecedentes à data das Assembleias.
- (iv) instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado, na hipótese de representação do acionista por procurador, na forma do §1º do art. 126 da Lei 6.404/76. Para auxiliar os acionistas, poderá ser utilizado o modelo de procuração sugerido no item 9 deste Manual. Os acionistas poderão utilizar outras procurações que não a do modelo sugerido neste Manual, desde que em conformidade com o disposto na Lei 6.404/76 e no Código Civil Brasileiro; e
- (v) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes, no caso de pessoa jurídica.

Os documentos listados nos itens (ii) a (v) acima deverão ser entregues em original ou cópia simples e poderão ser encaminhados por correspondência ou por e-mail, até 2 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia.

### 5. Pedido público de procuração

Os acionistas poderão comparecer pessoalmente às Assembleias ou fazerem-se representar por procurador constituído por meio de instrumento de mandato, conforme anunciado no Comunicado de Pedido Público de Procuração. Visando facilitar a participação de seus acionistas na Assembleia, caso não possam comparecer pessoalmente ou não possam ser representados por procurador indicado a seu critério, os acionistas poderão nomear os procuradores abaixo indicados que a Companhia está disponibilizando para auxiliá-los.

Na forma da Instrução CVM 481/09, os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio dos procuradores sugeridos pela Companhia, devem outorgar poderes, conforme os votos a serem proferidos, aos indicados abaixo:

- 1) Para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia:  
**Anibal José Grifo de Sousa**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 126.120, emitida em 17/06/2004 pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.381.497-11, e **Thiago Reis Virgínio**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 190.036, expedida pela OAB/RJ em 07/11/2014, e inscrito no CPF/MF sob o nº 124.324.987-04, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/ RJ.
- 2) Para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia:  
**Viviane Pires de Souza Araujo**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 144.479, expedida pela OAB/RJ em 16/06/2008, e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.590.067-40, e **Daniel Bayer**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 110.331, expedida pela OAB/RJ em 15/05/2009, e inscrito no

CPF/MF sob o nº 925.318.497-34, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/ RJ;

- 3) Para **ABSTER-SE** nas matérias constantes da ordem do dia:  
**Simone Wilches Braga**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 97.249, emitida em 04/09/2009 pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 992.969.427-72 e **Diogo Pereira de Oliveira**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 188.068, expedida pela OAB/RJ em 17/06/2014, e inscrito no CPF/MF sob o nº 119.459.517-02, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/RJ.

O modelo de procuração está disponível no item 09 deste Manual. O recebimento das procurações no âmbito do pedido público de procuração iniciar-se-á no dia 13 de abril de 2015 e findar-se-á até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização das Assembleias.

Conforme consta no Edital de Convocação das Assembleias, a Companhia aderiu ao sistema “Assembleias Online”, objetivando facilitar e incentivar a participação de seus acionistas.

Para que possa votar via Internet pelo sistema “Assembleias Online”, o acionista precisa se cadastrar no endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) e obter (gratuitamente) seu certificado digital, seguindo os passos descritos abaixo:

#### **Passo 1 – Cadastramento no portal:**

- a) Acesse o endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) clique em “cadastro e certificado” e selecione seu perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);
- b) Preencha o cadastro e clique em cadastrar, confirme os dados, e em seguida, terá acesso ao Termo de Adesão, no caso de pessoa física, e/ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica.\* O termo de adesão e/ou de representação deve(m) ser impresso(s), rubricado(s) em todas as páginas, assinado(s) e ter sua(s) firma(s) reconhecida(s).

\*Caso já possua um Certificado digital emitido pela ICP-Brasil é necessário efetuar apenas o cadastro e assinar digitalmente o “Termo de Adesão” para estar apto a votar nas assembleias.

#### **Passo 2 – Validação de cadastro e recebimento do certificado digital**

- a) O acionista receberá um e-mail do portal “Assembleias Online”, relacionando os documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão e/ou o termo de representação, mencionado acima. O único custo ao acionista refere-se ao envio da documentação por correio para o endereço do Assembleias Online, conforme referido no e-mail.
- b) Assim que sua documentação for validada pela equipe do portal “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.
- c) Após emitido o certificado, o acionista já estará pronto para votar, via internet, nas Assembleias Gerais.

#### **Passo 3 – Votação na Assembleia pela plataforma**

O processo de cadastramento terá início em 13 de abril de 2015, décimo dia útil após a 1ª publicação do Edital de Convocação e após concluído, os acionistas validados terão o período de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia Geral, para exercer o seu voto através do sistema. Neste caso, o acionista recebe por e-mail o comprovante de seu voto.

As informações relativas aos procuradores que exercerão o direito de voto e as maneiras de manifestações de voto foram indicadas acima.

Em caso de dúvida, favor contatar: Flávia Menezes de Oliveira - Gerente de Relações com Investidores, telefone: 55-21-3311-9700, e-mail: ri@estacioparticipacoes.com

Endereço da Sede: Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, sala 601, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22775-040.

## **6. Matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**

Descritas no item a seguir.

## **7. Cópia fiel do edital de convocação**

O Edital de Convocação das Assembleias da Estácio será amplamente divulgado, através da publicação nas edições dos dias 27, 30 e 31 de março de 2015 do jornal Valor Econômico, edição nacional e do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Consta a seguir a transcrição de seu conteúdo:

---

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os Acionistas da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) convidados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“Assembleias”), a serem realizadas em 28 de abril de 2015, às 11 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, sala 601, Ed. Rio Office Park, Barra da Tijuca, CEP 22775-040, Rio de Janeiro/RJ (“Sede”), para tratarem das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

#### **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:**

- (i) apreciar o Relatório Anual da Administração e tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos e a retenção do saldo remanescente do lucro líquido para fazer frente ao orçamento de capital, tudo relativo ao exercício encerrado em 31.12.2014;
- (iii) aprovar o orçamento de capital;
- (iv) instalar e eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;
- (v) fixar a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

#### **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) ratificar a (i) aquisição da totalidade das quotas do capital social por meio da controlada da Companhia Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.: (a) da **Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda.**, mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01.07.2014; (b) do **Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda.**, cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07.08.2014; e (c) do **Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda.**, mantenedor da Faculdade de

Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18.11.2014, bem como (ii) todos os atos e deliberações tomadas pela administração da Companhia, necessários à condução e implementação das aquisições acima referidas, incluindo mas não se limitando à contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração dos laudos de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei nº 6.404/76;

- (ii) ratificar a manutenção da dispensa da aplicabilidade do art. 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações e do art. 2º, §3º da Instrução CVM nº 367/02 concedida em 01.07.2014 pelos acionistas da Companhia aos Conselheiros Srs. Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher, em razão de autorização concedida pelo Ministério da Educação – MEC aos referidos Conselheiros para operar uma nova faculdade na cidade de Araçatuba, São Paulo.

Informações Gerais: **(a)** os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos Acionistas, para consulta, (i) na Sede da Companhia; (ii) no site da Companhia, [www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br); (iii) no site da Assembleia Online, [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br); e (iv) no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); **(b)** o (s) Acionista(s) deverá(ão) apresentar e depositar, na Sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria Jurídica, com no mínimo dois dias úteis de antecedência ao dia da realização das Assembleias, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do acionista outorgante, devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, e o respectivo mandato, em qualquer caso, deve ter sido outorgado há menos de um ano; (ii) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes, no caso de pessoa jurídica; (iii) cópia de extrato emitido com, no máximo, dez dias de antecedência da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; e, (iv) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até dois dias úteis antecedentes à data da Assembleia. Minutas dos instrumentos de mandato a serem firmados pelos acionistas outorgantes poderão ser encontradas no site da Companhia ([www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br)); **(c)** além disso, os acionistas podem, ainda, optar por votar as matérias constantes deste Edital mediante a utilização do pedido público de procuração, conforme a Instrução da CVM nº 481, de 17.12.2009, conforme alterada. O recebimento de procurações eletrônicas se dará por intermédio da plataforma Assembleias Online, no endereço eletrônico [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br). Para tanto, é necessário que os acionistas realizem seu cadastro nesta plataforma; e **(d)** os documentos entregues na sede da Companhia aos cuidados da Diretoria Jurídica, serão recepcionados no horário compreendido entre 09h00 e 18h30, de segunda a sexta, excluídos feriados nacionais ou específicos do Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

**Eduardo Alcalay**

Presidente do Conselho de Administração

**8. Propostas da administração a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**

Senhores Acionistas,

A Administração da Estácio vem, através da presente, apresentar aos Senhores Acionistas as propostas acerca de vários temas a serem submetidos à sua apreciação, quais sejam:

**Em sede de Assembleia Geral Ordinária:****1) APRECIAR O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2014:**

**CONSIDERANDO** que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2014, e publicados no dia 20 de março de 2015 no jornal “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 18 de março de 2015 e observado o disposto no inciso “I” do artigo 132 da Lei 6.404/76;

**CONSIDERANDO** a recomendação favorável do Comitê de Auditoria e Finanças, do Conselho Fiscal à aprovação dos documentos acima e o parecer sem ressalvas da Auditoria Externa;

**CONSIDERANDO** que se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores e nos sites da Estácio e da CVM, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014;
- (c) Parecer dos Auditores Independentes;
- (d) Formulário DFP de 2014 (Demonstrações Financeiras Padronizadas);
- (e) Parecer do Conselho Fiscal da Estácio; e
- (f) Parecer do Comitê de Auditoria e Finanças

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Estácio requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme art. 9º, item (III) da Instrução CVM 480/09, encontram-se descritos no item 8.1.1 deste Manual.

**PROPOMOS** que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2014 sejam apreciados e aprovados pelos Srs. Acionistas.

**2) DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E A RETENÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO PARA FAZER FRENTE AO ORÇAMENTO DE CAPITAL, TUDO RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2014:**

**CONSIDERANDO** o quanto disposto no art. 192 da Lei 6.404/76, e que, relativamente ao exercício social findo em 31.12.2014, foi apurado lucro líquido no valor total de **R\$425.645.329,56** (quatrocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos).

**PROPOMOS** que o mesmo receba a seguinte destinação:

**a) Reserva Legal:**

Conforme previsto no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido seja destinado à constituição de reserva

legal no montante de **R\$21.282.266,48** (vinte e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

**b) Distribuição de Dividendo:**

Do lucro líquido ajustado do exercício de 2014, a Administração propõe a distribuição de dividendos aos Acionistas no correspondente a 25% do Lucro Líquido do exercício, no montante de **R\$101.090.765,77** (cento e um milhões, noventa mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), sendo o valor por ação, considerando a base acionária de 09.03.2015, de R\$0,3286851, a serem pagos à vista em 30.06.2015.

**c) Retenção de Lucros:**

Do lucro líquido ajustado do exercício de 2014, a Administração propõe a retenção de lucros no montante de **R\$303.272.297,31** (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), para aplicação prevista no Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2015.

Os detalhes sobre a proposta da destinação do lucro líquido da Companhia encontram-se descritos no item 8.1.2 deste Manual, em atendimentos ao disposto no Art. 9º, §1º, item “ii” do Ar da Instrução CVM 481/09.

**3) APROVAR O ORÇAMENTO DE CAPITAL:**

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Estácio Participações S.A.

Tendo em vista as tendências de crescimento dos negócios em 2015, serão necessários investimentos em infraestrutura, tecnologia, inovação, expansão, dentre outros, conforme abaixo descritos. Para concretizar tais investimentos será necessária a formação da Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$303.272.297,31 (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), proveniente do lucro líquido do exercício de 2014.

O valor destinado para a Reserva de Retenção de Lucros servirá para financiamento de parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2015.

O valor do orçamento de capital de 2015, compreendendo imobilizado a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral que será realizada em 28.04.2015 é de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

Para fazer frente a este plano de investimento, teremos as seguintes origens:

- a) R\$303.272.297,31 (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) de Reserva de Retenção de Lucros; e,
- b) R\$46.727.702,69 (quarenta e seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e dois reais e sessenta e nove centavos) de Recursos de terceiros.

**Aplicação de Recursos**

Investimentos em Ativos Fixos - Infraestrutura	2015
Laboratórios e Livros	21.000.000
Adequação/Melhoria de Unidades	46.000.000
Equipamento informática	10.000.000
Expansão de Unidades	20.000.000
Modelo de Ensino (Presencial, EaD, Pós, Fabrica Conhecimento)	26.000.000
Tecnologia da Informação	65.000.000
Tablet para Alunos	7.000.000

Aquisição e novas unidades	155.000.000
<b>Total Geral</b>	<b>350.000.000</b>

**4) INSTALAR E ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:**

**CONSIDERANDO** a necessidade de instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros titulares e suplentes para exercerem seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária de 2016, em consonância com o disposto no Artigo 25 do Estatuto Social e no §2º do artigo 161 da Lei 6.404/76;

**PROPOMOS** a instalação do Conselho Fiscal e a reeleição dos membros abaixo elencados para compor tal órgão, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária de 2016 (relativa ao exercício findo em 31.12.2015), os quais se encontram totalmente desimpedidos, nos termos da lei, para o exercício de suas funções:

<b>Membros Efetivos</b>	<b>Membros Suplentes</b>
Pedro Wagner Pereira Coelho	Ronaldo Weinberger Teixeira
Emanuel Sotelino Schifferle	Alexei Ribeiro Nunes
Rodrigo Magela Pereira	Beatriz Oliveira Fortunato

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no item 8.1.3 deste Manual, o qual contempla as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, e conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/2014, em virtude da orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2015.

**6) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:**

**CONSIDERANDO** a necessidade de fixação do montante global anual para a remuneração dos membros dos Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia (em conjunto, "Administradores") e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2015, em consonância com o disposto no art. 9º, inciso "iii" do Estatuto Social;

**PROPOMOS** que seja aprovada a proposta de remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2015, no valor de até R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) (ex-encargos), a qual inclui os valores previstos de remuneração fixa (incluindo salário ou pró-labore, benefícios e participação em comitês), participação nos resultados, bem como os valores devidos no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo da Diretoria Estatutária ("ILP"). É importante destacar que para fins da determinação do montante acima, observou-se o disposto no artigo 162, § 3º, da Lei 6.404/76, de que o valor da remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal, deverá corresponder a, no mínimo, 10% daquela atribuída, em média, para cada Diretor da Companhia. Por fim, seguem abaixo os seguintes esclarecimentos adicionais:

- Período a que se refere a presente proposta de remuneração:* A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, qual seja, o exercício social corrente.
- Comentários sobre os valores aprovados na Proposta de Administração em 2014 e os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados:* Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2014 foi aprovado o montante de até R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ex-encargos, a título de remuneração dos Administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal para o período compreendido entre maio de 2014 até a Assembleia Geral Ordinária de 2015. O montante efetivamente reconhecido a título de remuneração (ex-encargos) para o exercício social de 2014 foi de R\$17.900 mil (dezessete milhões e novecentos mil reais). A

diferença entre os valores previsto e efetivamente realizados decorre principalmente da não correspondência entre o período coberto pela proposta original (valores previstos para o período de maio de 2014 até a Assembleia Geral Ordinária de 2015) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social de 2014).

- c) *Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da Companhia:* O valor da remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal proposto para o período compreendido entre maio de 2014 até a Assembleia Geral Ordinária de 2015, foi de até R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ex-encargos, enquanto o valor da remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2015, foi de até de R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). A diferença entre os valores acima propostos, decorre principalmente da não correspondência entre os períodos acima destacados.

Para informações detalhadas sobre os elementos que compõem a proposta de remuneração acima descrita (remuneração fixa (incluindo salário ou pró-labore, benefícios, participação em comitês), participação nos resultados, bem como os valores devidos no âmbito do ILP), ver o item 13.2 do item 8.1.4 deste Manual, o qual também apresenta informações adicionais sobre os valores previstos para 2015 relativos a encargos e ao reconhecimento contábil das opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2008.

Destacamos que as informações sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração da Companhia nos termos do item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no art. 12, item (II) da Instrução CVM 481/09, encontram-se descritas no item 8.1.4 deste Manual.

#### **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:**

**I) A - RATIFICAR A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO PARAENSE EDUCACIONAL E DE EMPREENDIMENTOS LTDA. ("ORPES")., MANTENEDORA DA FACULDADE ESTÁCIO DE BELÉM, NOVA DENOMINAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DA AMAZÔNIA;**

**CONSIDERANDO** o Fato Relevante publicado em 01.07.2014 e a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, sobre a aquisição da ORPES;

**PROPOMOS** ratificar a aquisição da totalidade das quotas do capital social da ORPES, mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, com sede e campus na cidade de Belém, estado do Pará, através da controlada indireta da Companhia, Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), bem como aprovar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei 6.404/76, ratificando, ainda, todos os atos e deliberações tomadas pela Administração da Companhia e necessários à condução e implementação da referida aquisição.

**Justificativa:** A aquisição da ORPES consolidou as atividades da Companhia em Belém e possibilitou a expansão da Companhia em um mercado em que já atua, tornando-se, assim, uma das maiores instituições de ensino superior privado do estado do Pará. Além disso, tal aquisição complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de engenharia e gestão. Por fim, a operação na cidade permitiu a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Os detalhes sobre a referida aquisição se encontram descritos nos itens 8.1.5 e 8.1.8 deste Manual, em atendimento ao disposto nos artigos 19 e 21 da Instrução CVM 481/09.

***1) B - RATIFICAR A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL UNICEL LTDA., CUJA DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁ EM FASE DE ALTERAÇÃO PARA SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO AMAZONAS LTDA. (“ESTÁCIO AMAZONAS”), MANTENEDORA DA FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS, NOVA DENOMINAÇÃO DA FACULDADE LITERATUS;***

**CONSIDERANDO** o Fato Relevante publicado em 07.08.2014 e a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta mesma data sobre a aquisição da Estácio Amazonas;

**PROPOMOS** ratificar a aquisição da totalidade das quotas do capital social da Estácio Amazonas, mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, instituição com sede e campus na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através da controlada indireta da Companhia, ATUAL, bem como aprovar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei 6.404/76, ratificando, ainda, todos os atos e deliberações tomadas pela Administração da Companhia, necessários à condução e implementação da referida aquisição.

**Justificativa:** a aquisição da Estácio Amazonas significou a entrada da Companhia na capital amazonense e possibilitou a expansão das operações na região norte do país, através de um dos seus principais mercados. Além disso, o amplo portfólio de cursos cobre os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para os cursos das áreas de saúde, engenharia e gestão.

Os detalhes sobre a referida aquisição se encontram descritos nos itens 8.1.6 e 8.1.8 deste Manual, em atendimento ao disposto nos artigos 19 e 21 da Instrução CVM 481/09.

***1) C - RATIFICAR A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL DO CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE TERESINA LTDA. (“CEUT”), MANTENEDOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, SAÚDE, EXATAS E JURÍDICAS TERESINA.***

**CONSIDERANDO** o Fato Relevante publicado em 18.11.2014 e a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta mesma data sobre a aquisição do CEUT;

**PROPOMOS** ratificar a aquisição da totalidade das quotas do capital social do CEUT, mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina, instituição com sede e campus na cidade de Teresina, Estado do Piauí, através da controlada indireta da Companhia, ATUAL, bem como aprovar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei 6.404/76, ratificando, ainda, todos os atos e deliberações tomadas pela Administração da Companhia, necessários à condução e implementação da referida aquisição.

**Justificativa:** a aquisição do CEUT possibilitou a expansão e consolidação da nossa marca na região nordeste do país, através de um dos seus principais mercados. O portfólio de cursos cobre segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com destaque para os cursos das áreas de saúde, gestão, comunicação social e, principalmente, direito. Por meio desta aquisição, a Estácio está presente em todos os estados da federação e no Distrito Federal, por meio de sua rede de 85 unidades presenciais e mais de 160 polos de ensino a distância. A cobertura nacional é a conquista de uma das principais diretrizes estratégicas da Estácio.

Os detalhes sobre a referida aquisição se encontram descritos nos itens 8.1.7 e 8.1.8 deste Manual, em atendimento ao disposto nos artigos 19 e 21 da Instrução CVM 481/09.

**II) RATIFICAR A MANUTENÇÃO DA DISPENSA DA APLICABILIDADE DO ART. 147, §3º DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES E DO ART. 2º, §3º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 367/02 CONCEDIDA EM 01.07.2014 PELOS ACIONISTAS DA COMPANHIA AOS CONSELHEIROS SRS. CHAIM ZAHER E THAMILA CEFALI ZAHER, EM RAZÃO DE AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC PARA OPERAR UMA NOVA FACULDADE NA CIDADE DE ARAÇATUBA, SÃO PAULO.**

**CONSIDERANDO** a dispensa da aplicabilidade do art. 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações e do art. 2º, §3º da Instrução CVM nº 367/02 aprovada em 01.07.2014 pelos acionistas da companhia aos conselheiros Srs. Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher (“Conselheiros da Família Zaher”), em razão dos mesmos serem administradores e/ou sócios de sociedades que atuam no setor de educação superior e que, portanto, poderiam ser considerados potenciais concorrentes da Companhia.

**CONSIDERANDO** que a sociedade mantenedora SEB Sistema Educacional Brasileiro Ltda., que tem como sócios os Conselheiros da Família Zaher recebeu a autorização do Ministério da Educação – MEC para operar o Instituto de Ensino Superior – Faculdade Thathi COC (“Faculdade TC”), em Araçatuba e que têm a necessidade de iniciar a operação para não perder o credenciamento. Este pedido de credenciamento foi protocolado no MEC em momento anterior ao da aquisição da UNISEB Cursos Superiores Ltda. (“UNISEB”) pela Companhia e este ativo não constou do rol de sociedades e licenças que a Companhia tinha a possibilidade de optar pela compra, nos termos estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação e outras Avenças, firmado em 12.09.2013, relativo à aquisição da UNISEB, em razão de análises realizadas à época.

**PROPOMOS** ratificar a dispensa acima referida para fazer constar a Faculdade TC, que será mantida pela SEB Sistema Educacional Brasileiro Ltda.

Justificativa: Tendo em vista a natureza pré-operacional da licença para operar a Faculdade TC, bem como da necessidade expressa pelos Conselheiros da Família Zaher de iniciarem a operação de modo a não perder o credenciamento concedido pelo MEC, a Administração da Companhia em nada se opõe a ratificação da dispensa.

Caso aprovada a dispensa da aplicabilidade do art. 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações e do art. 2º, §3º da Instrução CVM nº 367/02 os Srs. Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher, deverão apresentar declaração de desimpedimento atualizada nos termos da Instrução CVM nº 367/02, com a ressalva quanto à sua participação como administradores e/ou sócios, conforme o caso, das sociedades indicadas na ocasião da Assembleia Geral Extraordinária de 01.07.2014.

---

Como se verifica, as propostas acima têm como objetivo atender aos legítimos interesses dos Acionistas e da Companhia, motivo pelo qual a Administração espera que elas sejam aprovadas na íntegra pelos senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

**ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Administração

## 8.1 Documentos Anexos à Proposta da Administração

**8.1.1 Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia (conforme item 10 do Formulário de Referência em atendimento ao disposto Art. 9º, III da instrução CVM 481/09)**

### 10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, se referem às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site ([www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a terceira maior organização privada do setor de ensino superior no Brasil de acordo com dados do INEP referentes ao ano de 2013 e, na opinião de nossos Diretores, possuímos condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar nosso plano de negócios e cumprir nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Com relação às nossas principais condições patrimoniais, vale destacar que em 31 de dezembro de 2014, a nossa dívida líquida (assim considerada a subtração de caixa e disponibilidades e endividamento bruto) totalizou R\$46,9 milhões, comparada a R\$ 416,4 milhões, R\$ 172,0 milhões negativa, respectivamente em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A redução da nossa dívida líquida no período compreendido entre os exercícios sociais de 2012 e 2014 decorreu em função da Oferta Pública de Ações realizada em janeiro de 2013, onde a Companhia arrecadou R\$ 616,8 milhões através de Oferta Primária de Ações.

Neste mesmo período o nosso índice de endividamento (assim considerado como a divisão do passivo circulante e não circulante pelo ativo total) em 31 de dezembro de 2014, foi de 0,32 comparado a 0,29 em 31 de dezembro de 2013 e 0,43 em 31 de dezembro de 2012, permanecendo em nível confortável para Companhia e em linha com os valores apresentados nos dois exercícios anteriores.

Nossos Diretores entendem que nosso capital de giro líquido (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e operacionais, refletindo adequadamente nossa capacidade de: (a) gerenciamento dos nossos negócios e nos proporcionando o financiamento necessário para o atendimento de nossa estratégia de negócios e (b) gerenciar adequadamente as relações com os nossos fornecedores e clientes.

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$1.077,0 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o nosso capital de giro líquido era de R\$979,9 milhões e R\$317,9 milhões, respectivamente. O aumento do nosso capital de giro líquido verificado em 31 de dezembro de 2014 comparado aos dois exercícios anteriores decorreu principalmente do aumento expressivo registrado no ativo circulante da Companhia.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez, considerando o nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), que em 31 de dezembro de 2014 era 3,70. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, por sua vez, o nosso indicador de liquidez corrente era 4,38 e 2,64, respectivamente. A redução do nosso indicador de liquidez corrente de 15% de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2013 decorreu, principalmente, do aumento das rubricas de salários e encargos sociais e dividendos a pagar. Adicionalmente, o aumento do índice de liquidez corrente de 40% em 31 de dezembro de 2014, quando comparado a 31 de

dezembro de 2012, reflete, basicamente, o aumento registrado no nosso ativo circulante.

Adicionalmente, temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que atualmente nos garante que os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, sejam suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e de nossa estratégia de expansão. Para mais informações sobre a estrutura do nosso capital e nossas fontes de financiamentos, ver os itens 10.1(b) e 10.1(d) abaixo.

#### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

Em 31 de dezembro de 2014, segundo nossos Diretores, aproximadamente 68% das nossas atividades eram financiadas por meio de nosso capital próprio e aproximadamente 32% por meio de capital de terceiros. Na referida data, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$2.392,9 milhões, enquanto nosso endividamento (assim considerado como a soma do nosso passivo circulante e do passivo não circulante) totalizou R\$ 1.121,3 milhões, dos quais R\$ 589,2 correspondiam a empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 71% das nossas atividades eram financiadas por meio do nosso capital próprio e aproximadamente 29% por meio de capital de terceiros. Em tal data, nosso patrimônio líquido totalizou R\$1.517,6 milhões, enquanto nosso endividamento totalizou R\$621,0 milhões, dos quais R\$274,9 milhões consistem em empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, por sua vez, aproximadamente 57% das nossas atividades eram financiadas por meio do nosso capital próprio e aproximadamente 43% por meio de capital de terceiros. Na referida data, nosso patrimônio líquido totalizou R\$707,03 milhões, enquanto nosso endividamento correspondeu a R\$532,78 milhões, dos quais R\$279,72 milhões se referem a empréstimos e financiamentos.

##### ***i. Hipóteses de resgate***

Além das previstas na legislação, não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão.

##### ***ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate***

Tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente exigidas, também não há a respectiva fórmula de cálculo.

#### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Nossos Diretores entendem que nossos níveis de geração de caixa operacional e de endividamento nos permitem honrar nossos compromissos financeiros, conduzir nossas atividades operacionais e implementar nossa estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para tais fins.

Adicionalmente, os prazos de pagamento das principais despesas da nossa Companhia, como pagamentos ao corpo docente e ao nosso pessoal administrativo e o pagamento de custos de locação de espaço, coincidem, em sua maior parte, com os prazos de recebimento das mensalidades dos alunos, principal origem de receitas da nossa Companhia. Assim, o ciclo operacional e financeiro da nossa Companhia apresenta alto índice de sintonia entre a maior parte de nossas despesas com o recebimento da maior parte de nossas receitas.

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) era de R\$589,2 milhões. Esse montante era composto, principalmente pelas duas emissões de debêntures realizadas pela nossa Companhia, no valor total de R\$500,0 milhões, pelos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao International Finance Corporation (“IFC”) no valor de R\$48,5 milhões e R\$20,3 milhões e pela capitalização de *leasing* com equipamentos no valor de R\$9,7 milhões. Na mesma data, o valor de nosso endividamento

bruto totalizou R\$668,3 milhões, observado que tal valor contempla o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima referido, bem como os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas (R\$59,7 milhões em 31 de dezembro de 2014) e o nosso saldo a pagar de tributos parcelados (R\$19,4 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, contávamos com um caixa líquido de R\$46,8 milhões, composto pelo nosso caixa somado aos equivalentes de caixa e subtraído do endividamento bruto de R\$668,3 milhões. Como a Companhia registrou caixa líquido positivo, ou seja, o total de caixa e equivalentes de caixa superou o endividamento bruto, não havia exposição em relação ao *covenant* Dívida Líquida/EBITDA. Ainda, na referida data, como nossa Despesa Financeira Líquida foi negativa, ou seja, registramos uma receita financeira superior a nossa despesa financeira, também não tínhamos exposição ao índice de EBITDA/Despesa Financeira Líquida, usualmente utilizado para mensurar a capacidade da Companhia cobrir seus gastos com os juros das dívidas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2013, o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos), era de R\$274,9 milhões. Esse montante correspondia à nossa primeira emissão de debêntures, no valor de R\$201,2 milhões, aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao IFC no valor de R\$64,4 milhões, ao empréstimo celebrado com o Banco do Nordeste, no valor de R\$1,6 milhão e à capitalização de *leasing* com equipamentos no valor de R\$7,7 milhões. Na mesma data, o valor de nosso endividamento bruto, totalizou R\$322,8 milhões. Ressaltamos que também integram nosso endividamento bruto os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas, bem como o nosso saldo a pagar de tributos parcelados. Dessa forma, para determinar o valor do nosso endividamento bruto acima referido (R\$322,8 milhões), somamos nosso endividamento (empréstimos de financiamento) de R\$274,9 milhões, com o saldo a pagar de tributos de R\$8,4 milhões e os compromissos para pagamentos futuros de R\$39,5 milhões.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, contávamos com um caixa líquido de R\$416,4 milhões, composto pelo nosso caixa somado aos equivalentes de caixa e subtraído do endividamento bruto de R\$322,8 milhões. Como a Companhia registrou caixa líquido positivo, ou seja, o total de caixa e equivalentes de caixa superou o endividamento bruto, não havia exposição em relação ao *covenant* Dívida Líquida/EBITDA. Ainda, na referida data, como nossa Despesa Financeira Líquida foi negativa, ou seja, registramos uma receita financeira superior a nossa despesa financeira, também não tínhamos exposição ao índice de EBITDA/Despesa Financeira Líquida, usualmente utilizado para mensurar a capacidade da Companhia cobrir seus gastos com os juros das dívidas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2012, o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos), era de R\$279,7 milhões. Esse montante correspondia à nossa primeira emissão de debêntures, no valor de R\$200,3 milhões, aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao IFC no valor de R\$67,3 milhões, às opções de recompra de ações no valor de R\$4,7 milhões e à capitalização de *leasing* com equipamentos no valor de R\$7,4 milhões. O nosso endividamento bruto totalizou R\$312,5 milhões, sendo composto pelo montante do nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima, o saldo a pagar de tributos de R\$8,6 milhões e os compromissos para pagamentos futuros de R\$24,2 milhões. Na mesma data, contávamos com um endividamento líquido de R\$172,0 milhões, composto pelo nosso caixa somado aos equivalentes de caixa e subtraído da dívida bruta de R\$312,5 milhões. Adicionalmente, contávamos com uma relação Dívida Líquida/EBITDA de 0,82x, enquanto o índice de EBITDA/Despesa Financeira Líquida foi de 6,21x, o qual no entendimento da Companhia era considerado confortável.

Adicionalmente, o nosso EBITDA totalizou R\$532,6 milhões e R\$320,3 milhões e R\$ 209,9 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respectivamente.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, segundo nossos Diretores, a nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foi a nossa própria geração operacional de caixa, destacando-se ainda a segunda emissão de debêntures realizada pela nossa Companhia no valor de R\$300,0 milhões em outubro de 2014.

Conforme já mencionado, a nossa principal fonte de geração operacional de caixa da nossa Companhia são as mensalidades pagas por nossos alunos. Em 31 de dezembro de 2014, a nossa receita líquida totalizou R\$2.404,5 milhões, aproximadamente 38,9% e 73,8% superior ao mesmo indicador em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que totalizavam, respectivamente R\$1.731,0 milhões e R\$1.383,3 milhões. Nossos Diretores esclarecem que o aumento da nossa receita líquida decorreu do aumento da nossa base de alunos associado ao aumento do *ticket* médio, que por sua vez está relacionado ao reajuste pela inflação de nossas mensalidades.

Isso possibilitou que nosso fluxo de caixa operacional fosse positivo em R\$233,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, valor este acima dos valores registrados em 31 de dezembro de 2013, o qual foi positivo em R\$67,0 milhões e dos valores registrados em 31 de dezembro de 2012, o qual foi negativo em R\$5,8 milhões.

Nossos diretores avaliam constantemente a melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, buscando constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

Para mais informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos e as nossas emissões de debêntures, vide os itens 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.

#### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é sólida e que nossa geração de caixa continuará sendo a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulante. No entanto a nossa Companhia continuará a analisar oportunidades de financiamentos que atendam seus interesses em relação a custo e prazo para ampliar sua capacidade de investimentos e liquidez.

#### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas,**

Em 31 de dezembro de 2014, a nossa dívida total era de R\$589,2 milhões, com uma parcela de R\$71,9 garantida por nossos ativos, com prazo médio de vencimento das amortizações de 4,1 anos e custo médio de 12,73% ao ano em reais.

<b>ESTRUTURA DA DÍVIDA</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<i>em R\$ mil</i>			
Dívida bruta	279.724	274.906	589.173
Parcela garantida por ativos da Companhia	23,3%	24,0%	12,2%
Prazo médio das amortizações (em anos)	4,1	3,2	4,1
Custo médio	10,9%	10,3%	12,7%

#### **i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Segundo nossos Diretores, a maior parte do nosso endividamento decorre dos (i) nossos dois financiamentos obtidos junto ao IFC e (ii) às nossas emissões de debêntures, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria dos campi atuais, expansão orgânica e aquisições realizadas pela nossa Companhia. Tais operações possuem vencimentos em 2020, 2021 e 2019, respectivamente, e encontram-se abaixo descritas:

- Em 15 de dezembro de 2010, foi contratado junto ao IFC uma linha de crédito no valor de US\$30 milhões (R\$68,8 milhões, convertido à taxa de câmbio do dia) a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,53% ao ano, e vencimento em novembro de 2020. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela nossa Companhia.
- Em 20 de outubro de 2011, foi contratado junto ao IFC uma segunda linha de crédito no valor de US\$70 milhões (dos quais já foram sacados em julho de 2012 US\$10 milhões (R\$20,3 milhões, convertido à taxa de câmbio do dia), a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,69% ao ano, e vencimento em setembro de 2021. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela nossa Companhia.
- Em 25 de novembro de 2011, foi efetuada a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$200 milhões, originalmente, a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,6% ao ano, e vencimento em novembro de 2017. Em maio de 2014, foi aprovada por meio de assembleia geral de debenturistas, a redução da taxa de juros para CDI + 1,5% ao ano bem como a postergação do vencimento das debêntures para maio de 2019;
- Em 15 de outubro de 2014, foi efetuada a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$300,0 milhões, a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,18% ao ano, e vencimento em outubro de 2019.

Além disso, possuímos financiamento para capital de giro, contratos de arrendamento mercantil, dentre outros, conforme detalhado na tabela abaixo. Os contratos de arrendamento mercantil e outros equipamentos registrados em nossa contabilidade referem-se à locação de computadores, *no-breaks*, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, rádios transceptores e outros equipamentos.

Modalidade	Encargos Financeiros	Em 31 de dezembro de		
		2014	2013	2011
(Em R\$ mil)				
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	-	228	228
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	IGPM + 12,3% ao ano	-	1.010	4
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.	8.751	5.721	5.813
Contratos de arrendamento mercantil Assist	-	191	653	1.325
Contratos de arrendamento mercantil CIT	-	647	-	33
Contratos de arrendamento mercantil Total Service		11	113	-
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.m.	72	0	0
Contratos de arrendamento mercantil Santander	15,2% a.a.	11	0	0
Contratos de arrendamento mercantil Santander	12,23% a.a.	8	0	0
Aymoré financiamentos	1,78% a.m.	0	0	0
Empréstimo IFC <sup>(1)</sup>	CDI + 1,53% a.a.	56.990	64.395	67.315
Emissão de Debêntures <sup>(2)</sup>	CDI + 1,60% a.a.	507.635	201.159	200.331
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú				
Banco Itaú (Nota 18(d))		34	34	4.660
Empréstimo – FEE BNB	3% a.a.	2.241	1.593	0
Empréstimo - Banco da Amazônia	9,5% a.a.	12.634	0	0
Empréstimo - Banco Safra	10,56% a.a.	0	0	0
Empréstimo - Banco CEF	14,39% a.a.	-77	0	0
Empréstimo - Banco do Brasil		0	0	7
Empréstimo - Banco Itaú	29,44% a.a.	24	0	0
		589.173	274.906	279.724
Passivo circulante		28.464	36.962	13.856
Passivo não circulante		560.709	238.214	265.868
<b>Total</b>		<b>589.173</b>	<b>274.906</b>	<b>279.724</b>

(1) Soma dos valores em aberto nos dois contratos firmados com o IFC.

(2) Soma dos valores em aberto relativos às duas emissões de debêntures realizadas pela Companhia.

Quando apropriado, buscamos fontes de financiamento com taxas e prazos considerados favoráveis por nossos Diretores, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 18 de fevereiro de 2008, foi celebrado contrato de parceria entre a Estácio de Sá Participações S/A, suas controladas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda., Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda., Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda., Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda., IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e a Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. e o Unibanco (atualmente Itaú Unibanco), substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até 17 de fevereiro de 2018, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco (atualmente Itaú Unibanco) na oferta e no fornecimento de produtos e serviços financeiros aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros da nossa Companhia. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco (atualmente Itaú Unibanco), e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco (atualmente Itaú Unibanco) pagou a SESES e às mantenedoras uma receita fixa de R\$18,0 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Existe grau de subordinação entre a emissão de debêntures e os empréstimos contratados junto ao IFC, sendo as debêntures subordinadas aos empréstimos firmados com o IFC. Além disso, qualquer nova dívida a ser contratada no mercado de capitais deve necessariamente ser subordinada às debêntures, exceto mediante autorização dos debenturistas.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da nossa Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras:

	Em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2012	
	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	71,9	6,4	66,0	10,6	67,3	12,6
Obrigações quirografárias	1.049,4	93,6	554,0	89,4	465,5	87,4
Obrigações com garantia fluante	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Endividamento Financeiro</b>	<b>1.121,3</b>	<b>100,0</b>	<b>620,0</b>	<b>100,0</b>	<b>532,8</b>	<b>100,0</b>

As garantias reais relacionadas aos contratos acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e cartas de fiança bancária.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não-circulante, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossos Diretores destacam que as principais restrições impostas pelas linhas contratadas junto ao IFC e pelas debêntures por nós emitidas são:

- *Covenants Financeiros*: Há limites financeiros estabelecidos nos contratos assinados com o IFC e nas escrituras de debêntures. Os principais indicadores são: Ativo

Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 1,0; Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido menor ou igual 1,5 e Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,30.

- Anuência em caso de pré-pagamento de dívidas de longo prazo;
- *Alteração do controle societário*: na ocorrência de qualquer alteração na nossa composição societária, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do nosso capital social, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do controle da nossa Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, os nossos credores solicitar o vencimento antecipado da dívida;
- Cessão de recebíveis dados em garantia aos empréstimos firmados com o IFC;
- Proibição de concessão de garantias pela Companhia ou suas controladas a quaisquer dívidas, sem que antes as ofereça aos debenturistas, excetuando-se operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento.
- Distribuição e pagamento de dividendos aos acionistas, apenas em hipóteses específicas.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

*“EBITDA Ajustado” significa o (+) resultado operacional recorrente antes do resultado financeiro, (+) depreciação e (+) amortização de ágio, líquida de deságio, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração.*

*“Despesa Financeira Líquida” significa o (+) Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras;*

*“Dívida Líquida” significa o (+) Endividamento total (-) Disponibilidades*

*“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida” significa a Geração de Caixa dividida pelo Serviço da Dívida.*

A tabela abaixo apresenta nosso índice de endividamento em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

Consolidado (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Passivo circulante	398.765	290.109	193.312
Passivo não circulante	722.561	330.900	339.463
Total do Passivo	1.121.326	621.009	532.775
Patrimônio líquido	2.392.860	1.517.642	707.035
Índice de endividamento <sup>(1)</sup>	0,47	0,41	0,75
Capital de Terceiros	68%	29%	43%
Capital Próprio	32%	71%	57%

(1) Índice de endividamento calculado mediante a divisão do resultado da soma do Passivo circulante e do Passivo Não circulante dividido pelo total do Patrimônio Líquido.

Para informações adicionais a respeito do nosso nível de endividamento, ver o item 3.7 deste Formulário de Referência.

#### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.**

A tabela abaixo demonstra o percentual de utilização dos financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Ano	Contraparte	Destinação	Valor	Percentual Utilizado	Desembolso dos recursos
2013	Banco do Nordeste	Aquisição de <i>tablets</i>	R\$ 4,1 milhões	55%	O crédito é disponibilizado de forma parcelada, de acordo com a apresentação das notas fiscais dos <i>tablets</i> adquiridos dentro da linha de financiamento.
2014	FINEP	Inovação	R\$ 4,2 milhões	0%	O crédito é disponibilizado de forma parcelada, de acordo com cronograma de evolução do projeto.

#### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO (em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)

Exercício Social encerrado em  
31 de dezembro de

R\$ milhões

	2014	Análise Vertical 2014	2013	Análise Vertical 2013	2012	Análise Vertical 2012	Variação 2013/2014	Variação 2012/2013
<b>Receita Bruta</b>	<b>3.415,98</b>	-	<b>2.490,98</b>	-	<b>1.971,89</b>	-	<b>37,13%</b>	<b>26,32%</b>
Receitas de Mensalidades	3.376,82	-	2.463,55	-	1.946,61	-	37,07%	26,56%
Outras	39,16	-	27,43	-	25,28	-	42,77%	8,50%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>-1.011,52</b>	-	<b>-759,97</b>	-	<b>-588,60</b>	-	<b>33,10%</b>	<b>29,11%</b>
Gratuidades - Bolsas de Estudos	-827,99	-	-635,99	-	-507,58	-	30,19%	25,30%
Devoluções de Mensalidades e Taxas	-24,73	-	-19,87	-	-10,51	-	24,45%	89,06%
Descontos Concedidos	-4,15	-	-6,65	-	-5,74	-	37,64%	15,85%
Impostos	-100,67	-	-72,52	-	-60,75	-	38,82%	19,37%
FGEDUC	-53,98	-	-24,94	-	-4,02	-	116,38%	520,40%
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.404,46</b>	<b>100,00 %</b>	<b>1.731,01</b>	<b>100,00 %</b>	<b>1.383,29</b>	<b>100,00 %</b>	<b>38,91%</b>	<b>25,14%</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>-1.375,84</b>	<b>-57,22%</b>	<b>1.036,54</b>	<b>-59,88%</b>	<b>-877,36</b>	<b>-63,43%</b>	<b>32,73%</b>	<b>18,14%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.028,63</b>	<b>42,78%</b>	<b>694,47</b>	<b>40,12%</b>	<b>505,93</b>	<b>36,57%</b>	<b>48,12%</b>	<b>37,27%</b>
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>-622,20</b>	<b>-25,88%</b>	<b>-461,73</b>	<b>-26,67%</b>	<b>-375,07</b>	<b>-27,11%</b>	<b>34,75%</b>	<b>23,11%</b>
Comerciais	-238,32	-9,91%	-183,87	-10,62%	-157,78	-11,41%	29,61%	16,54%
Gerais e Administrativas	-383,87	-15,97%	-277,86	-16,05%	-217,29	-15,71%	38,15%	27,88%
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>18,21</b>	<b>0,76%</b>	<b>15,81</b>	<b>0,91%</b>	<b>17,83</b>	<b>1,29%</b>	<b>15,23%</b>	<b>-11,33%</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Resultado das Atividades não Continuadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>8,26</b>	<b>0,34%</b>	<b>8,19</b>	<b>0,47%</b>	<b>-33,76</b>	<b>-2,44%</b>	<b>0,88%</b>	<b>-</b>
Receitas Financeiras	109,23	4,54%	61,77	3,57%	22,12	1,60%	76,83%	179,25%
Despesas Financeiras	-100,96	-4,20%	-53,58	-3,10%	-55,88	-4,04%	88,44%	-4,12%
<b>Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>432,91</b>	<b>18,00%</b>	<b>256,74</b>	<b>14,83%</b>	<b>114,93</b>	<b>8,31%</b>	<b>68,62%</b>	<b>123,39%</b>
IR e Contribuição Social	-7,26	-0,30%	-12,03	-0,69%	-5,24	-0,38%	39,64%	129,58%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>425,65</b>	<b>17,70%</b>	<b>244,71</b>	<b>14,14%</b>	<b>109,69</b>	<b>7,93%</b>	<b>73,94%</b>	<b>123,09%</b>

**Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013***Receita Bruta*

A receita bruta aumentou 37,13% ou R\$925,00 milhões, passando de R\$2.490,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$3.415,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento da receita de mensalidades, que totalizou R\$3.376,82 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$2.463,56 milhões no mesmo período de 2013. Nossos Diretores esclarecem que esse aumento decorreu em função do aumento da base de alunos (aumento de 38,5% da base total de alunos) associado ao aumento do ticket médio, que por sua vez está relacionado ao reajuste pela inflação de nossas mensalidades. Segundo nossos Diretores, o aumento da base de alunos é resultado dos esforços mais eficientes em marketing e publicidade, além da maior percepção de qualidade do produto pelos nossos alunos.

*Deduções da Receita Bruta*

As deduções da receita bruta aumentaram 33,10% ou R\$251,54 milhões, passando de R\$759,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.011,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento deveu-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de R\$192,00 milhões na linha de gratuidades e bolsas de estudo (bolsas integrais e parciais concedidas aos nossos alunos), R\$4,86 milhões na linha de devoluções de mensalidades e taxas, R\$28,15 milhões na linha de impostos, em razão do crescimento da base de alunos e R\$29,03 milhões na linha Outras, referente ao FGEDUC, provisionamento para os alunos FIES financiados pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

*Receita Líquida*

Em função dos motivos explicados acima, nossos Diretores comentam que a nossa receita líquida aumentou 38,9% ou R\$673,45 milhões, passando de R\$1.731,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.404,46 milhões no mesmo período de 2014.

*Custo dos Serviços Prestados*

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 32,73% ou R\$339,30 milhões, passando de R\$1.036,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.375,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Comentam nossos Diretores, que esse aumento ocorreu em função dos seguintes itens: (i) aumento na linha de pessoal de R\$256,8 milhões devido principalmente aos acordos coletivos com os órgãos de classe; (ii) aumento de R\$37,6 milhões com alugueis devido ao aumento do número de *campi*; (iii) aumento de despesas com material didático no valor de R\$12,00 milhões devido a maior penetração do novo modelo de ensino na base de alunos, iniciado em 2010, que fornece aos alunos todo o material didático do semestre; (iv) aumento de R\$9,00 milhões com serviços de terceiros e outros e (v) aumento de R\$22,7 milhões com despesas de depreciação devido aos maiores investimentos realizados nos últimos períodos em modelo de ensino, manutenção, expansão, revitalização e aberturas de novas unidades.

Apesar do aumento no valor nominal, nossos Diretores comentam que houve ganho de 2,8 pontos percentuais na relação custo caixa/receita líquida: em 31 de dezembro de 2014 essa relação representou 54,3% da receita líquida frente a 57,1% em 31 de dezembro de 2013. Comentam nossos Diretores que esse ganho decorre principalmente de: (i) redução nos custos de pessoal (ganho de 0,9 pontos percentuais nos custos com pessoal); (ii) ganho de 0,7 pontos percentuais na linha de alugueis e (iii) de 0,5 pontos percentuais em serviços de terceiros, mostrando nossa capacidade de controlar os custos e nossa disciplina e rigor nos reajustes dos alugueis de imóveis.

#### *Lucro Bruto*

O lucro bruto aumentou 48,12% ou R\$334,15 milhões, passando de R\$694,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.028,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa elevação é atribuída, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento da base de alunos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a margem bruta de nossas atividades foi de 42,8%, representando um aumento de 2,7 pontos percentuais quando comparada ao exercício social de 2013, em razão de ganhos de eficiência acima mencionados nas linhas de custos dos serviços prestados.

#### *Despesas Operacionais*

As despesas comerciais aumentaram 29,61% ou R\$54,45 milhões, passando de R\$183,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$238,32 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente, comentam nossos Diretores, a: (i) aumento da provisão para devedores duvidosos de 7,8%, saindo de R\$95,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$103,30 milhões em 31 de dezembro de 2014 e (ii) aumento de R\$46,60 milhões com publicidade.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 38,15% ou R\$106,01 milhões, passando de R\$277,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$383,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Comentam nossos Diretores que o principal fator desse aumento foi o aumento de 39,5% ou R\$47,8 milhões em despesas com pessoal, saindo de R\$120,90 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$168,70 milhões em 31 de dezembro de 2014, devido a acordos com órgãos de classe.

#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro variou R\$0,07 milhão, passando de R\$8,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$8,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Nossos Diretores comentam que o Resultado Financeiro é estável em relação ao ano anterior, resultante do aumento do nosso rendimento em aplicações financeiras, que subiu em R\$20,0 milhões, em função da nossa maior posição de Caixa. Além disso, comentam nossos diretores, tivemos um impacto positivo pelo reconhecimento de créditos a recuperar retroativos referentes ao PIS. Esses efeitos positivos mais do que compensaram o aumento em despesas financeiras, cujo crescimento é explicado pelos aumentos: (i) de R\$26,6 milhões na linha de juros e encargos financeiros, impactado principalmente pelo serviço de nossa 1ª emissão de debêntures; e (ii) de R\$16,2 milhões em descontos financeiros, explicado principalmente pelo fato de que a partir de 2014 resolvemos conceder descontos aos nossos alunos com saldo devedor, assim negociando este débito internamente. Antes, vendíamos esta carteira de recebíveis para uma empresa de cobrança e cabia a esta recuperar este saldo devedor.

#### *Outras Receitas Operacionais*

As outras receitas operacionais são compostas por: (i) taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, (ii) receitas com convênios (acordos firmados com empresas que direcionam estudantes a nossas unidades ou com terceiros que prestam seus serviços em nossas unidades); (iii) aluguéis de salas e auditórios; (iv) assim como reversões de provisões administrativas, e totalizaram R\$18,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra um montante de R\$15,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 15,23%.

#### *Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social*

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou 68,62% ou R\$176,17 milhões, passando de R\$256,74 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2013 para R\$432,91 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Como uma porcentagem das receitas líquidas, comentam nossos Diretores que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 18,00% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contra 14,83% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

#### *IR e Contribuição Social*

A despesa com imposto de renda e a contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou uma despesa de R\$7,26 milhões, comparada a uma despesa de R\$12,03 milhões do mesmo período em 2013.

#### *Lucro Líquido do Período*

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi R\$425,65 milhões, representando um aumento de 73,94% em comparação com o mesmo período de 2013 quando o lucro líquido foi de R\$244,71 milhões, em função dos fatores descritos acima, comentam nossos Diretores.

### **Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012**

#### *Receita Bruta*

A receita bruta aumentou 26,3% ou R\$519,09 milhões, passando de R\$1.971,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.490,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, devido, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento da receita de mensalidades, que totalizou R\$2.463,55 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.946,61 milhões no mesmo período de 2012. Nosso Diretores esclarecem que esse aumento decorreu em função do aumento da base de alunos (aumento de 14,6% na base de alunos de ensino presencial e aumento de 24,1% na base de alunos de ensino a distância) associado ao aumento do ticket médio, que por sua vez está relacionado ao reajuste pela inflação de nossas mensalidades. Segundo nosso Diretores, o aumento da base de alunos é resultado dos esforços mais eficientes em marketing e publicidade, além da maior percepção de qualidade do produto pelos nossos alunos.

#### *Deduções da Receita Bruta*

As deduções da receita bruta aumentaram 29,1% ou R\$171,37 milhões, passando de R\$588,60 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$759,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento deveu-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de R\$128,41 milhões na linha de gratuidades e bolsas de estudo (bolsas integrais e parciais concedidas aos nossos alunos), R\$9,36 milhões na linha de devoluções de mensalidades e taxas, R\$11,77 milhões na linha de impostos, em razão do crescimento da base de alunos e R\$20,92 milhões em FGEDUC referente ao provisionamento para os alunos FIES financiados pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGDUC).

#### *Receita Líquida*

Em função dos motivos explicados acima, nossos Diretores comentam que a receita líquida aumentou 25,1% ou R\$347,72 milhões, passando de R\$1.383,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.731,01 milhões no mesmo período de 2013.

#### *Custo dos Serviços Prestados*

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 18,1% ou R\$159,18 milhões, passando de R\$877,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.036,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Comentam nossos Diretores, que esse aumento ocorreu em função dos seguintes itens: (i) aumento na linha de pessoal de R\$119,70 milhões devido principalmente aos acordos coletivos com os órgãos de classe; (ii) aumento de R\$21,20 milhões com aluguéis devido ao aumento do número de *campi*; (iii) aumento de despesas com material didático no valor de R\$10,00 milhões devido a maior penetração do novo modelo de ensino na base de alunos, iniciado em 2010, que fornece aos alunos todo o material didático do semestre; (iv) aumento de R\$3,00 milhões com serviços de terceiros e outros e (v) aumento de R\$5,20 milhões com despesas de depreciação devido aos maiores investimentos realizados nos últimos períodos em modelo de ensino, manutenção, expansão, revitalização e aberturas de novas unidades.

Apesar do aumento no valor nominal, nossos Diretores comentam que houve ganho de 3,2 pontos percentuais na relação custo caixa/receita líquida: em 31 de dezembro de 2013 essa relação representou 57,1% da receita líquida frente a 60,3% em 31 de dezembro de 2012. Comentam nossos Diretores que esse ganho decorre principalmente de: (i) redução nos custos de pessoal (ganho de 2,0 pontos percentuais nos custos com pessoal); (ii) ganho de 0,5 pontos percentuais na linha de aluguéis e (iii) de 0,7 pontos percentuais em serviços de terceiros, mostrando nossa capacidade de controlar os custos e nossa disciplina e rigor nos reajustes dos aluguéis de imóveis.

#### *Lucro Bruto*

O lucro bruto aumentou 37,3% ou R\$188,54 milhões, passando de R\$505,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$694,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa elevação é atribuída, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento da nossa base de alunos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a margem bruta de nossas atividades foi de 40,1%, representando um aumento de 3,5 pontos percentuais quando comparada ao exercício social de 2012, em razão de ganhos de eficiência acima mencionados nas linhas de custos dos serviços prestados.

#### *Despesas Operacionais*

As despesas comerciais aumentaram 16,5% ou R\$26,09 milhões, passando de R\$157,78 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$183,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, devido principalmente, comentam nossos Diretores, a: (i) aumento da provisão para devedores duvidosos de 15,4%, saindo de R\$80,00 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$92,30 milhões em 31 de dezembro de 2013, refletindo o aumento da inadimplência no período e (ii) aumento de R\$16,10 milhões com publicidade.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 27,9% ou R\$60,57 milhões, passando de R\$217,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$277,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Comentam nossos Diretores que o principal fator desse aumento foi o aumento de 24,8% ou R\$24,00 milhões em despesas com pessoal, saindo de R\$96,90 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$120,90 milhões em 31 de dezembro de 2013, devido a acordos com órgãos de classe.

#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro variou R\$41,95 milhões, passando de uma despesa de R\$33,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para uma receita de R\$8,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Nossos Diretores comentam que referida variação ocorreu devido ao aumento de 179,2% ou R\$39,65 milhões nas receitas financeiras, que passaram de R\$22,12 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$61,77 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Comentam nossos Diretores que a linha das despesas financeiras manteve-se estável no período com uma variação de R\$2,30 milhões.

#### *Outras Receitas Operacionais*

As outras receitas operacionais são compostas por: (i) taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, (ii) receitas com convênios (acordos firmados com empresas que direcionam estudantes a nossas unidades ou com terceiros que prestam seus serviços em nossas unidades); (iii) aluguéis de salas e auditórios; (iv) assim como reversões de provisões administrativas, e totalizaram R\$15,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra um montante de R\$17,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 11,3%, devido, principalmente, a receita com venda de imóvel, no montante de R\$4,0 milhões, ocorrida em 2012.

#### *Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social*

Conforme descrito acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou 123,4% ou R\$141,81 milhões, passando de R\$114,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$256,74 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como uma porcentagem das receitas líquidas, comentam nossos Diretores que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 14,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contra 8,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

#### *IR e Contribuição Social*

A despesa com imposto de renda e a contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 totalizou uma despesa de R\$12,03 milhões, comparada a uma despesa de R\$5,24 milhões do mesmo período em 2012.

#### *Lucro Líquido do Período*

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi R\$244,71 milhões, representando um aumento de 123,1% em comparação com o mesmo período de 2012 quando o lucro líquido foi de R\$109,69 milhões, em função dos fatores descritos acima, comentam nossos Diretores.

**BALANÇO PATRIMONIAL**
*(em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)*

	2014	Análise Vertical 2014	2013	Análise Vertical 2013	2012	Análise Vertical 2012	Variação 2013/2014	Variação 2012/2013
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.475,75</b>	<b>41,99%</b>	<b>1.270,00</b>	<b>59,38%</b>	<b>511,23</b>	<b>41,23%</b>	<b>16,20%</b>	<b>148,42%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	48,01	1,37%	7,13	0,33%	18,13	1,46%	573,18%	-60,67%
Títulos e valores mobiliários	667,07	18,98%	732,05	34,23%	122,34	9,87%	-8,88%	498,37%
Contas a receber	451,41	12,85%	334,63	15,65%	279,66	22,56%	34,90%	19,66%
Contas a compensar - Sistema FIES	85,08	2,42%	48,65	2,27%	5,42	0,44%	74,89%	797,60%
Adiantamentos a funcionários/terceiros	50,43	1,43%	33,44	1,56%	25,96	2,09%	50,79%	28,81%
Partes relacionadas	0,00	0,00%	0,26	0,01%	0,26	0,02%	-100,00%	0,00%
Despesas antecipadas	66,16	1,88%	57,52	2,69%	30,93	2,49%	15,03%	85,97%
Impostos e Contribuições	70,62	2,01%	30,00	1,40%	10,59	0,85%	135,38%	183,29%
Outros	36,97	1,05%	26,32	1,23%	17,94	1,45%	40,45%	46,71%
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>2.038,44</b>	<b>58,01%</b>	<b>868,65</b>	<b>40,62%</b>	<b>728,58</b>	<b>58,77%</b>	<b>134,67%</b>	<b>19,23%</b>
Despesas antecipadas	8,81	0,25%	2,56	0,12%	1,34	0,11%	244,75%	91,04%
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Depósitos judiciais	120,94	3,44%	104,06	4,87%	83,22	6,71%	16,22%	25,04%
Impostos diferidos	31,17	0,89%	17,00	0,79%	11,69	0,94%	83,35%	45,42%
Impostos e Contribuições	25,34	0,72%	25,63	1,20%	20,89	1,68%	-1,16%	22,69%
Outros	10,82	0,31%	14,26	0,67%	8,65	0,70%	-24,15%	64,86%
Investimentos	0,23	0,01%	0,23	0,01%	0,23	0,02%	0,00%	0,00%
Imobilizado	465,71	13,25%	335,61	15,69%	294,66	23,77%	38,76%	13,90%
Intangível	1.375,43	39,14%	369,30	17,27%	307,90	24,83%	272,44%	19,94%
<b>Total do ativo</b>	<b>3.514,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.138,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.239,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>64,32%</b>	<b>72,50%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>								
<b>Circulante</b>	<b>398,77</b>	<b>11,35%</b>	<b>290,11</b>	<b>13,57%</b>	<b>193,31</b>	<b>15,59%</b>	<b>37,45%</b>	<b>50,08%</b>
Empréstimos e financiamentos	28,46	0,81%	36,69	1,72%	13,86	1,12%	-22,42%	164,72%
Fornecedores	50,34	1,43%	40,43	1,89%	35,44	2,86%	24,52%	14,08%
Salários e encargos sociais	121,61	3,46%	79,67	3,73%	65,73	5,30%	52,64%	21,21%
Obrigações tributárias	40,51	1,15%	34,02	1,59%	22,23	1,79%	19,06%	53,04%
Mensalidades recebidas antecipadamente	20,07	0,57%	11,09	0,52%	8,85	0,71%	80,95%	25,31%
Adiantamento de convênio	2,89	0,08%	-	-	-	-	0,00%	-
Parcelamento de tributos	3,59	0,10%	1,50	0,07%	2,21	0,18%	140,13%	-32,13%
Dividendos a pagar	101,17	2,88%	58,12	2,72%	26,05	2,10%	74,08%	123,11%
Compromissos a pagar	20,49	0,58%	22,21	1,04%	12,98	1,05%	-7,75%	71,11%
Outros	9,64	0,27%	6,38	0,30%	5,96	0,48%	175,53%	7,05%
<b>Não circulante</b>	<b>722,56</b>	<b>20,56%</b>	<b>330,90</b>	<b>15,47%</b>	<b>339,46</b>	<b>27,38%</b>	<b>118,36%</b>	<b>-2,52%</b>
Empréstimos e financiamentos	560,71	15,96%	238,21	11,14%	265,87	21,44%	135,38%	-10,40%
Provisão para contingências	26,88	0,76%	28,38	1,33%	23,21	1,87%	-5,27%	22,27%
Adiantamento de convênio	6,25	0,18%	9,14	0,43%	12,03	0,97%	-31,58%	-24,02%
Parcelamento de tributos	15,76	0,45%	6,94	0,32%	6,41	0,52%	127,17%	8,27%
Impostos diferidos	46,35	1,32%	8,36	0,39%	1,64	0,13%	454,00%	409,76%
Provisão com obrigações desmobilização de ativos	15,03	0,43%	14,10	0,66%	14,0	1,13%	6,64%	0,71%

	2014	Análise Vertical 2014	2013	Análise Vertical 2013	2012	Análise Vertical 2012	Variação 2013/2014	Variação 2012/2013
Compromissos a pagar	39,21	1,12%	17,27	0,81%	11,18	0,90%	127,11%	54,47%
Outros	12,36	0,35%	8,5	0,40%	5,12	0,41%	45,43%	66,02%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.392,86</b>	<b>68,09%</b>	<b>1.517,64</b>	<b>70,96%</b>	<b>707,04</b>	<b>57,03%</b>	<b>57,67%</b>	<b>114,65%</b>
Capital social	1.053,10	29,97%	1.010,69	47,26%	369,32	29,79%	4,20%	173,66%
Gastos com emissão de ações	-26,85	0,76%	-26,85	-1,26%	-2,82	-0,23%	0,00%	852,13%
Reservas de capital	642,74	18,29%	120,98	5,66%	114,30	9,22%	431,27%	5,84%
Ações em tesouraria	-24,85	0,71%	-11,35	-0,53%	-11,35	-0,92%	118,99%	0,00%
Reservas de lucros	748,73	21,31%	424,17	19,83%	237,59	19,16%	76,51%	78,53%
Ajustes de avaliação patrimonial	-	0,00%	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Dividendo adicional proposto	-	0,00%	-	-	-	-	0,00%	0,00%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.514,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.138,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.239,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>64,32%</b>	<b>72,50%</b>

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 comparado com o Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2013

#### Ativo Circulante

##### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014, o total do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da nossa Companhia correspondeu a R\$48,01 milhões, comparados a R\$7,13 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$40,88 milhões, ou de 573,18%.

##### Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o total de contas a receber no nosso ativo circulante era de R\$451,41 milhões, comparados com R\$334,63 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$116,78 milhões, comentam nossos Diretores.

Em R\$ mil	Consolidado	
	Em 31/12/2014	Em 31/12/2013
FIES	149.728	78.884
Mensalidades de alunos	353.951	289.433
Acordos a receber	38.715	30.226
Cartões a receber	30.824	25.281
Taxas a receber	-	-
Créditos a identificar	-6.807	796
Provisão para devedores duvidosos	-144.998	(89.989)

#### Ativo Não-Circulante

##### Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da nossa Companhia totalizava R\$197,07 milhões, comparados a R\$163,51 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação de R\$33,56 milhões deve-se, principalmente, ao aumento de R\$16,88 milhões em depósito judiciais, R\$14,17 milhões em impostos diferidos, R\$6,25 milhões em despesas antecipadas.

***Investimentos, imobilizado e intangível***

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da nossa Companhia totalizou R\$1.841,37 milhões, comparados a R\$705,14 milhões em 31 de dezembro de 2013, a variação de R\$1.136,22 milhões deveu-se, principalmente, comentam nossos Diretores, aos aumentos de R\$1.006,13 milhões no ativo intangível e R\$130,10 milhões no ativo imobilizado. A variação do ativo intangível foi influenciada, principalmente, pelo aumento de R\$851,4 milhões do ágio na aquisição das adquiridas, aumento de R\$4,55 milhões no projeto central de ensino, R\$26,50 milhões em softwares, R\$5,49 milhões no projeto Fábrica de Conhecimento EAD (produção de conteúdo para o sistema de EAD), de R\$3,65 milhões no projeto Arquitetura de TI (novos sistemas e integração de sistemas existentes) comentam nossos Diretores, além do aumento de R\$109,47 milhões referente ao Fundo de Comércio. No ativo imobilizado as principais variações foram o aumento de R\$41,46 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, R\$34,32 milhões em edifícios e R\$7,97 milhões em *tablets*.

***Passivo Circulante******Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2014, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$28,46 milhões, representando uma redução de R\$8,23 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica fornecedor totalizou R\$50,34 milhões, representando um aumento de R\$9,92 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Esse aumento deu-se em função do crescimento da operação, e com alongamento do prazo de pagamento da nossa Companhia.

***Obrigações Tributárias***

Em 31 de dezembro de 2014, nossas obrigações tributárias totalizavam R\$40,51 milhões, representando um aumento de R\$6,48 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, do aumento de R\$3,0 milhões em IRPJ e CSLL a recolher em função do crescimento da base tributável e do aumento de R\$2,69 milhões de ISS a recolher em função do crescimento de base de faturamento.

***Compromissos a Pagar***

Em 31 de dezembro de 2014, compromissos a pagar totalizavam R\$20,49 milhões, representando uma redução de R\$1,72 milhão em relação a 31 de dezembro de 2013, devido à liquidação das parcelas vincendas de curto prazo relativas às aquisições de sociedades realizadas em exercícios anteriores, comentam nossos Diretores.

***Passivo Exigível a Longo Prazo******Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$560,71 milhões, um aumento de R\$322,50 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, da nossa segunda emissão de debêntures realizada em 2014.

***Parcelamento de Tributos***

Em 31 de dezembro de 2014, os parcelamentos de tributos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$15,76 milhões, um aumento de R\$8,82 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, referente a parcelamentos de impostos existentes nas sociedades adquiridas.

***Compromissos a pagar***

O aumento do saldo de R\$21,95 milhões deveu-se principalmente, às novas aquisições realizadas pela Companhia no exercício social de 2014, quais sejam, as aquisições da (i) Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, do (ii) Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unigel Ltda., cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus; e (c) do Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda.- CEUT, mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$2.392,86 milhões, um aumento de R\$875,22 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, devido ao aumento de R\$521,76 milhões de reservas de capital e do reconhecimento do resultado no montante de R\$324,56 milhões em reservas de lucros, comentam nossos Diretores.

### **Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 comparado com o Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012**

#### **Ativo Circulante**

##### *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Em 31 de dezembro de 2013, o total do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da nossa Companhia correspondeu a R\$7,13 milhões, comparados a R\$18,13 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R\$11,00 milhões, ou de 60,7% em função do maior consumo de caixa decorrente das aquisições realizadas ao longo do ano, comentam nossos Diretores.

##### *Contas a receber*

Em 31 de dezembro de 2013, o total de contas a receber no nosso ativo circulante era de R\$334,63 milhões, comparados com R\$279,66 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$54,97 milhões, comentam nossos Diretores.

Em R\$ mil	Consolidado	
	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
FIES	78.884	55.735
Mensalidades de alunos	289.433	267.668
Acordos a receber	30.226	19.896
Cartões a receber	25.281	18.982
Taxas a receber	-	-
Créditos a identificar	796	(6.187)
Provisão para devedores duvidosos	(89.989)	(76.437)

#### **Ativo Não-Circulante**

##### *Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível*

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da nossa Companhia totalizava R\$163,51 milhões, comparados a R\$125,79 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação de R\$37,72 milhões deveu-se, principalmente, ao aumento de R\$20,84 milhões em depósito judiciais, R\$4,74 milhões em impostos e contribuições, R\$5,61 milhões em Outros e R\$5,31 milhões em impostos diferidos.

***Investimentos, imobilizado e intangível***

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da nossa Companhia totalizou R\$705,14 milhões, comparados a R\$602,79 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação de R\$102,35 milhões deveu-se, principalmente, comentam nossos Diretores, aos aumentos de R\$61,40 milhões no ativo intangível e R\$40,95 milhões no ativo imobilizado. A variação do ativo intangível foi influenciada, principalmente, pelo aumento de R\$32,77 milhões do ágio na aquisição das adquiridas, aumento de R\$5,32 milhões no projeto central de ensino, R\$9,14 milhões em *softwares* e de R\$5,99 milhões no projeto Fábrica de Conhecimento EAD e de R\$4,87 milhões no projeto Arquitetura de TI comentam nossos Diretores. No ativo imobilizado as principais variações foram o aumento de R\$7,97 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, R\$12,73 milhões em *tablets*, R\$4,6 milhões em móveis e utensílios e R\$11,08 milhões em bibliotecas.

***Passivo Circulante******Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$36,69 milhões, representando um aumento de R\$22,83 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012 em função, principalmente, da reclassificação das debêntures relativas à nossa primeira emissão de debêntures e da dívida do IFC realizada entre o curto e o longo prazo.

***Fornecedores***

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica Fornecedores totalizou R\$40,43 milhões, representando um aumento de R\$4,99 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Esse aumento deu-se em função do alongamento do prazo de pagamento da nossa Companhia, comentam nossos Diretores.

***Obrigações Tributárias***

Em 31 de dezembro de 2013, nossas obrigações tributárias totalizavam R\$34,02 milhões, representando um aumento de R\$11,79 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, do aumento de R\$6,63 milhões em IRPJ a recolher, aumento de R\$2,54 milhões em CSLL a recolher e de R\$1,69 milhão de ISS a recolher.

***Compromissos a Pagar***

Em 31 de dezembro de 2013, nossos compromissos a pagar totalizavam R\$17,27 milhões, representando um aumento de R\$6,09 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, devido às novas aquisições realizadas pela nossa Companhia, comentam nossos Diretores.

***Passivo Exigível a Longo Prazo******Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$238,21 milhões, o que representou uma redução de R\$27,66 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, da reclassificação das debêntures relativas à nossa primeira emissão de debêntures e da dívida do IFC realizada entre o curto e o longo prazo.

### *Parcelamento de Tributos*

Em 31 de dezembro de 2013, os parcelamentos de tributos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$6,94 milhões, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

### *Compromissos a pagar*

O aumento do saldo de R\$6,09 milhões deve-se principalmente, às novas aquisições do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST, mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC e da Associação de Ensino de Santa Catarina - ASSESC, mantenedora das Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina FASSESC, e também pela reclassificação entre curto e longo prazo relacionadas as aquisições da Associação Educacional da Amazônia - ASSEAMA, mantenedora da Faculdade SEAMA e da Sociedade Educacional de Rio Grande do Sul S/S Ltda. - FARGS, mantenedora das Faculdades Riograndenses, comentam nossos Diretores.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2013, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$1.517,64 milhões, o que representou um aumento de R\$810,60 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento de R\$641,37 milhões do capital social e do reconhecimento do resultado do período no montante de R\$186,58 milhões em lucros acumulados, comentam nossos Diretores.

### **FLUXO DE CAIXA**

	Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de				
	2014	2013	2012	Variação 2013/2014	Variação 2012/2013
(R\$ milhões)					
Caixa Líquido Atividades Operacionais	487,7	-422,6	131,4	-215,4%	-421,5%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.205,1	-160,6	-140,6	650,3%	14,2%
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	758,3	572,3	5,40	32,5%	10.497,3%
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>40,9</b>	<b>-11,0</b>	<b>-3,8</b>	<b>-471,6%</b>	<b>197,7%</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de caixa	7,1	18,1	21,9	-60,6%	-17,4%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de caixa	48,0	7,1	18,1	573,2%	-60,6%

### **Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014**

#### ***Caixa Líquido Atividades Operacionais***

O caixa líquido das atividades operacionais da nossa Companhia totalizava R\$487,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$910,31 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, explicado basicamente pelo aumento de 38,5% da nossa base alunos o que levou a um aumento de 38,9% da nossa receita líquida, resultando em um lucro líquido 73,9% maior do que o registrado em 2013, garantido, dessa forma, a melhora dos indicadores financeiros da nossa Companhia, comentam nossos Diretores.

#### ***Caixa Líquido Atividades de Investimento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comentam nossos Diretores, totalizou R\$1.205,10 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi R\$160,60 milhões, representando uma variação negativa de R\$1.044,49 milhões.

***Caixa Líquido Atividades Financiamento***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comentam nossos Diretores, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi R\$758,3 milhões, comparados a R\$572,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de R\$186,05 milhões, explicado principalmente pelo valor recebido na emissão de debêntures realizada em 2014.

**Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2012*****Caixa Líquido Atividades Operacionais***

O caixa líquido das atividades operacionais da nossa Companhia totalizava R\$422,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de R\$554,08 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

***Caixa Líquido Atividades de Investimento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comentam nossos Diretores, totalizou R\$160,6 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi R\$140,6 milhões, representando uma variação negativa de R\$20,02 milhões. A variação de entre os períodos deveu-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento em aplicações financeiras, devido ao investimento do montante recebido no âmbito da nossa oferta pública subsequente de ações (*Follow On*).

***Caixa Líquido Atividades Financiamento***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comentam nossos Diretores, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi R\$572,3 milhões, comparados a R\$5,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de R\$566,86 milhões, principalmente em razão do aumento de capital social em R\$641,37 milhões e do gasto com emissão de ações (R\$24,03 milhões).

**10.2 - Resultado Operacional e Financeiro****a) Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais de ensino superior e de atividades administrativas relacionadas a prestação dos serviços educacionais. Dessa forma, a maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização, pós-graduação e ensino a distância que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela realizado na confirmação da matrícula no semestre. As atividades administrativas relativas a prestação de serviços educacionais, por sua vez, consistem na impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, alugueis de salas e auditórios para os quais são cobradas taxas acadêmicas dos estudantes.

**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais****Fatores Macroeconômicos**

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, nossos Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima em nossa atividade, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, nossos Diretores comentam que os impactos desses fatores tem sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a nossa Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nossas atividades, ver Item 10.2(c) deste Formulário de Referência.

No ano de 2012, o PIB brasileiro cresceu 0,9%, de acordo com divulgado pelo IBGE, demonstrando desaceleração em relação ao ano passado e ficando abaixo das expectativas, acompanhando ritmo lento de crescimento da economia mundial, estimado em 1,1% para 2012. A taxa de inflação acumulada em 2012, medida pelo IPCA, ficou em 5,8%, permanecendo dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, Ainda que a pressão inflacionária tenha acelerado no segundo semestre, o resultado apresentou redução frente ao ano anterior. A taxa Selic, em 30 de dezembro de 2011, estava em 10,91% a.a. e passou para 7,29% a.a., em 31 de setembro de 2012, refletindo a política de afrouxamento monetário que o Banco Central adotou nesse ano, fazendo cortes na taxa básica de juros com o objetivo de estimular a atividade econômica.

No ano de 2013, o PIB brasileiro cresceu 2,3%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, demonstrando evolução em relação a 2012, quando o crescimento foi de apenas 0,9%, e evidenciando a gradual recuperação da economia brasileira e mundial. A taxa de inflação acumulada em 2013, medida pelo IPCA, ficou em 5,9%, permanecendo dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, após uma sequência de aumentos na taxa básica de juros (Selic) por parte do Banco Central, justamente com o objetivo de conter o avanço da inflação. Nesse contexto, a taxa Selic, que em 30 de dezembro de 2012 estava em 7,25% a.a., passou para 10,00% a.a. em 31 de dezembro de 2013.

No ano de 2014, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,1%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, demonstrando desaceleração em relação a 2013, quando o crescimento foi de 2,3%. A taxa de inflação acumulada em 2014, medida pelo IPCA, ficou em 6,4%, acima do centro da meta (4,5%), mas ainda dentro do teto estabelecido pelo Banco Central, apesar das maiores pressões inflacionárias que temos visto nos últimos trimestres. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2014 era de 11,65%a.a..

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Crescimento do PIB <sup>1</sup>	0,9%	2,3%	0,1%
Inflação (IGP-M) <sup>2</sup>	7,8%	5,5%	3,7%
Inflação (IPCA) <sup>3</sup>	5,8%	5,9%	6,4%
Taxa Interbancária – CDI <sup>4</sup>	8,4%	8,1%	10,77%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP <sup>5</sup>	5,5%	5,0%	5,0%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$2,04	R\$2,34	R\$2,66
Taxa de câmbio média por US\$1,00 <sup>6</sup>	R\$1,95	R\$2,16	R\$2,35

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

<sup>1</sup> O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

<sup>2</sup> A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados ao final de cada período.

<sup>3</sup> A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados ao final de cada período.

<sup>4</sup> A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

<sup>5</sup> Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

<sup>6</sup> Média das taxas de câmbio durante o período. Fonte: BACEN

## **PROUNI**

Esclarecem nossos Diretores que o PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”) é um programa do Governo Federal do Brasil que visa a proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI, como nós (por meio de nossas controladas), são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais, ficando isentas, no período de vigência do termo de adesão, de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica, devendo a apuração de tais impostos ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Nossos Diretores esclarecem que tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre a nossa receita de R\$83,7 milhões, R\$64,6 milhões e R\$51,6 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, respectivamente. Em relação ao IRPJ e CSLL, nossos Diretores esclarecem que a aderência ao programa por nossas controladas fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 5,54%, 5,55% e 3,27% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respectivamente, o que ensejou benefícios fiscais de R\$145,8 milhões, R\$83,0 milhões e R\$44,9 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, respectivamente.

Com o advento das Instruções Normativas RFB 1.394/2013 e 1.417/2014 foi instituído o POEB (índice que representa a proporção entre as vagas ofertadas e preenchidas do PROUNI), o qual deve ser multiplicado pelo Lucro da Exploração auferido, para fins de cálculo do benefício fiscal. Na sequência foi publicada a IN/RFB 1.476/2014, trazendo maiores esclarecimentos sobre o POEB, em especial quanto o início da sua vigência. Deste modo, em atendimento a IN/RFB 1.476/2014 e com a renovação da Adesão ao PROUNI das sociedades do Grupo da nossa Companhia no fim de 2014, a partir de 2015 o POEB deverá ser aplicado para fins de cálculo do benefício.

Conforme nota explicativa nº 28 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a reconciliação dos impostos apurados, conforme

alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	432.906	256.736
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(147.188)	(87.290)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007	(5.918)	(225)
Equivalência patrimonial		(1.547)
Amortização de Ágio	(5.846)	(508)
Despesas não dedutíveis (a)	(3.657)	(2.773)
Provisão ILP para funcionários	(843)	
Prejuízo fiscal	149	(691)
Despesas com desmobilização	(141)	(1.013)
Provisão para contingências	1.331	(2.753)
Reversão de PCLD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)	(9.759)	(2.274)
Outras	2.059	1.213
	(169.813)	(97.966)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	145.812	82.960
Benefício fiscal – Lei Rouanet		768
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(24.001)	(14.238)
Alíquota efetiva	-5,54	-5,55

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2013 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2012 decorreu do aumento do número de alunos e do reajuste de mensalidades.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013 decorreu do aumento do número de alunos e do reajuste de mensalidades.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos coletivos, ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice de inflação do INPC, como parâmetro para as suas negociações. No caso das instituições de ensino superior este valor em algumas cidades, dependendo do

sindicato, é acrescido de 1% no salário base (além do dissídio coletivo) a cada ano (caso do Rio de Janeiro).

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos alunos, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos alunos no futuro.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, o impacto da inflação em nossos resultados foi compensado pelo reajuste proporcional do preço das mensalidades.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, o aumento da taxa de juros teve impacto em nossos resultados incrementando o serviço de nossas dívidas, mas foi compensado pelo aumento do CDI que remunerava nossos ativos financeiros nesses exercícios.

Por fim, esclarecem nossos Diretores que o câmbio não tem qualquer impacto relevante em nosso resultado operacional e tampouco em nosso resultado financeiro.

### **10.3 - Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nossos Diretores comentam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

#### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

##### **AQUISIÇÃO**

Em 01 de julho de 2014, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação de 100% de participação na Uniseb Holding S.A., nova denominação social da TCA Investimentos e Participações Ltda. (“UNISEB Holding”), controladora da UNISEB União dos Cursos Superiores SEB Ltda., mantenedora do Centro Universitário UNISEB com sede e campus na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, que se deu da seguinte forma: (i) aquisição de 50% (cinquenta por cento) do capital social total da UNISEB Holding, mediante pagamento em moeda corrente nacional, pelo valor de R\$ 308.834.198,69, sujeito aos ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação e Outras Avenças, atualizados pelo IGPM desde 12 de setembro de 2013 até a data da aprovação da matéria, e (ii) imediatamente após a aquisição mencionada acima (quando a Estácio passou a deter 50% das ações de emissão da UNISEB Holding), através da incorporação da UNISEB Holding pela Companhia. O capital social da Estácio foi aumentado em R\$ 23.305.394,83, em razão dos elementos patrimoniais, ativo e passivo, da UNISEB Holding vertidos ao patrimônio da Estácio.

A UNISEB, fundada em 1999, possuía na época da aquisição, aproximadamente, 37,8 mil alunos, contando em seu portfólio com 23 cursos superiores presenciais, 19 cursos superiores à distância, 33 programas de pós graduação, 15 de pós graduação/MBA em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e 107 de extensão (totalmente online). Esta aquisição ampliou a capilaridade da Companhia no ensino superior à distância, agregando 164 polos de ensino à distância autorizados, dos quais 111 já estão ativos e em operação, marcando a entrada definitiva da Estácio no Estado de São Paulo. No ensino superior presencial, a Estácio reforçará sua presença no mercado ao agregar um Centro Universitário com sede na cidade de Ribeirão Preto.

Salvo pela operação acima mencionada, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **c) Eventos ou operações não usuais**

Nossos Diretores comentam que não houve eventos ou operações não usuais.

#### **10.4 - Mudanças nas Práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nossos Diretores comentam que a nossa Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor aplicáveis aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

Não houve impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras, oriundas das referidas mudanças nas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

##### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável, considerando que nos os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

##### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nossos Diretores informam que não houve ressalvas presentes nos pareceres do auditor relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014. No entanto, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013, nossos Diretores informam que nossos auditores independentes incluíram em seu parecer um parágrafo de ênfase, conforme transcrito abaixo:

*“Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Estácio Participações S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o referido parágrafo de Ênfase deixou de ser aplicável.

#### **10.5 - Políticas Contábeis Críticas**

Nossos Diretores informam que as principais políticas contábeis críticas que adotamos e que envolvem julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas estão descritas a seguir:

##### Julgamentos

A preparação das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A nossa Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### *Perda (impairment) do ágio*

Anualmente, a nossa Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa 2.24 das nossas demonstrações financeiras. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

Em percentuais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Margem bruta (i)	41,5%	41,5%	38,7%
Taxa de crescimento (ii)	5%	5%	5%
Taxa de desconto (iii)	13,5%	14,6%	14,6%

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 14,5% ao invés de 13,5%), a nossa Companhia também não teria reconhecido nenhuma perda (*impairment*) do ágio.

#### *Transações com pagamentos baseados em ações*

A nossa Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A nossa Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### *Vida útil dos ativos*

A nossa Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos nossos ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

## 10.6 - Controles Internos

### a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de processos desenvolvidos para apresentar confiabilidade, precisão e eficiência dos dados apresentados.

A companhia possui uma área de Controles Internos para avaliação dos controles internos com a aplicação da metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos, que buscam assegurar a implantação de controles para a mitigação dos principais riscos. Esta área também deve promover a eficiência operacional estimulando à aderência às políticas e procedimentos internos e externos, bem como a revisão de processos de forma contínua.

Por fim, os diretores da companhia concluíram que, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha um ambiente de controle eficaz, garantindo dados e números confiáveis na elaboração e divulgação de informações financeiras.

### b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No que diz respeito ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, como parte integrante do estudo e avaliação da estrutura de controles internos, nossos auditores avaliaram sua qualidade e adequação, incluindo os sistemas de processamento eletrônico de dados e dos riscos inerentes. Nessa avaliação, no entendimento de nossos auditores, foram apontados 2 (dois) pontos de melhoria de controles internos que são de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança. As mesmas são destacadas a seguir:

#### 1. Reconciliação de contas contábeis

Oportunidade de melhoria em conciliação de alguns saldos contábeis de forma tempestiva, principalmente relacionadas ao contas a receber de cartões de crédito e dos depósitos e bloqueios judiciais.

Tal situação pode ocasionar perda de eficiência e atraso no processo de fechamento contábil e exames de auditoria.

Nossa administração já destacou um grupo cujas atribuições se destinam integralmente às mencionadas conciliações.

#### 2. Revisão periódica dos acessos à rede

Oportunidades de melhoria na formalização de processos e políticas de revisão periódica de acesso à rede, sistemas e bancos de dados da Companhia.

Tal situação pode acarretar em risco de acessos indevidos à transações incompatíveis ou conflitantes à função exercida pelos usuários.

Nossa administração esclarece que ações já foram tomadas e outras estão em andamento, incluindo a criação de um comitê específico de padronização de processos, para garantir a adequação dos controles de TI.

## 10.7 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas de Distribuição e Eventuais Desvios

### a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Em 2014, realizamos oferta pública com esforços restritos de distribuição de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em 15 de outubro de 2014 no valor total de R\$300 milhões.

Nossos Diretores esclarecem que os recursos líquidos provenientes da oferta pública com esforços restritos foram destinados para nosso reforço de caixa para fazer frente à nossa política de expansão e de investimentos.

Em 24 de janeiro de 2013 foram emitidas 14.687.100 ações ordinárias para colocação no âmbito da oferta primária de nossa oferta subsequente (*Follow On*). As ações ordinárias foram negociadas ao preço de R\$42,00 por ação. O valor da oferta primária de ações foi de R\$616,9 milhões.

Nossos Diretores esclarecem que os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram utilizados para financiar a expansão do negócio, por meio de: (i) 75% para aquisições, (ii) 10% para expansão do Ensino a Distância; e (iii) 15% para crescimento orgânico por meio de investimentos em novos campi e expansão das unidades atuais como incremento de salas e laboratórios.

Para mais informações sobre as emissões acima referidas, ver os item 18.5, 18.6 e 18.10 deste Formulário de Referência.

**b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**

Nossos Diretores comentam que não ocorreram desvios relevantes na aplicação efetiva dos recursos das ofertas públicas de nossas ações e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da respectiva distribuição.

**c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Nossos Diretores comentam que não ocorreram desvios relevantes na aplicação efetiva dos recursos das ofertas públicas de nossas ações e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da respectiva distribuição.

**10.8 - Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. Contratos de construção não terminada; e, v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 2014.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há outros itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 2014.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

**b) Natureza e o propósito da operação.**

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

**10.10 - Plano de Negócios**

**a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Segundo os nossos Diretores, os nossos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$1.167,7 milhões em atividades de manutenção e expansão, sendo R\$978,6 milhões desse valor para fins de aquisições de novas unidades. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2015, planejamos investir cerca de R\$350 milhões em atividades de manutenção e expansão. Não possuímos um montante direcionado a novos investimentos.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa, destacando-se ainda a nossa 2ª emissão de debêntures em outubro de 2014. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento a custos atrativos para contratá-los quando for o caso.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Em julho de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a aquisição pela Companhia da UniSEB Holding S.A. (“Uniseb”), tendo sido a referida aquisição aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em sessão de julgamento realizado em maio de 2014. A aquisição teve por finalidade ampliar a nossa capilaridade no ensino superior à distância, uma vez que à época da aquisição, a Uniseb detinha 111 polos autorizados. Ainda, teve como objetivo reforçar a nossa presença no estado de São Paulo, pois a Uniseb possui um Centro Universitário com sede na cidade de Ribeirão Preto.

Adicionalmente, no exercício social de 2014, adquirimos, por meio de nossa controlada, a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda, as seguintes instituições de ensino superior, com a finalidade de expandir as nossas operações nas regiões norte e nordeste do País:

- (iii) *Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda.* (“ORPES”), mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM. A ORPES foi adquirida em julho de 2014 pelo montante de R\$80,0 milhões. Localizada na cidade de Belém, estado do Pará, a instituição, no momento de sua aquisição possuía cerca de 4.500 alunos distribuídos em 23 cursos de graduação e 18 de pós-graduação, além de cursos de extensão e livre;

- (iv) *Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda. (“Estácio Manaus”)*, cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus. A Estácio Manaus foi adquirida em agosto de 2014 pelo montante de R\$48,0 milhões. Localizada na cidade de Manaus, estado do Amazonas, a instituição, no momento da aquisição possuía 4.800 alunos distribuídos em 22 cursos de graduação e 25 de pós-graduação;
- (v) *Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda. (“CEUT”)*, mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina. A CEUT, por sua vez, foi adquirida em novembro de 2014 pelo montante de R\$33,0 milhões. Localizada na cidade de Teresina, estado do Piauí, a instituição, no momento da aquisição possuía 3.700 alunos, distribuídos em 12 cursos de graduação e 29 de pós-graduação.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e**

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

**10.11 - Outros fatores com influência relevante**

A Companhia informa que contratou em 19 de março de 2015 empréstimo em moeda estrangeira junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch no valor de US\$ 61,2 milhões com vencimento em 14 de março de 2016. Adicionalmente, visando mitigar a exposição cambial gerada pelo financiamento, foi contratado também junto ao mesmo banco, operação de swap por meio do qual a Companhia pagará uma taxa final (all in) de CDI + 0,12%a.a., tendo como garantia Nota Promissória sem aval, no valor de 130% do valor da operação e cessão de swap. Os recursos serão utilizados para o fortalecimento do caixa e manutenção do plano de expansão da Companhia.

**8.1.2 Anexo 9-1-II - Destinação do lucro líquido (conforme Art. 9º, §1º, II da instrução CVM 481/09)****1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2014 foi de R\$425.645.329,56 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

A Companhia não distribuiu ao longo do exercício de 2014 dividendos antecipados e não declarou juros sobre capital próprio.

Uma vez que seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no montante global de R\$101.090.765,77 (cento e um milhões, noventa mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), sendo o valor por ação de R\$0,3286851<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup>Valores com base na posição acionária de 09.03.2015, podendo sofrer alterações até a realização das Assembleias.

Nesta data, não serão devidos pelos acionistas tributos sobre os dividendos propostos acima a serem pagos. Destacamos porém, que os referidos dividendos poderão vir a ser tributados, caso haja alteração à regulamentação aplicável.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Nos termos da alínea “c” do artigo 29 do Estatuto Social, desde que aprovado pelas Assembleias a serem realizadas em 28 de abril de 2015, a Companhia distribuirá 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido ajustado.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:****a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

A Companhia somente possui ações ordinárias. Uma vez seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor bruto de dividendo por ação será de R\$0,3286851<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup>Valores com base na posição acionária de 09.03.2015, podendo sofrer alterações até a realização das Assembleias.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia propõe que os dividendos sejam pagos a vista, em única parcela, em 30.06.2015.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas da Companhia detentores de posições acionárias em 28 de abril de 2015.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
- a. *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*
  - b. *Informar a data dos respectivos pagamentos*

Não houve declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2014	2013	2012	2011
Lucro líquido do exercício	425.645	244.707	109.687	70.155
Valor por ação <sup>(1)</sup>	1,349413	0,833996454	1,32945	0,85293

<sup>(1)</sup> Considerando a base acionária de 31 de dezembro de cada exercício social, excluindo as ações em tesouraria.

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2013	2012	2011
Dividendo	58.118	26.051	16.662
Valor por ação <sup>(1)</sup>	0,196611814	0,2677475	0,20257

<sup>(1)</sup> Considerando a base acionária de 31 de dezembro de cada exercício social, excluindo as ações em tesouraria.

Observa-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Foi destinado à reserva legal o montante de R\$21.282.266,48 (vinte um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Foram destinados 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a**

*cada classe de ações preferenciais*

*e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme artigo 29, c" do estatuto social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim. A Companhia está pagando integralmente os dividendos obrigatórios.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não se aplica.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não há retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

R\$303.272.297,31 (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um)

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital****Proposta da Administração para o Orçamento de Capital de 2015**

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Estácio Participações S.A.

Tendo em vista as tendências de crescimento dos negócios em 2015, serão necessários investimentos em infraestrutura, tecnologia, inovação, expansão, dentre outros, conforme abaixo descritos. Para concretizar tais investimentos será necessária a formação da Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$303.272.297,31 (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), proveniente do lucro líquido do exercício de 2014.

O valor destinado para a Reserva de Retenção de Lucros servirá para financiamento de parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2015.

O valor do orçamento de capital de 2015, compreendendo imobilizado a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral que será realizada em 28.04.2015 é de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

Para fazer frente a este plano de investimento, teremos as seguintes origens:

- a) R\$303.272.297,31 (trezentos e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) de Reserva de Retenção de Lucros; e,
- b) R\$46.727.702,69 (quarenta e seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e dois reais e sessenta e nove centavos) de Recursos de terceiros.

Aplicação de Recursos:

<i>Investimentos em Ativos Fixos - Infraestrutura</i>	<b>2015</b>
Laboratórios e Livros	21.000.000
Adequação/Melhoria de Unidades	46.000.000
Equipamento informática	10.000.000
Expansão de Unidades	20.000.000
Modelo de Ensino (Presencial, EaD, Pós, Fabrica Conhecimento)	26.000.000
Tecnologia da Informação	65.000.000
Tablet para Alunos	7.000.000
Aquisição e novas unidades	155.000.000
<b>Total Geral</b>	<b>350.000.000</b>

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

8.1.3 Informações Relativas aos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/2014 (conforme Art. 10 da instrução CVM 481/09)

#### DADOS DOS CONSELHEIROS FISCAIS INDICADOS

12.5. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

a. nome: <b>Emanuel Sotelino Schifferle</b>	b. data de nascimento: <b>27.02.1940</b>
c. profissão: <b>Engenheiro</b>	d. CPF: <b>009.251.367-00</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Titular</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>7</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

a. nome: <b>Pedro Wagner Pereira Coelho</b>	b. data de nascimento: <b>29.06.1948</b>
c. profissão: <b>Contador</b>	d. CPF: <b>258.318.957-34</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Titular</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>7</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

a. nome: <b>Rodrigo Magela Pereira</b>	b. data de nascimento: <b>03.02.1976</b>
c. profissão: <b>Economista</b>	d. CPF: <b>027.954.677-71</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Titular</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>7</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

a. nome: <b>Ronaldo Weinberger Teixeira</b>	b. data de nascimento: <b>26.04.1937</b>
c. profissão: <b>Economista</b>	d. CPF: <b>012.253.597-91</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Suplente</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>6</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

a. nome: <b>Alexei Ribeiro Nunes</b>	b. data de nascimento: <b>23.11.1965</b>
c. profissão: <b>Contador</b>	d. CPF: <b>848.478.327-87</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Suplente</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>3</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

a. nome: <b>Beatriz Oliveira Fortunato</b>	b. data de nascimento: <b>08.05.1980</b>
c. profissão: <b>Engenheira de Produção</b>	d. CPF: <b>051.674.477-12</b>
e. cargo eletivo ocupado: <b>Conselheiro Fiscal Suplente</b>	f. data de eleição: <b>28.04.2015</b>
g. data da posse: <b>28.04.2015</b>	h. prazo do mandato: <b>01 ano</b>
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: <b>Não exerce outras funções e cargos no emissor</b>	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: <b>Não</b>	
k. indicação se é membro independente ou não: <b>Sim</b> <sup>(1)</sup>	l. número de mandatos consecutivos: <b>1</b>

<sup>(1)</sup> Nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

### 12.5 (m./n.) *Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações*

#### **Emanuel Sotelino Schifferle**

Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro do Conselho Fiscal da AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas (desde 2005), companhia aberta do ramo de bebidas; (ii) Presidente do Conselho Fiscal da Allis Participações S.A. (desde 2011), companhia aberta *holding*; (iii) Coordenador de ações do Projeto LBR na Local Advisers Participações Ltda. (desde 2015), sociedade *holding*; (iv) Coordenador de ações do Projeto Imbra da GP Investimentos Ltda. (2012 a 2015), sociedade *holding*; (v) Gestor Transitório da Bretagne Comercial Ltda. (2009 a 2010), sociedade em recuperação judicial; (vi) Membro do Conselho de Administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (2007 a 2011), companhia aberta do ramo imobiliário; (vii) Sócio Diretor da ASPA Assessoria e Participações S/C Ltda. (desde 1992). Graduiu-se em Engenharia Mecânica de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1962. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Pedro Wagner Pereira Coelho**

Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S.A. (desde 2008), companhia aberta do ramo de refratários; (ii) Membro do Conselho Fiscal da Allis Participações S.A. (desde 2012), companhia aberta *holding*; (iii) Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas S.A., (2000 a 2010), companhia aberta do ramo varejista. O Sr. Pedro Coelho figura ainda como sócio-administrador das seguintes sociedades: (i) Griffé Serviços Contábeis Ltda. (desde 2013), do ramo de consultoria fiscal e contábil e auditoria; (ii) Rio Vermelho Empreendimentos e Participações Ltda. (desde 2005), do ramo de imobiliário; (iii) São Ricardo Participações Ltda. (desde 2003) do ramo imobiliário; (iv) Boat & Plane Time Sharing do Brasil Ltda. (desde 2005), do ramo de consultoria em gestão empresarial; (v) Ocean Explorer do Brasil Ltda. (desde 2005), do ramo de consultoria em gestão empresarial; (vi) Belavia Administração e Participações Ltda. (desde 2010), do ramo de consultoria em gestão empresarial; (vii) Hainan Administração e Participações Ltda. (desde 2010), do ramo de consultoria em gestão empresarial. Graduiu-se bacharel em Administração de Empresas

pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM em 1978 e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLEI em 1980. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Rodrigo Magela Pereira**

Sua principal experiência profissional inclui ser sócio fundador da Oceana Investimentos (2008 a 2013). Não exerce qualquer outro cargo em companhias de capital aberto. Graduou-se bacharel em Economia pela Wichita State University, EUA, em 1997. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Ronaldo Weinberger Teixeira**

Sua principal experiência profissional inclui ter atuado como Coordenador Financeiro junto à Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2001 a 2002). Nos últimos 5 anos, não manteve vínculo profissional e não ocupa outros cargos em companhias abertas. Graduou-se bacharel em Economia pela Faculdade Cândido Mendes em 1979. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Alexei Ribeiro Nunes**

Suas principais experiências profissionais incluem: (i) sócio administrador da Advalorem Consultoria Empresarial Ltda. (desde 2002), empresa do ramo de consultoria; (ii) Membro do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S.A. (desde 2007), companhia aberta do ramo de refratários; (iii) Membro do Conselho Fiscal da Leblon Hoteleira S.A. (desde 2011), companhia fechada do ramo hoteleiro; (iv) Membro do Conselho Fiscal da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (desde 2012), companhia fechada do ramo energético. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Beatriz Oliveira Fortunato**

Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Sócia Fundadora, analista e gestora do fundo Studio Investimentos (desde 2009), instituição financeira; (ii) analista de empresas listadas na BM&FBOVESPA (desde 2001). Graduou-se em Engenharia de Produção pela UFRJ em 2002 e pós-graduou-se em Direito Societário pela FGV- RJ em 2005. Nos últimos cinco anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

<b>Nome</b>	<b>Efetivo/Suplente</b>	<b>Percentual de participação nas reuniões do órgão</b>
Pedro Wagner Pereira Coelho	Efetivo	71,43
Emanuel Sotelino Schifferle	Efetivo	85,72

Rodrigo Magela Pereira	Efetivo	100,00
Ronaldo Weinberger Teixeira	Suplente	14,28
Alexei Ribeiro Nunes	Suplente	14,28
Beatriz Oliveira Fortunato	Suplente	0,00

**12.7./12.8 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários / Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Em atenção ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, em atendimento aos itens 12.7 e 12.8 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/2014, e em virtude da orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2015, a Estácio esclarece que não constam da referida proposta de administração as informações relativas aos candidatos aos comitês da Estácio, uma vez que os mesmos foram eleitos em 2014 para cumprir mandato de dois anos.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável, pois não existem relações de parentesco, conjugais ou de união estável entre os membros de nosso Conselho Fiscal e as demais pessoas indicadas nos itens acima.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, pois não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os membros do nosso Conselho Fiscal e as pessoas indicadas nos itens acima.

**8.1.4 Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelece o inciso ii do artigo 12 da Instrução CVM 481/09****13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária****a. objetivos da política ou prática de remuneração.**

A nossa política de remuneração tem como principais objetivos (i) atrair e reter os melhores profissionais do mercado e (ii) promover o alinhamento dos interesses dos nossos administradores com dos nossos acionistas. Com a política de remuneração, esperamos obter a dedicação, engajamento e o máximo desempenho de nossos executivos, para que possam, em conjunto, concretizar o nosso progressivo crescimento.

Para alcançar os seus objetivos, a nossa política define critérios que visam promover (i) o reconhecimento e a valorização do desempenho funcional, a motivação e a criação de oportunidades de desenvolvimento dos nossos colaboradores, bem como (ii) o estabelecimento e manutenção do equilíbrio da nossa estrutura de cargos e salários.

**b. composição da remuneração, indicando.****i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

**Conselho de Administração**

<b>COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVOS</b>
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	Os membros do Conselho de Administração recebem uma parcela fixa mensal (honorários). A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao nosso Conselho de Administração. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, e do Conselho Fiscal é fixado na Assembleia Geral e definido individualmente pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração por participação em comitês.  Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo, mas não se limitando a, bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações ("Plano de Opções de Ações"). O referido plano visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados. Para mais informações sobre o plano acima mencionado, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

**Conselho Fiscal**

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<p>Para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Os membros do Conselho Fiscal também têm direito a reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.</p> <p>A determinação da remuneração do Conselho Fiscal é realizada em função da remuneração média atribuída aos Diretores Executivos, nos termos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). Adicionalmente, os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular.</p> <p>Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e a remuneração por participação em comitês.</p>
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável, incluindo, mas não se limitando a, bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração baseada em ações.

**Diretoria Estatutária**

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao recebimento de uma parcela fixa mensal que tem o objetivo de remunerar os serviços prestados dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um dos Diretores Estatutários na gestão da nossa Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a um pacote de benefícios que inclui ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro, subsídio parcial de assistência médica e seguro de vida custeado pela Companhia. Os benefícios têm como objetivo dar tranquilidade aos executivos e seus dependentes em questões fundamentais, como saúde por exemplo.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.</p>
<b>Remuneração Variável</b>	<p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à parcela variável anual baseada nos nossos resultados e definida por meio de indicadores e metas objetivas e mensuráveis derivadas do planejamento estratégico e do orçamento anual aprovado pelo nosso Conselho de Administração. A participação nos resultados tem como principal objetivo, reconhecer a participação do executivo no desempenho da nossa Companhia em um determinado ano.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em reuniões, bônus e comissões.</p>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração

	baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opções de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"). Os referidos planos visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados. Para mais informações sobre os planos acima mencionados, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.
--	---

### Diretoria Não Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus ao recebimento de uma parcela fixa mensal que tem o objetivo de remunerar os serviços prestados dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um dos Diretores Não Estatutários na gestão da nossa Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a um pacote de benefícios, que inclui ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro, subsídio parcial de assistência médica e seguro de vida custeado pela Companhia. Os benefícios têm como objetivo dar tranquilidade aos executivos e seus dependentes em questões fundamentais, como saúde por exemplo.</p> <p>Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.</p>
<b>Remuneração Variável</b>	<p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus à parcela variável anual baseada nos nossos resultados e definida por meio de indicadores e metas objetivas e mensuráveis derivadas do planejamento estratégico e do orçamento anual aprovado pelo nosso Conselho de Administração. A participação nos resultados tem como principal objetivo, reconhecer a participação do executivo no desempenho da nossa Companhia em um determinado ano.</p> <p>Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participação reuniões, bônus e comissões.</p>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opções de Ações. O referido plano visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados. Para mais informações sobre o plano acima mencionado, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

### Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Comitês Estatutários instalados.

### Comitês Não Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos os seguintes comitês não estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Gente e Governança Corporativa, Comitê de Auditoria e Finanças e Comitê Acadêmico.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	Nossos Comitês são compostos por, no mínimo, três e no máximo cinco membros, sendo no mínimo, dois membros do Conselho de Administração. As pessoas indicadas são eleitas em reunião do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês que sejam conselheiros da Companhia recebem em sua remuneração fixa parcela que inclui a participação em eventuais comitês. Os demais administradores e empregados que sejam membros dos comitês não fazem jus a remuneração fixa.
<b>Remuneração Variável</b>	Todos os membros dos nossos Comitês Não Estatutários são administradores ou empregados da nossa Companhia e não

	recebem qualquer remuneração variável por sua participação em tais comitês.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros dos Comitês Não Estatutários não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros dos Comitês Não Estatutários não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração baseada em Ações</b>	Os membros dos Comitês Não Estatutários não fazem jus a remuneração baseada em ações.

**ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total nos exercícios sociais abaixo descritos foram de aproximadamente:

**Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2015**

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês <sup>(1)</sup>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	-	-	-	-	-
<i>Salário ou pró-labore</i>	35,8%	83,3%	20,2%	26,1%	83,3%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,1%	0,1%	-
<i>Participação em Comitês</i>	7,7%	-	-	-	-
<i>Outros</i>	8,7%	16,7%	6,8%	8,8%	16,7%
<b>Remuneração Variável</b>	-	-	-	-	-
<i>Bônus</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	23,9%	31,4%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	-	-	-	-	-
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	47,8%	-	49,0%	33,6%	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Somente o membro independente do Comitê de Auditoria e Finanças (o qual não é administrador ou empregado da nossa Companhia) recebe remuneração fixa para participação em tal comitê não estatutário.

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014**

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês <sup>(1)</sup>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
<i>Salário ou pró-labore</i>	31,8%	83,3%	23,3%	27,5%	83,3%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,1%	0,03%	-
<i>Participação em Comitês</i>	5,0%	-	-	-	-
<i>Outros</i>	7,3%	16,7%	7,8%	9,2%	16,7%
<b>Remuneração Variável</b>					
<i>Bônus</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	25,7%	33,6%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	-	-	-	-	-

Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	55,9%	-	43,2%	29,67%	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Somente o membro independente do Comitê de Auditoria e Finanças (o qual não é administrador ou empregado da nossa Companhia) recebe remuneração fixa para participação em tal comitê não estatutário.

### Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
Salário ou pró-labore	18,8%	83,3%	25,7%	26,4%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	0,1%	0,03%	-
Participação em Comitês	-	-	-	-	-
Outros	3,8%	16,7%	8,6%	7,4%	-
<b>Remuneração Variável</b>					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	33,8%	31,3%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	77,4%	-	31,8%	34,87%	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>	<b>n/a</b>

### Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
Salário ou pró-labore	34,0%	75,4%	36,0%	37,5%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	1,3%	0,01%	-
Participação em Comitês	-	-	-	-	-
Outros	5,1%	24,6%	10,9%	9,4%	-
<b>Remuneração Variável</b>					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	41,4%	39,6%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	60,8%	-	10,4%	13,49%	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>	<b>n/a</b>

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa política está fundamentada em duas diretrizes principais, que visam a assegurar um tratamento salarial adequado:

- *Equilíbrio Interno*: relação coerente entre os cargos, considerando o conteúdo e o seu valor na nossa estrutura.
- *Equilíbrio Externo*: relação entre os salários pagos e os salários pagos por segmento de mercado específico, comparados por meio de pesquisas salariais.

Compete a nossa área de Remuneração assessorar as demais áreas quanto à análise, avaliação e classificação na estruturação de cargos e salários administrativos.

Nosso Comitê de Gente e Governança Corporativa tem por função auxiliar os membros do Conselho de Administração em quaisquer questões referentes a políticas e normas de recursos humanos, às práticas de governança corporativa, bem como analisar assuntos considerados relevantes pelo Conselho de Administração, pelo próprio Comitê de Gente, e pela Diretoria Executiva que sejam benéficas para a Companhia.

A metodologia de cálculo e de reajuste da remuneração dos administradores da Companhia segue os seguintes critérios: a remuneração total é composta pela (a) Remuneração Fixa: representada pelo salário base e outros ganhos fixos, sendo calculada mensalmente com base em 30 dias de exercício; e (b) Remuneração Variável: representada pelos ganhos propostos pelos programas de remuneração variável, atrelada aos resultados dos administradores.

O salário base deve corresponder ao valor relativo dos cargos na estrutura interna, medido por sistema de avaliação de cargos de responsabilidade da área de Remuneração, e estar alinhado com o mercado selecionado. Para tanto, os valores de remuneração pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, considerando empresas de mesmo porte que a nossa Companhia, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e, eventualmente, avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

A comparação é feita considerando a composição da remuneração total (fixa e variável) paga pela Companhia com a remuneração paga por outras companhias aos profissionais que desempenham as mesmas funções.

A remuneração total pode ser composta por diferentes elementos, conforme abaixo:

- Remuneração 1: Salário Base.
- Remuneração 2: Remuneração 1 + Incentivos de Curto Prazo (Participação nos Resultados).
- Remuneração 3: Remuneração 2 + Incentivos de Longo Prazo (Plano de Opção de Ações e ILP).
- Remuneração 4: Remuneração 3 + Benefícios (assistência médica, seguro de vida e ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro).

Com a análise da equidade interna finalizada e com as informações da remuneração de mercado, desenvolvemos as curvas salariais por meio da aplicação de regressões matemáticas exponenciais baseadas nas medidas estatísticas do mercado para cada grade.

A possibilidade de concessão de progressões salariais está vinculada à previsão orçamentária, cuja forma de gestão para esse fim é estabelecida pela nossa Direção Executiva. Todos os aumentos individuais devem estar relacionados ao desempenho individual, ao potencial dos colaboradores e aos interesses da organização nos diversos segmentos de negócios.

Seguem abaixo informações por órgão referentes à metodologia de cálculo e reajuste da remuneração:

- Conselho de Administração. A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários), observado que a remuneração fixa mensal dos suplentes corresponde a 50% do valor recebido pelos titulares do Conselho de Administração. A definição dos valores ocorre anualmente de acordo com a prática de mercado, verificada através da realização de pesquisas referenciais realizadas por empresas especializadas, nas quais se observa o comportamento da remuneração para empresas de porte similar. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração por participação em comitês. Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração. A remuneração baseada em ações é concedida aos membros do Conselho de Administração no âmbito do Plano de Opções de Ações. Para mais detalhes sobre o referido plano, ver o item 13.4 (a) abaixo.
- Conselho Fiscal. A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários), tendo como referência o valor de 10% da remuneração que, em média, é atribuída aos Diretores Estatutários, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Os membros do Conselho Fiscal também têm direito a reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. Não há remuneração variável e remuneração baseada em ações para os membros do Conselho Fiscal.
- Diretores Estatutários. A remuneração fixa dos Diretores Estatutários é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, definida a partir da prática de mercado, verificada através da realização de pesquisas referenciais realizadas por empresas especializadas, nas quais se observa o comportamento da remuneração para empresas de porte similar, bem como avaliação pela área de Remuneração. Os valores pagos a título de remuneração fixa e os benefícios ficam normalmente abaixo das faixas medianas praticadas em padrões de mercado, com a finalidade de priorizar as remunerações variáveis de curto e longo prazo. Esse foco faz com que nossos Diretores compartilhem os nossos riscos e resultados, permitindo maior alinhamento de interesse entre nossos executivos e acionistas. O componente de remuneração variável dos Diretores Estatutários é calculado com base nos resultados da Companhia, podendo variar entre 0% e 125% da parcela fixa anual, dependendo das metas estabelecidas para cada exercício. A remuneração baseada em ações é concedida aos Diretores Estatutários no âmbito do Plano de Opções de Ações e do ILP. Para mais detalhes sobre os referidos planos, ver o item 13.4 (a) abaixo.
- Diretoria Não Estatutária. A remuneração fixa dos Diretores Não Estatutários é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, definida a partir da prática de mercado, verificada através da realização de pesquisas referenciais por meio de empresas especializadas, nas quais se observa o comportamento da remuneração para empresas de porte similar, bem como avaliada pela área de Remuneração. Os valores pagos a título de remuneração fixa e os benefícios ficam normalmente abaixo das faixas medianas praticadas em padrões de mercado, com a finalidade de priorizar as remunerações variáveis de curto e longo prazo. Esse foco faz com que nossos Diretores Não Estatutários compartilhem os nossos riscos e resultados, permitindo maior alinhamento de interesse entre nossos executivos e acionistas. O componente de remuneração variável dos Diretores Não Estatutários é calculado com base nos resultados da Companhia, podendo variar entre 0% e 125% da parcela fixa anual, dependendo das metas estabelecidas para cada exercício. A remuneração baseada em ações é concedida aos Diretores Não Estatutários no âmbito do Plano de Opções de Ações. Para mais detalhes sobre o referido plano, ver o item 13.4 (a) abaixo.
- Comitês Estatutários. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Comitês Estatutários instalados.

- Comitês Não Estatutários. Nossos Comitês são compostos por, no mínimo, três e no máximo cinco membros, sendo no mínimo, dois membros do Conselho de Administração. As pessoas indicadas são eleitas em reunião do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês que sejam conselheiros da Companhia recebem em sua remuneração fixa parcela que inclui a participação em eventuais comitês. Os demais administradores e empregados que sejam membros dos comitês não fazem jus a remuneração fixa.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

De acordo com os nossos valores, acreditamos no princípio da meritocracia, ou seja, cada colaborador cresce e é recompensado na medida dos seus resultados, em conformidade ainda com as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional. Os desempenhos diferenciados serão fortemente recompensados, principalmente nos critérios de remuneração variável que deverão assegurar o atingimento desta premissa.

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto, como de longo prazo). A existência da prática de remuneração variável e de remuneração baseada em ações permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com nossos principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração o desempenho do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no nosso *ScoreCard*, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, relacionadas aos seguintes indicadores de desempenho: EBITDA, fluxo de caixa operacional, receita operacional líquida e custo docente. A remuneração no âmbito do Plano de Opções é influenciada pela cotação de mercado das ações de nossa emissão.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**

As metas são estabelecidas pelo Conselho de Administração e desdobradas para todos os executivos elegíveis. Cada meta tem a sua variação monitorada em relação ao *target* estabelecido, estando diretamente ligada ao desempenho demonstrado no período avaliado, sendo mensalmente acompanhada e/ou reportada ao Conselho de Administração. No caso do Plano de Opções, a remuneração é diretamente impactada pelo aumento (ou redução) da cotação de mercado das ações de nossa emissão.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto e longo prazo da Companhia.**

Para nós, o sucesso do programa de remuneração deve equilibrar três perspectivas inter-relacionadas, conforme gráfico a seguir:



A nossa política de remuneração se baseia no nosso desempenho e sustentabilidade financeira, bem como na promoção da retenção e motivação dos nossos administradores, tanto no curto quanto no médio e longo prazo. Dessa forma, a nossa política de remuneração é estruturada de forma a alinhar os interesses de nossos colaboradores aos dos nossos acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, contamos também com a concessão aos nossos administradores de remuneração variável e remuneração baseada em ações, de forma a criar mecanismos de retenção e motivação de tais administradores em consonância com o nosso desempenho.

Nesse sentido, a prática de remuneração aplicada alinha os interesses dos nossos administradores aos da nossa Companhia e de nossos acionistas, na medida em que uma relevante parcela de remuneração dos Diretores Estatutários, por exemplo, depende do alcance de metas e obtenção de resultados pela nossa Companhia (participação nos resultados). Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária são também elegíveis a participar do Plano de Opções e, no caso da nossa Diretoria Estatutária, também do ILP instituído em 2014. Para mais informações, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Os membros do nosso Conselho e Administração e do Conselho Fiscal não receberam, e nem receberão, quaisquer valores de nossas subsidiárias ou nossas controladas, sendo sua remuneração totalmente paga pela Companhia.

Em 2012 membros de nossa Diretoria Estatutária receberam remuneração paga por nossa controlada Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - SESES. Nos exercícios de 2013 e 2014 e no exercício social corrente, membros de nossa Diretoria Estatutária receberam e receberão, respectivamente, remuneração por nossa controlada SESES e pelas sociedades ATUAL – Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e Sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda.

A tabela abaixo demonstra os montantes referentes à remuneração de nossos diretores, paga pelas nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso, nos três últimos exercícios sociais, e a previsão para o exercício social corrente:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - SESES (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2012	4.266	148	4.910
2013	4.420	15	5.885
2014	4.158	15	7.078

2015	4.850	15	6.931

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - IREP (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2012	-	-	-
2013	22	-	-
2014	910	-	-
2015	541	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - ATUAL (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2012	-	-	-
2013	22	-	-
2014	832	-	-
2015	424	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Academia do Concurso (Valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2012	-	-	-
2013	18	-	-
2014	498	-	-
2015	54	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA – Valor Total Considerando os Valores Apresentados nas Tabela acima (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2012	4.266	148	4.910
2013	4.482	15	5.885
2014	6.398	15	7.078
2015	5.869	15	6.931

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

**13.2. REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL**

Remuneração total prevista para o Exercício Social que se encerrará em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	9,00	7,00	3,00	19,00
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.836.000,00	5.869.539,00	234.000,00	7.939.539,00
Benefícios direto e indireto	-	15.000,00	-	15.000,00
Participações em Comitês	396.000,00	-	-	396.000,00
Outros	446.400,00	1.973.157,00	46.800,00	2.466.357,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	6.931.314,00	-	6.931.314,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação de Cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em Ações</b>	2.454.214,00	14.236.734,00 <sup>(3)</sup>		16.690.948,00
<b>Observação</b>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, estimado nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Número de Membros" considera os somente os membros titulares do Conselho de Administração.</p>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, estimado nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera os valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>3. Do valor de R\$14.236.734,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, note por favor que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- R\$10.518.586 se referem ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia;</li> <li>- R\$3.718.148,00 se referem valores no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</li> </ul>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, estimado nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Número de Membros" considera os membros titulares (3 membros) do Conselho Fiscal.</p>	
<b>Total da Remuneração</b>	5.132.614,00	29.025.744,00	280.800,00	34.439.158,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	7,67	7,00	3,00	17,67
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.473.000,00	6.398.200,00	222.600,00	8.093.800,00
Benefícios direto e indireto	-	15.000,00	-	15.000,00
Participações em Comitês	231.000,00	-	-	231.000,00
Outros	340.800,00	2.133.093,00	44.520,00	2.518.413,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais (INSS e FGTS)			

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	7.078.500,00	-	7.078.500,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação de Cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em Ações</b>	2.593.920,00	11.880.023,00 <sup>(3)</sup>		14.473.943,00
<b>Observação</b>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Número de Membros" considera os somente os membros titulares do Conselho de Administração.</p>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera os valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>3. Do valor de R\$11.880.023,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, note por favor que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- R\$9.401.057,00 se referem ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia;</li> <li>- R\$2.478.966,00 se referem valores no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</li> </ul>	<p>1. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular CVM/SEP 002/15.</p> <p>2. O campo "Número de Membros" considera os membros titulares (3 membros) do Conselho Fiscal.</p>	
<b>Total da Remuneração</b>	4.638.720,00	27.504.816,00	267.120,00	32.410.656,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2013 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	6,84	7,00	3,00	17,00
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.064.000,00	4.482.100,00	199.800,00	5.745.900,00
Benefícios direto e indireto	-	15.000,00	-	15.000,00
Participações em Comitês	-	-	-	-
Outros	212.800,00	1.504.640,00	39.960,00	1.757.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	5.885.000,00	-	5.885.000,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação de Cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em Ações</b>	4.375.997,00	5.549.194,00	0,00	9.925.191,00
<b>Observação</b>	1. O número de membros corresponde	1. O número de membros corresponde à média	1. O número de membros	

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2013 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	à média anual estimada do número de membros do referido órgão da administração apurada mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 001/14. 2. O campo "Número de Membros" considera os somente os membros titulares do Conselho de Administração. 3. O campo "Remuneração baseada em ações" considera os valores pagos no âmbito do Plano de Opções.	anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 001/14. 2. O campo "Remuneração baseada em ações" considera os valores pagos no âmbito do Plano de Opções.	corresponde à média anual estimada do número de membros do referido órgão da administração apurada mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 001/14. 2. O campo Número de Membros considera somente os membros titulares do Conselho Fiscal.	
<b>Total da Remuneração</b>	5.652.797,00	17.435.934,00	239.760,00	23.328.491,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2012 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	7,00	7,00	3,00	17,00
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.031.790,00	4.266.500,00	199.800,00	5.498.090,00
Benefícios direto e indireto	0,00	148.266,65	0,00	148.266,65
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	155.718,00	1.293.490,00	65.313,00	1.514.521,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	Encargos Sociais (INSS e FGTS)	
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	4.910.472,00	-	4.910.472,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b> <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
<b>Cessação de Cargo</b> <sup>(3)</sup>	-	-	-	-
<b>Baseada em Ações</b> <sup>(4)</sup>	1.844.400,00	1.229.600,00	-	3.074.000,00
<b>Observação</b>	1. O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013. 2. O campo "Número de Membros" considera os somente os membros titulares do Conselho de Administração. 3. O campo "Remuneração baseada em ações" considera os valores pagos no âmbito do Plano de Opções.	1. O número de membros da Diretoria foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013. 2. O campo "Remuneração baseada em ações" considera os valores pagos no âmbito do Plano de Opções.	1. O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2013. 2. O campo Número de Membros considera somente os membros titulares do Conselho Fiscal.	
<b>Total da Remuneração</b>	3.031.908,00	11.848.328,65	265.113,00	15.145.349,65

**13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL**

Somente os nossos diretores estatutários possuem previsão de remuneração variável.

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2015)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b> <sup>(1)</sup>	-	7,00	-	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração <sup>(3)</sup>	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.865.000,00		7.865.000,00

Notas:

(1) Corresponde ao número previsto de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração variável, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

(2) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(3) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

**Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2014**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b> <sup>(1)</sup>	-	7,00	-	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração <sup>(3)</sup>	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.700.000,00	-	7.700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	6.160.000,00	-	6.160.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	7.078.500,00	-	7.078.500,00

Notas:

(1) Corresponde ao número previsto de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração variável, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

(2) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(3) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

**Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2013**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b> <sup>(1)</sup>	-	7,00	-	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração <sup>(3)</sup>	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	6.740.000,00	-	6.740.000,00
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	5.392.000,00	-	5.392.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.885.000,00	-	5.885.000,00

Notas:

(1) Corresponde ao número previsto de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração variável, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 01/2014.

(2) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(3) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros<sup>(1)</sup></b>	-	7,00	-	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável <sup>(3)</sup>	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	6.138.090,00	-	6.138.090,00
Valor previsto no plano de remuneração variável caso as metas fossem atingidas	-	4.910.472,00	-	4.910.472,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	4.910.472,00	-	4.910.472,00

**Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2012**

Notas:

(1) Corresponde ao número previsto de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração variável, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 01/2014.

(2) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(3) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

**13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.**

Possuímos dois planos de remuneração quais sejam: (i) o Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações, direcionado aos nossos empregados, administradores e prestadores de serviços (“Plano de Opções de Ações”) e o (ii) Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários, direcionado para os nossos Diretores Estatutários. (“ILP” e em conjunto com o Plano de Opções de Ações, “Planos”).

**a. Termos e condições gerais.**Plano de Opções de Ações

No âmbito do nosso Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações (“Plano de Opções de Ações”), empregados, administradores e prestadores de serviços (“Beneficiários do Plano de Opções”) são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão.

O Plano de Opções de Ações foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008, sendo atualmente administrado pelo Conselho de Administração. Até a presente data possuímos sete programas de opções de ações, sendo informado abaixo a data de início término de cada um:

Programa	Data de Aprovação	Data de Encerramento
1º Programa	11.07.2008	20.04.2010
2º Programa	20.04.2010	20.12.2010
3º Programa	20.12.2010	02.04.2012
4º Programa	02.04.2012	01.04.2013
5º Programa	03.01.2013	02.10.2013
6º Programa	01.08.2013	13.10.2014
7º Programa	14.10.2014	Em curso

Até 31 de dezembro de 2014, 111 colaboradores, dentre administradores e executivos, foram outorgadas 16.523.555 opções outorgadas nos sete programas existentes, das quais 7.354.466 já haviam sido exercidas até a referida data.

O Plano de Opções de Ações é atualmente administrado pelo Conselho de Administração, este tendo poderes para a organização e administração do Plano de Opções de Ações, criação de programas de aquisição/subscrição de ações, outorga de opções aos Beneficiários, observados os limites impostos no Plano de Opções de Ações, criado em 2008.

Os Beneficiários do Plano de Opções contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições ali constantes. Como condição para o exercício das opções, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor dos preços de exercício das opções em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido.

Ressaltamos que os detentores de contratos de opção, devem, a cada ano, investir, obrigatoriamente, pelo menos 50% de sua remuneração variável no exercício de suas opções, sendo escriturada as ações em nome dos detentores e o montante exercido sujeito a *lock-up* por mais 1 ano, conforme regras do Plano de Opções de Ações e cláusulas existentes nos contratos de outorga de opção de compra de ação.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP

O ILP foi aprovado em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014 e ratificado pela nossa Assembleia Geral de Acionistas em 30 de abril de 2014. O ILP é destinado unicamente aos nossos Diretores Estatutários (“Beneficiários do ILP”). O ILP entrou em vigor após a sua ratificação pela Assembleia Geral de Acionistas e vigera até 30 de

abril de 2018, salvo no caso de prorrogações dos pagamentos e rescisão antecipada, previstos no referido contrato do ILP. A adesão de cada Beneficiário do ILP foi formalizada por meio da celebração de contrato específico, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração ("Contrato de Participação").

O ILP foi estruturado sob a forma de remuneração a ser paga aos Beneficiários do ILP, cujo valor dependerá do valor de mercado das nossas ações. Dessa forma, a remuneração concedida no âmbito do ILP é calculada por meio da multiplicação de (a) determinada quantidade de ações a ser definida individualmente para cada Beneficiário do ILP ("Ações de Referência") e (b) o valor de mercado das Ações de Referência no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá o pagamento da remuneração ao Beneficiário do ILP.

O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência, a serem alocadas discricionariamente entre os Beneficiários do ILP pelo Conselho de Administração. A remuneração será devida e paga em 4 (quatro) parcelas ("Parcelas Anuais"), sendo cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP, com vencimento em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018.

O pagamento de cada Parcela Anual está condicionado à deliberação e aprovação pelos nossos acionistas, reunidos em assembleia geral ordinária, como parte da remuneração global fixada para a nossa administração. Caso a Assembleia Geral não aprove o pagamento da parcela anual, tal pagamento será prorrogado e diferido para o exercício social subsequente, permanecendo ainda condicionado à prévia aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Na vigência do ILP, serão admitidas até 3 (três) prorrogações anuais sucessivas, em relação a uma mesma parcela da remuneração ou 5 (cinco) prorrogações intercaladas, relacionadas às parcelas de remuneração distintas.

A remuneração do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativas ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Neste caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

Em 05 de fevereiro de 2015, a CVM concedeu à Companhia a autorização para a utilização de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria para fazer frente ao pagamento das parcelas da remuneração devidas no âmbito do ILP. Ressaltamos porém que caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar à época de cada pagamento, se o mesmo deverá ser realizado, extraordinariamente, mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria ao Beneficiário, em substituição ao pagamento em moeda corrente.

Como condição para a participação no ILP, cada Beneficiário do ILP disponibilizou e autorizou o bloqueio (*lock-up*) de determinado número de ações de nossa emissão de sua titularidade ("Ações Bloqueadas"), definido pelo nosso Conselho de Administração, de forma discricionária para cada Beneficiário do ILP. O bloqueio de tais ações subsistirá até 30 de abril de 2018, salvo nas hipóteses de rescisão dos Contratos de Participação.

#### **b. Principais objetivos do plano.**

Nossos Planos objetivam: (1) alinhar os interesses dos nossos administradores e empregados aos interesses da nossa Companhia e dos nossos acionistas; (2) atrair e reter administradores e empregados de alto nível; (3) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos nossos objetivos sociais, permitindo, aos beneficiários adquirir ações de nossa emissão, no caso do Plano de Opções de Ações, incentivando a integração destes conosco.

**c. Forma como o plano contribui para esses objetivos.**

O Plano de Opções de Ações acima mencionado alinha os interesses dos nossos acionistas e dos nossos administradores, na medida em que garante que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a nossa Companhia, promovendo, nesse sentido, o compartilhamento dos nossos riscos e resultados. Dessa forma, tendo em vista que tal Plano têm como referência para fins da determinação da remuneração final, o valor de mercado das nossas ações, estimula o beneficiário, a buscar o crescimento da nossa Companhia, e, por conseguinte, a valorização das nossas ações.

Adicionalmente, o Plano de Opções de Ações, possibilita que os administradores se tornem nossos acionistas, e, dessa forma, cria fortes incentivos para que nossos administradores comprometam-se efetivamente com a criação de valor da nossa Companhia e para tal, exerçam suas funções de maneira a (a) integrar-se aos interesses dos acionistas, aos nossos objetivos sociais e planos de crescimento, (b) maximizar nossos lucros, bem como (c) gerar uma relação de longo prazo destes profissionais conosco.

Por fim, o ILP também promove um alinhamento de médio e longo prazo ao prever a possibilidade de pagamento gradual da remuneração em um determinado período de tempo previamente definido.

**d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.**

Os Planos atualmente em vigor inserem-se na nossa política de remuneração ao focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao nosso desempenho. De fato, parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar os nossos riscos e resultados com nossos principais executivos.

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.**

Os planos alinham os interesses dos administradores e os interesses da Companhia no médio e longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

- *Plano de Opção de Ações.* As outorgas realizadas no âmbito do referido Plano, trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários do Plano se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário do Plano tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços relativamente mais baixos que o valor de mercado das nossas ações, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização das nossas ações. Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (períodos de *lock up*), também modula os incentivos do Beneficiário do Plano para um prazo mais longo: cada lote de ações incorporadas objeto do exercício das opções apenas estará livres para venda após tal período, de maneira que o beneficiário apenas auferirá algum ganho se as nossas ações mantiveram-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser vendidas. Adicionalmente, é exigido no âmbito do Plano de Opções de Ações que o Beneficiário destine obrigatoriamente 50% de qualquer remuneração variável recebida para a aquisição/exercício de opções, sob pena de extinção de todas as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido.
- *Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* A remuneração no âmbito do ILP, somente será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, sendo cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP, observadas as hipóteses de prorrogação e diferimento do pagamento dispostas no ILP. Dessa forma, a possibilidade de pagamento gradual da remuneração em um

determinado período de tempo previamente definido, promove o alinhamento de interesses dos administradores e dos nossos acionistas no médio e longo prazo.

**f. Número Máximo de ações abrangidas.**

*Plano de Opções de Ações.* A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções é de até 5% do total de ações do nosso capital existentes na data da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, haviam sido outorgadas das 16.523.555 opções outorgadas, das quais 7.354.466 já haviam sido exercidas e 9.169.089 se encontravam em aberto, representando menos de 3% do capital social em 31 de dezembro de 2014. Cada opção dá direito à subscrição de uma ação após decurso do período de carência estabelecido nos Programas.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério e extraordinariamente, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela CVM. Neste caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado. Em tal cenário extraordinário, a quantidade limite de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas.**

*Plano de Opções de Ações.* Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite descrito no item “f” acima.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas um pagamento em dinheiro ou, eventualmente (desde que tal medida seja previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários), uma transferência de ações mantidas em tesouraria.

**h. Condições de aquisição de ações.**

*Plano de Opções de Ações.*

*Conselho de Administração:* As ações podem ser adquiridas em 2 (lotes) lotes anuais, cada qual equivalente a 50% do lote total outorgado a cada Beneficiário do Plano, sendo que o primeiro lote anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do preço de exercício. As condições de aquisição das ações são as mesmas para os Programas de opções que a Companhia possui até o momento.

*Diretores Estatuários:* As ações podem ser adquiridas em 5 (cinco) lotes anuais, cada qual equivalente a 20% do lote total outorgado a cada Beneficiário do Plano, sendo que o primeiro lote anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do preço de exercício. As condições de aquisição das ações são as mesmas para os programas de opções que a Companhia possui até o momento.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela CVM. A remuneração concedida no âmbito do ILP é calculada por meio da multiplicação de (a) determinada quantidade de Ações de

Referência pelo (b) valor de mercado das Ações de Referência no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá o pagamento da remuneração ao Beneficiário do ILP. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência, alocadas discricionariamente entre os Beneficiários do ILP pelo Conselho de Administração. A remuneração será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP. Caso o nosso Conselho de Administração decida pagar uma ou mais Parcelas Anuais utilizando ações em tesouraria, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.**

*Plano de Opções de Ações.* O preço de exercício será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção (salvo pelo preço de exercício do 1º programa, o qual já foi previamente definido no âmbito do Plano de Opção de Ações), sendo que o valor poderá ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente poderá ser determinado, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários do Plano um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício. A concessão de desconto em determinado Programa não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas posteriores.

Seguem abaixo os preços de exercícios em cada Programa, observado que os referidos preços são corrigidos pelo IGP-M/FGV:

Programa	Preço de Exercício	Preço de Exercício (Pós-Desdobramento de Ações) <sup>(1)</sup>	Observação
1º Programa	R\$16,50	R\$5,50	Corrigido a partir de 11 de julho de 2008
2º Programa	R\$19,20	R\$6,40	Corrigido a partir de 06 de maio de 2010
3º Programa	R\$23,60	R\$7,86	Corrigido a partir de 03 de janeiro de 2011
4º Programa	R\$19,00	R\$6,33	Corrigido a partir de 02 de abril de 2012
5º Programa	n/a	R\$13,33	Corrigido a partir de 03 de janeiro de 2013
6º Programa	n/a	R\$15,67	Corrigido a partir de 01 de agosto de 2013
7º Programa	n/a	R\$23,60	Corrigido a partir de 13 de outubro de 2014

(1) Em 21 de maio de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o desdobramento das ações da Companhia na razão 1:3. Para mais informações, ver o item 17.3 do Formulário de Referência da Companhia.

O preço de exercício das opções não exercidas será deduzido do valor dos dividendos, juros sobre capital próprio e outras devoluções de capital pagos por nós a partir da outorga ao Beneficiário do Plano.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* Não se aplica uma vez que não há o desembolso de valor pelo Beneficiário para percepção do incentivo. Note por favor que o incentivo será pago ao Beneficiário em moeda corrente, exceto extraordinariamente, o nosso Conselho de Administração poderá pagar uma ou mais Parcelas Anuais utilizando ações em tesouraria (e desde que tal medida seja previamente aprovada pela CVM). Nesse caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

#### **j. Critérios para fixação de prazo de exercício.**

*Plano de Opções de Ações.* O prazo de exercício é de até 10 (dez) anos, contados a partir da data da aquisição do direito de exercer as opções, sendo que, o executivo que seja Beneficiário

do Plano terá que investir 50% de sua remuneração variável no exercício de suas opções, evitando assim que as opções “vestidas” não decaiam.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, um exercício de opções por parte do Beneficiário do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, eventualmente, uma transferência de ações mantidas em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela CVM. Sobre as datas de pagamentos e possibilidades de prorrogação do ILP, ver item “a” acima.

#### **k. Forma de liquidação.**

*Plano de Opções de Ações.* Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários do Plano são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. Podemos utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício das opções. Nos Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, a regra é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou aquisição das ações correspondentes.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* A remuneração no âmbito do ILP, será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, nos termos dispostos no item “a” acima. A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários. Neste caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

#### **l. Restrições à transferência das ações.**

*Plano de Opções de Ações.* O Beneficiário do Plano somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da nossa Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opções de Ações ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, se atendido o período de mínimo de indisponibilidade de 1 ano, a contar da data do exercício de opção, para os Programas que a Companhia possui até o momento. Destaca-se com uma exceção à indisponibilidade acima, que mesma não será aplicável à alienação de ações subscritas ou adquiridas pelos herdeiros ou sucessores do Beneficiário do Plano em decorrência do seu falecimento.

Nos termos do nosso Plano de Opções de Ações na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, nosso Conselho de Administração ou nosso Comitê, deliberarão, conforme o caso, sobre a antecipação dos períodos de carência das opções dos programas em vigência ou a permanência do Plano de Opções de Ações, mediante a assunção das referidas opções por nova companhia, realizando-se os ajustamentos apropriados no número de ações e no preço de exercício das opções.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* Conforme mencionado no item “a” acima, como condição para participar no ILP, cada Beneficiário do ILP disponibilizou e autorizou o bloqueio (*lock-up*) de determinado número de ações de nossa emissão de sua titularidade, definido pelo nosso Conselho de Administração, de forma discricionária para cada Beneficiário do ILP. O bloqueio de tais ações subsistirá até 30 de abril de 2018, salvo nas hipóteses de rescisão dos Contratos de Participação. O bloqueio tem por finalidade somente restringir a alienação e oneração das ações objeto do bloqueio, e não afetará o exercício dos demais direitos políticos e patrimoniais a elas inerentes.

#### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.**

*Plano de Opções de Ações.* O nosso Conselho de Administração, conforme aplicável, poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano de Opções de Ações; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado os termos abaixo; e (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Não obstante o disposto acima, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano de Opções de Ações, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) sem o consentimento do Beneficiário do Plano, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra.

Adicionalmente, se o número de ações existentes da nossa Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da nossa Companhia (salvo no caso de alienação de controle), o nosso Conselho de Administração deliberará, conforme o caso, sobre a antecipação dos períodos de carência das opções dos Programas em vigência ou a permanência do Plano de Opções de Ações, mediante a assunção das referidas opções por nova companhia, realizando-se os ajustamentos apropriados no número de ações e no preço de exercício das opções. Para informações sobre a extinção ou alteração das condições de exercício das opções concedidos no âmbito do Plano de Opções de Ações no caso de saída do administrador dos órgãos da Companhia, ver o item “n” abaixo.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* O ILP poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo por decisão da nossa Assembleia Geral de Acionistas ou do nosso Conselho de Administração, ratificada em sede de Assembleia Geral da nossa Companhia.

O pagamento de cada Parcela Anual está condicionado à deliberação e aprovação pelos nossos acionistas, reunidos em assembleia geral ordinária, como parte da remuneração global fixada para a nossa administração. Caso a Assembleia Geral não aprove o pagamento da parcela anual, tal pagamento será prorrogado e diferido para o exercício social subsequente, permanecendo ainda condicionado à prévia aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Na vigência do ILP, serão admitidas até 3 (três) prorrogações anuais sucessivas, em relação a uma mesma parcela da remuneração ou 5 (cinco) prorrogações intercaladas, relacionadas às parcelas de remuneração distintas. Caso sejam atingidos e ultrapassados os limites de prorrogações anuais previstos, haverá a rescisão antecipada do Contrato de Participação celebrado pelo Beneficiário do ILP.

Ademais, em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução da nossa Companhia, também deve ser considerado rescindido cada Contrato de Participação celebrado com qualquer Beneficiário do ILP. Para informações sobre extinção ou alteração dos benefícios concedidos no âmbito do ILP no caso de saída do administrador dos órgãos da Companhia, ver o item “n” abaixo.

#### **n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

*Plano de Opções de Ações.* Nos termos do nosso Plano de Opções de Ações, o desligamento do Beneficiário do Plano terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (1) no caso de destituição ou término do mandato, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do Beneficiário do Plano por razão que configuraria justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (2) na hipótese de término da nossa relação com o Beneficiário do Plano em razão de aposentadoria, destituição ou demissão sem justa causa, renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário do Plano, término ou rescisão,

as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; e (3) no caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário do Plano, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário do Plano ou seus sucessores, conforme aplicável, em um prazo de 180 dias a contar do óbito ou invalidez permanente. Exceto no caso de falecimento do Beneficiário do Plano, as restrições à transferência dispostas no item “1” acima, permanecerão em vigor.

*Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* O Beneficiário do ILP perderá os benefícios em aberto assegurados pelo ILP no caso (i) do seu desligamento, destituição ou demissão por justa causa, ou (ii) da sua renúncia ou pedido de demissão (exceto para exercício de cargo ou função na nossa Companhia ou sociedade por nós controlada). No caso da destituição do Beneficiário do ILP sem justa causa, o Beneficiário do ILP fará jus à metade dos benefícios em aberto assegurados pelo ILP. Adicionalmente, no caso de falecimento, invalidez permanente ou interdição do Beneficiário do ILP, o Beneficiário do ILP (ou, conforme o caso, seus sucessos) fará jus a todos os benefícios em aberto assegurados pelo ILP.

### 13.5. PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS, DETIDAS POR ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS - POR ÓRGÃO

#### Ações Ordinárias da Estácio Participações S.A. (ESTC3) em 31/12/2014

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	Ações Ordinárias	23.688.629	7,51%	7,51%
Diretoria	Ações Ordinárias	1.066.795	0,34%	0,34%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	-	0,00%	0,00%

(1) Em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração detinha 124 ADRs. Cada ADR corresponde a 1 (uma) ação ordinária

(2) Excluem-se as ações dos Diretores que também são membros do Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, na data de encerramento do último exercício social não detinham, direta ou indiretamente, ações ou cotas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela nossa Companhia ou pelos nossos controladores diretos ou indiretos e/ou sociedades controladas ou sob nosso controle comum, na data de encerramento do último exercício social, que não os listados nos quadros acima.

### 13.6. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

As informações referidas neste item 13.6 consideram unicamente o Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações, uma vez que o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários (“ILP”) não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, visto que não há, de fato, um exercício de opções por parte dos beneficiários do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, em caráter extraordinário, uma transferência de ações mantidas em tesouraria. Assim, não são aplicáveis ao ILP as informações requeridas neste item. Adicionalmente, caso a remuneração do ILP venha a ser, por decisão do nosso Conselho de Administração, paga com ações de nossa emissão (medida que deve ser previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários), tal pagamento deverá ser realizado com ações que mantemos em tesouraria, não acarretando, portanto, em diluição dos nossos atuais acionistas. Para maiores informações acerca do nosso ILP, consulte o item 13.4 deste Formulário de Referência.

**Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	16,33	13,62
b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
c) Das opções exercidas durante o exercício social	16,69	11,06
d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,5%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao número previsto de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2014**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,82	7,77
b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
c) Das opções exercidas durante o exercício social	6,99	7,49
d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao número de diretores e conselheiros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da nossa Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2013**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,59	7,26
b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	6,59	6,86
d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao número de diretores e conselheiros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da nossa Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2012**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>3,00</b>	<b>2,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	19,00	19,00
b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	19,93	18,90
d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0%</b>	<b>0,5%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao número de diretores e conselheiros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da nossa Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**Outorgas reconhecidas no resultado dos 3 três últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:**

Exercício social de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>		
Data de outorga	2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012 6º Programa – 04/07/2014 6º Programa – 01/08/2014	1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013 6º Programa – 04/07/2014

Exercício social de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Quantidade de opções outorgadas	2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000 6º Programa – 325.000 6º Programa – 100.000	1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000 6º Programa – 2.710.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga*	2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00 6º Programa – 15,39 6º Programa – 14,72	1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79 6º Programa – 16,40

\*Preço médio de exercício do contrato de opções outorgado.

Exercício social de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>		
Data de outorga	1º Programa – 13/01/2009 2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012	1º Programa – 13/01/2009 1º Programa – 29/09/2009 1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013
Quantidade de opções outorgadas	1º Programa – 2.727.270 2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000	1º Programa – 90.912 1º Programa – 363.639 1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga*	1º Programa – 1,34 2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00	1º Programa – 1,94 1º Programa – 3,45 1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79

\*Preço médio de exercício do contrato de opções outorgado.

Exercício social de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>		
Data de outorga	1º Programa – 11/07/2008 1º Programa – 13/01/2009 2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012	1º Programa – 11/07/2008 1º Programa – 30/09/2008 1º Programa – 13/01/2009 1º Programa – 29/09/2009 1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011

Exercício social de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
		4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013
Quantidade de opções outorgadas	1º Programa – 60.000 1º Programa – 2.727.270 2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000	1º Programa – 181.818 1º Programa -1.318.179 1º Programa – 90.912 1º Programa –363.639 1º Programa –454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição ou aquisição	1 ano a contar da data da subscrição ou aquisição
Valor justo da opção na data da outorga*	1º Programa – 3,75 1º Programa – 1,34 2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00	1º Programa – 4,45 1º Programa -1,99 1º Programa – 1,94 1º Programa – 3,45 1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79

\*Preço médio de exercício do contrato de opções outorgado.

Exercício social de 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Outorga de opções de compra de ações</b>		
Data de outorga	1º Programa – 11/07/2008 1º Programa – 13/01/2009 2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012	1º Programa – 11/07/2008 1º Programa -30/09/2008 1º Programa – 13/01/2009 1º Programa – 29/09/2009 1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012
Quantidade de opções outorgadas	1º Programa – 60.000 1º Programa – 2.727.270 2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000	1º Programa – 181.818 1º Programa -1.318.179 1º Programa – 90.912 1º Programa –363.639 1º Programa –454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição ou aquisição	1 ano a contar da data da subscrição ou aquisição
Valor justo da opção na data da outorga*	1º Programa – 3,75 1º Programa – 1,34 2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00	1º Programa – 4,45 1º Programa -1,99 1º Programa – 1,94 1º Programa – 3,45 1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90

\*Preço médio de exercício do contrato de opções outorgado.

**13.7. EM INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

As informações referidas neste item 13.7 consideram unicamente o Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações, uma vez que o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários (“ILP”) não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, visto que não há, de fato, um exercício de opções por parte dos beneficiários do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, em caráter extraordinário, uma transferência de ações mantidas em tesouraria, mediante prévia decisão do nosso Conselho de Administração e aprovação prévia pela Comissão de Valores Mobiliários. Assim, não são aplicáveis ao ILP as informações requeridas neste item.

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2014**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Nº de membros <sup>(1)</sup>	4,00	7,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	425.000	3.340.183
Data que se tornarão exercíveis	14/04/2015; 14/04/2016	14/04/2015; 14/04/2016; 14/04/2017; 14/04/2018; 14/04/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	16,33	14,75
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
<b>Opções Exercíveis</b>		
Quantidade	-	616.825
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	-	7,51
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

<sup>(1)</sup> Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**13.8. OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.**

As informações referidas neste item 13.6 consideram unicamente o Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações, uma vez que o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários (“ILP”) não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, visto que não há, de fato, um exercício de opções por parte dos beneficiários do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, em caráter extraordinário, uma transferência de ações mantidas em tesouraria, a qual somente poderá ser realizada mediante prévia aprovação da CVM.

Esclarecemos que nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houve entrega de ações no âmbito do ILP, considerando que o referido plano foi aprovado em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014 e ratificado pela nossa Assembleia Geral de Acionistas em 30 de abril de 2014. Esclarecemos ainda que o pagamento do incentivo será realizado mediante moeda corrente, podendo tal forma de pagamento, extraordinariamente, a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia, ser substituída pela entrega de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria. Para mais informações, ver o item 13.4.

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2014**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	724.824	583.061
Preço médio ponderado de exercício	6,99	7,49
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	16,56	16,06
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2015.

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2013**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	1.975.926	903.929
Preço médio ponderado de exercício	6,59	6,86
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	7,78	7,51
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 01/2014.

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2012**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>4,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	275.535	394.323
Preço médio ponderado de exercício	6,64	6,30
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	4,31	1,41
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 01/2014.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**
**a. Modelo de precificação**

O valor justo das opções de compra de ações por nós outorgadas foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes até 2013.

A partir de 2013, a nossa Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a nossa Companhia não modificará as outorgas

antigas, de acordo com as normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

**b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**

As premissas utilizadas para o cálculo de cada outorga são (i) a data de outorga, (ii) o preço spot, (iii) o preço de exercício da opção, (iv) a taxa de juros livre de risco, (v) a volatilidade anual, (vi) o prazo médio (em anos); e (vii) *dividend yield*.

#### Data de Outorga

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva. Os pagamentos em aberto ao final de cada exercício são mensurados e reconhecidos pela Companhia ao final do exercício.

A nossa Companhia reconhece mensalmente as opções outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado.

#### Preço Spot

É o preço de mercado da ação na data da outorga. Para as ações da nossa Companhia, deve ser considerada a cotação das ações na BM&FBOVESPA na data da outorga.

#### Preço de Exercício da Opção

É o preço estabelecido no Programa, corrigido mensalmente pelo índice IGP-M e pelos dividendos distribuídos da data da outorga até a data de exercício.

#### Taxa de Juros Livre de Risco

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black and Scholes, a taxa de juros livre de risco utilizada foi a dos contratos de NTN-B com vencimento próximo ao vencimento da opção.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, a taxa de juros livre de risco utilizada é a média da curva dos contratos futuros de DI com prazo de vencimento próximo ao vencimento da opção.

Para maiores informações sobre as taxas de juros livre de risco utilizadas em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

#### Volatilidade Anual

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black and Scholes, utilizamos a volatilidade logarítmica histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, utilizamos o modelo de Garch com histórico dos últimos dois anos da data imediatamente anterior à data da outorga.

Para maiores informações sobre as volatilidades utilizadas em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

#### Prazo de Vencimento da Opção

É o período entre a data da outorga e a data média ponderada de exercício das opções, que leva em consideração a nossa estimativa quanto às datas em que os beneficiários exercerão

efetivamente suas opções, já considerado o exercício obrigatório de 50% da remuneração variável a cada ano.

#### Dividend Yield - Dividendos Esperados

O *dividend yield* é retorno em dividendos de uma ação, ou seja, o dividendo pago por ação de uma empresa, dividido pelo preço da ação.

Para maiores informações sobre os valores de *dividend yield* utilizados em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

#### **c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Os exercícios antecipados estão previstos na estimativa de prazo de vencimento da opção. O exercício antecipado, ou seja, antes da data-limite para exercício, pode ocorrer por conta da destinação compulsória de parte da remuneração variável para exercício das opções ou por livre e espontânea vontade do beneficiário.

#### **d. Forma de determinação da volatilidade esperada**

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black and Scholes, utilizamos a volatilidade logarítmica histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, utilizamos o modelo de Garch com histórico dos últimos dois anos da data imediatamente anterior à data da outorga.

#### **e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Em relação ao preço final de cada uma das opções, além de todos os fatores mencionados nos itens anteriores, consideramos o período de *Lock-up* no valor justo da opção.

#### Lock-up

Período em que o beneficiário terá que aguardar para ter direito ao benefício (*payoff*) do exercício das opções, ficando suscetível a volatilidade da ação nesse período. Em nosso caso o prazo utilizado é de um ano após o exercício da opção.

#### **13.10. INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS**

Não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso conselho de Administração e para nossos diretores estatutários.

**13.11. REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,67	6,84	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior Remuneração (Reais) <sup>(1)</sup>	7.081.990,00	4.489.436,00	3.050.729,00	840.740,00	1.002.915,00	537.919,00	89.040,00	79.920,00	88.371,00
Valor da menor Remuneração (Reais) <sup>(2)</sup>	2.782.551,00	1.763.923,00	1.198.647,00	407.631,00	486.262,00	260.809,00	89.040,00	79.920,00	88.371,00
Valor médio da Remuneração (Reais) <sup>(3)</sup>	3.929.259,00	2.490.847,00	1.692.618,00	604.787,48	826.432,00	433.129,00	89.040,00	79.920,00	88.371,00

Observação	Diretoria Estatutária
31/12/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/02/2015. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.
31/12/2013	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.
31/12/2012	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.
	Conselho de Administração
31/12/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/02/2015. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.

	Nenhum membro renunciou à remuneração.
31/12/2013	<p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p> <p>Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
31/12/2012	<p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p> <p>Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
	<b>Conselho Fiscal</b>
31/12/2014	<p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/02/2015.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p> <p>Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
31/12/2013	<p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p> <p>Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
31/12/2012	<p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/01/2014.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p> <p>Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>

### 13.12 - MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

### 13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

Desde o final do ano de 2010, somos uma Companhia de controle difuso, não possuindo acionista controlador, conforme definido pelas regras que tratam desse assunto.

Dessa forma, não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais qualquer remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas a controladores, diretos ou indiretos, da Companhia.

### 13.14 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDA POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

Não há, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

### 13.15. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR

**Exercício social 2014 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia**

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	13.491.000 <sup>(1)</sup>	-	13.491.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> Remuneração paga por nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso.

**Exercício social 2013 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia**

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	10.382.000 <sup>(1)</sup>	-	10.382.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

<sup>(2)</sup> Remuneração paga por nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso.

**Exercício social 2012 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia**

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	9.324.000 <sup>(1)</sup>	-	9.324.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> Remuneração paga por nossa controlada SESES

Adicionalmente, nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram atribuídas, no Brasil ou no exterior, remunerações aos nossos administradores e membros do conselho fiscal, que tenham sido reconhecidas no resultado de nossas controladas, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo na nossa Companhia.

**13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2015, apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, memória de cálculo do número de membros de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais:

**Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2015:**

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Março de 2015	7,00	9,00	3,00
Abril de 2015	7,00	9,00	3,00
Maio de 2015	7,00	9,00	3,00
Junho de 2015	7,00	9,00	3,00
Julho de 2015	7,00	9,00	3,00
Agosto de 2015	7,00	9,00	3,00
Setembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Outubro de 2015	7,00	9,00	3,00
Novembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Dezembro de 2015	7,00	9,00	3,00
<b>Média</b>	<b>7,00</b>	<b>9,00</b>	<b>3,00</b>

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:**

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2014	7,00	6,00	3,00
Fevereiro de 2014	7,00	6,00	3,00
Março de 2014	7,00	6,00	3,00
Abril de 2014	7,00	6,00	3,00
Maio de 2014	7,00	7,00	3,00
Junho de 2014	7,00	7,00	3,00
Julho de 2014	7,00	9,00	3,00
Agosto de 2014	7,00	9,00	3,00
Setembro de 2014	7,00	9,00	3,00
Outubro de 2014	7,00	9,00	3,00
Novembro de 2014	7,00	9,00	3,00
Dezembro de 2014	7,00	9,00	3,00
<b>Média</b>	<b>7,00</b>	<b>7,67</b>	<b>3,00</b>

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:**

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2013	7,00	7,00	3,00
Fevereiro de 2013	7,00	7,00	3,00
Março de 2013	7,00	7,00	3,00
Abril de 2013	7,00	7,00	3,00
Maio de 2013	7,00	7,00	3,00
Junho de 2013	7,00	7,00	3,00

Julho de 2013	7,00	7,00	3,00
Agosto de 2013	7,00	7,00	3,00
Setembro de 2013	7,00	7,00	3,00
Outubro de 2013	7,00	7,00	3,00
Novembro de 2013	7,00	6,00	3,00
Dezembro de 2013	7,00	6,00	3,00
<b>Média</b>	<b>7,00</b>	<b>6,84</b>	<b>3,00</b>

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:**

<b>MÊS</b>	<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>
Janeiro de 2012	7,00	7,00	3,00
Fevereiro de 2012	7,00	7,00	3,00
Março de 2012	7,00	7,00	3,00
Abril de 2012	7,00	7,00	3,00
Maio de 2012	7,00	7,00	3,00
Junho de 2012	7,00	7,00	3,00
Julho de 2012	7,00	7,00	3,00
Agosto de 2012	7,00	7,00	3,00
Setembro de 2012	7,00	7,00	3,00
Outubro de 2012	7,00	7,00	3,00
Novembro de 2012	7,00	7,00	3,00
Dezembro de 2012	7,00	7,00	3,00
<b>Média</b>	<b>7,00</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>

**Remuneração dos Administradores**

Apresentamos abaixo quadro demonstrativo dos valores de remuneração dos nossos administradores.

<b>Remuneração Aprovada em Assembleia Geral da Companhia <sup>(1)</sup></b>		<b>Remuneração Reconhecida nas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia</b>	
<b>Período de Referência</b>	<b>Remuneração (R\$ mil)</b>	<b>Período de Referência</b>	<b>Remuneração (R\$ mil)</b>
Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015	19.000	Exercício Social de 2015 <sup>(2)</sup>	N/A <sup>(3)</sup>
Maio de 2014 a Abril de 2015	18.000	Exercício Social de 2014	17.900
Maio de 2013 a Abril de 2014	15.000	Exercício Social de 2013	12.438
Maio de 2012 a Abril de 2013 <sup>(2)</sup>	12.971	Exercício Social de 2012	10.819

(1) Valores aprovados não incluem encargos e valores relativos ao reconhecimento contábil das opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações.

(2) Em 03 de abril de 2012, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da nossa Companhia a remuneração dos administradores de até R\$11.900 mil a qual foi posteriormente retificada em sede de assembleia geral realizada em 30 de abril de 2013 para o valor constante do quadro acima.

(3) Exercício social em curso.

**8.1.5 Aquisição de controle da ORPES (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09)****1 – Descrever o negócio**

A aquisição, pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“Compradora” ou “Atual”), subsidiária da Estácio Participações S.A. (“Companhia”), da integralidade das quotas da Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. (“ORPES”), mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (“IESAM”), nos termos do contrato de Compra e Venda de Quotas, celebrado em 1º de julho de 2014 (“Data de Fechamento” e Contrato”, respectivamente).

**2 – Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia**

O negócio está sendo submetido à ratificação em assembleia de acionistas da Companhia em cumprimento ao Artigo 256 da Lei nº 6406/76.

**3 – Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:****a – Informar o nome e qualificação**

Razão Social: Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. (“ORPES”)  
Sede: Avenida Governador José Malcher, nº 1148, Bairro de Nazaré, CEP 66055-260, na cidade de Belém, Estado do Pará.  
CNPJ/MF: 03.137.964/0001-74

**b - Numero de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas**

2.400.000 (dois milhões e quatrocentas mil) quotas valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma (“Quotas”).

**c – Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Os vendedores foram, em conjunto, legítimos proprietários da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, consistentes em 2.400.000 (dois milhões e quatrocentas mil) quotas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

**ANTES DA AQUISIÇÃO:**

VENDEDORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
João Batista Sena Costa	600.000	25%
José Antônio Gomes de Souza Alves	600.000	25%
José Carlos Simões Fontes	600.000	25%
Mecenas Pantoja Gonçalves	600.000	25%
TOTAL	2.400.000	100

**APÓS AQUISIÇÃO**

COMPRADORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	2.399.999	99,9%
Rogério Frota Melzi	01	0,01%
TOTAL	2.400.000	100

**d – Para cada classe ou espécie de ações ou quota da Sociedade cujo controle será adquirido, informar:**

- (i) Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos**  
Não aplicável, uma vez que a ORPES é uma sociedade limitada e seu capital social é representado por quotas e não são negociadas em nenhum mercado.
- (ii) Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociados, nos últimos 2 (dois) anos**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (iii) Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociados, nos últimos 6 (seis) meses**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (iv) Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (v) Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível**  
R\$20.400.000,00.
- (vi) Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente**  
A Sociedade teve prejuízo no valor de R\$37.000,00 no exercício social de 2012 e lucro líquido no valor de R\$1.474.000,00 no exercício de 2013.

**4 – Principais termos e condições do negócio, incluindo:**

**a – Identificação dos Vendedores**

João Batista Sena Costa, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, geólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 935.503 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 063.553.232-87, residente e domiciliado na Travessa Dom Romualdo Coelho, nº 127, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66055-190;

José Antônio Gomes de Souza Alves, brasileiro, divorciado, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº 264.779 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 049.144.902-00, residente e domiciliado na Travessa Benjamim Constant, nº 1185, apto 701, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66035-060;

José Carlos Simões Fontes, brasileiro, divorciado, psicólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.271.878 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 393.211.508-20, residente e domiciliado na Rod. BR-316, KM 04, Rua Pedreirinha, nº 201, na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, CEP 67110-280; e

Mecenas Pantoja Gonçalves, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 4647 OAB/PA, inscrito no CPF sob o nº 021.283.302-20, residente e domiciliado na Travessa Dom Romualdo Coelho, nº 922, apto 801, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66055-190; (em conjunto, os “Vendedores”)

**b – Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas**

2.400.000 (dois milhões e quatrocentas mil) quotas valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

**c – Preço total**

O preço de aquisição foi de R\$54.926.887,30 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil e oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos). O preço de aquisição foi determinado tendo como base em *enterprise value* da ORPES no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e considerando ainda a existência de Dívida Líquida a ser assumida

pela Atual no valor de R\$25.073.112,70 (vinte e cinco milhões, setenta e três mil e cento e doze reais e setenta centavos).

**d – Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe**

O preço de cada quota corresponde a R\$1,00 (um real) cada uma.

**e – Forma de pagamento**

(i) o valor total de R\$36.426.887,30 (trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos) foi pago pela Compradora aos Vendedores na data de celebração do contrato;

(ii) o valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, foi pago pela Compradora aos Vendedores no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de definição, em caráter definitivo, do ajuste do preço, nos termos do Contrato;

(iii) o valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, será pago pela Compradora aos Vendedores após decorridos 12 (doze) meses da Data do Fechamento;

(iv) o valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, será pago pela Compradora aos Vendedores após decorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data do Fechamento;

(v) o valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, será pago pela Compradora aos Vendedores após decorridos 36 (trinta e seis) meses da Data do Fechamento;

(vi) o valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, será pago pela Compradora aos Vendedores após decorridos 48 (quarenta e oito) meses da Data do Fechamento; e

(vii) o valor total de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), devidamente reajustado pela variação do IPC-A verificada entre a Data do Fechamento e a data do seu efetivo pagamento, será pago pela Compradora aos Vendedores após decorridos 60 (sessenta) meses da Data do Fechamento

**f – Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio**

*Condições Suspensivas para a Compradora:*

(i) Nenhuma Lei de qualquer autoridade governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida;

(ii) Aprovação da celebração do Contrato pela Compradora por meio da realização de uma assembleia geral extraordinária; e

Para a Vendedora:

(i) Nenhuma lei de qualquer autoridade governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida.

**g – Resumo das declarações e garantias dos Vendedores**

Os Vendedores declararam e garantiram, de forma conjunta e solidária, que todas as informações e declarações prestadas no âmbito do Contrato relacionadas a ORPES são verdadeiras, a saber: constituição e situação, titularidade e poderes, capital social, restrições, demonstrações financeiras, condução dos negócios desde a data das demonstrações

financeiras, garantias, tributos, questões trabalhistas, licenças e autorizações, litígios, propriedade intelectual, questões ambientais, ativos, contratos, restrição a outros negócios, seguros, operações com partes relacionadas, contas bancárias e procurações.

#### **h – Regras sobre indenização dos compradores**

Os Vendedores obrigam-se solidária e ilimitadamente, de modo irrevogável e irretroatável, a indenizar, reembolsar, defender e isentar a Compradora, qualquer um de seus respectivos sócios, administradores, representantes, sucessores ou cessionários (ou sócios, administradores, representantes, sucessores ou cessionários de qualquer uma de suas afiliadas) e a ORPES, conforme o caso (“Partes Indenizáveis da Compradora”), em relação a qualquer perda, incorrida pelas Partes Indenizáveis da Compradora, como resultado de: (a) todo e qualquer passivo, contingente ou materializado, de qualquer natureza, inclusive, sem limitação, trabalhista, previdenciário, fiscal, cível, securitário, tributário, financeiro, ambiental ou qualquer outro da ORPES, em cada caso relacionado a fatos ocorridos ou atos praticados ou omissões até a Data do Fechamento, inclusive, ainda que seus efeitos somente se materializem no futuro, tenha ou não sido revelado à Compradora no Contrato, seus anexos ou em qualquer outro instrumento relativo às operações previstas no Contrato, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de disposições legais ou regulamentares aplicáveis à ORPES; (b) qualquer inexatidão ou violação de qualquer declaração ou garantia prestada pelos Vendedores no Contrato, incluindo seus anexos; e/ou (c) não cumprimento, parcial ou total, de qualquer avença ou acordo ou obrigação dos Vendedores contidos no Contrato, ou em qualquer documento ou instrumento relativo ao Contrato.

A obrigação de indenização nos termos do Contrato vigorará pelo prazo de 6 (seis) anos contados a partir da Data do Fechamento.

Os Vendedores se comprometeram ainda à não-concorrência e não-aliamento pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Fechamento, e a absterem-se de atuarem na região da Grande Belém, incluindo a cidade de Ananindeua, nos termos do Contrato.

#### **i – Aprovações governamentais necessárias**

N/A.

#### **j – Garantias outorgadas**

A garantia é a parcela retida para ajuste nos termos do Contrato.

### **5 – Descrever o propósito do negócio**

A aquisição da ORPES dá continuidade à estratégia de aquisições como parte importante do planejamento de longo prazo da Companhia e contribui para aumentar sua presença em regiões com grande potencial de crescimento, fortalecendo sua posição de liderança nacional em ensino superior.

### **6 – Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio**

A aquisição significará a entrada da Companhia na cidade de Ananindeua, o que proporcionará a consolidação das operações na Grande Belém. Além disso, a aquisição complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho local. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Os custos envolvidos serão similares aos havidos em outras instituições de ensino que compõe o grupo da Companhia.

Os riscos são os inerentes ao setor de educação, bem como os riscos relacionados a fatores macroeconômicos em geral.

### **7 – Informar quais custos serão incorridos pela Companhia caso o negócio não seja aprovado**

O negócio foi firmado em caráter irrevogável e irretroatável, constituindo obrigações legais, válidas e vinculativas, nos termos do Contrato, não sendo possível estimar eventuais custos pela hipótese de não ratificação da aquisição.

### **8 – Descrever as fontes de recursos para o negócio**

Reservas de caixa da Companhia.

**9 – Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido**

Os planos dos Administradores da Companhia para a ORPES, envolvem:

- Melhorar, ainda mais, as operações da empresa, aplicando práticas e ferramentas utilizadas pela Companhia para otimizar os resultados da ORPES, objetivando ampliação da base de alunos e do lucro;
- Aumentar o numero de *campi* da Companhia como um todo;
- Implementar o modelo de gestão da Companhia na ORPES, promovendo ainda aproveitamento de sinergias e ganhos de escala.

**10 – Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio**

Os Administradores da Companhia acreditam que a aquisição da totalidade das quotas da ORPES ensejará diversos benefícios à Companhia e aos seus acionistas, tendo em vista:

- A ORPES ter boa participação de mercado, com uma boa reputação no segmento educacional, contando na Data de Fechamento com aproximadamente 4.500 alunos, tendo claro potencial para aumentar este número;
- A ORPES oferta 23 cursos superiores e 18 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres, podendo haver ainda aumento do portfólio destes cursos;
- Aumento da participação da Companhia na região Norte do país.

**11 – Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:**

**a – Qualquer dos Vendedores ou a Sociedade cujo controle foi ou será alienado**

**ANTES DA AQUISIÇÃO:**

VENDEDORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
João Batista Sena Costa	600.000	25%
José Antônio Gomes de Souza Alves	600.000	25%
José Carlos Simões Fontes	600.000	25%
Mecenas Pantoja Gonçalves	600.000	25%
TOTAL	2.400.000	100

**APÓS AQUISIÇÃO**

COMPRADORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	2.399.999	99,9%
Rogério Frota Melzi	01	0,01%
TOTAL	2.400.000	100

**b – Partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A Estácio Participações S.A. detêm, indiretamente, 99,9% das quotas da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.

**12 – Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido**

Não houve nenhum negócio.

**13 – Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela Companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição**

O Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, preparado pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., encontra-se disponível no sistema IPE da CVM, na empresa Estácio Participações S.A., podendo ser consultado através dos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Companhia ([www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br)).

**14 – Em relação a terceiros que preparam estudos ou laudos de avaliação:**

**a – Informar o nome**

O laudo econômico-financeiro foi elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

**b – Descrever sua capacitação**

A Apsis Consultoria Empresarial Ltda. atua como consultoria às maiores companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, avaliação de marcas e outros intangíveis, além de realizar avaliação patrimonial de ativos, consultoria e negócios imobiliários, gestão e *outsourcing* de ativo imobilizado, suporte a conversão para as IFRS e sustentabilidade corporativa.

**c – Descrever como foram selecionados**

Através de cotação com empresas afins, baseando-se na qualidade e experiência em trabalhos semelhantes.

**d – Informar se são partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não são partes relacionadas da Companhia.

A Companhia esclarece, ainda, que suas ações tem dispersão e integram índice de liquidez (Índice IBrx-50). Neste sentido, o acionista que não aprovar a operação poderá se retirar da Estácio por meio de venda de suas ações em bolsa.

\* \* \*

**8.1.6 Aquisição de controle da Estácio Manaus (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09)****1 – Descrever o negócio**

A aquisição, pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“Compradora” ou “Atual”), subsidiária da Estácio Participações S.A. (“Companhia”), da integralidade das quotas do Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda., cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda. (“Estácio Manaus” ou “Sociedade”), mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus (“LITERATUS” ou “Faculdade”), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas, celebrado em 07 de agosto de 2014 (“Data de Fechamento” e “Contrato”, respectivamente).

**2 – Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia**

O negócio está sendo submetido à ratificação em assembleia de acionistas da Companhia em cumprimento ao Artigo 256 da Lei nº 6406/76.

**3 – Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:****a – Informar o nome e qualificação**

Razão Social: Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda., cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda.

Sede: Av. Constantino Nery, nº 3693, Chapada, CEP 69050-001, Manaus - AM.  
CNPJ/MF: 03.754.112/0001-26

**b - Numero de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas**

7.814.583 (sete milhões, oitocentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e três) quotas valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. (“Quotas”)

**c – Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Os vendedores foram, em conjunto, legítimos proprietários da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, consistentes em 7.814.583 (sete milhões, oitocentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e três) quotas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

**ANTES DA AQUISIÇÃO:**

<b>VENDEDORES</b>	<b>Nº Quotas</b>	<b>% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL</b>
Eliana Cássia de Souza Pinheiro	3.907.292	50,01
Elaine de Souza Saldanha	3.907.291	49,99
<b>TOTAL</b>	<b>7.814.583</b>	<b>100,00</b>

**APÓS AQUISIÇÃO**

COMPRADORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	7.814.582	99,9
Rogério Frota Melzi	1	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>7.814.583</b>	<b>100,00</b>

**d – Para cada classe ou espécie de ações ou quota da Sociedade cujo controle será adquirido, informar:**

- (i) Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos**  
Não aplicável, uma vez que a Estácio Manaus é uma sociedade limitada e seu capital social é representado por quotas e não são negociadas em nenhum mercado.
- (ii) Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociados, nos últimos 2 (dois) anos**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (iii) Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociados, nos últimos 6 (seis) meses**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (iv) Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias**  
Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.
- (v) Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível**  
R\$7.400.000,00.
- (vi) Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente**  
Lucro líquido de R\$3.600.000,00 em 2012 e prejuízo de R\$1.900.000,00 em 2013.

**4 – Principais termos e condições do negócio, incluindo:****a – Identificação dos Vendedores**

ELAINE DE SOUZA SALDANHA, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0999039-9 /IIACM-CSC, inscrita no CPF/MF sob o nº 321.249.612-68, residente e domiciliada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Travessa Manaqueri, 278, Condomínio Residencial Ephigênio Salles, Bairro Aleixo, CEP 69060-020; e

ELIANA CÁSSIA DE SOUZA PINHEIRO, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11564655 SSP/AM, inscrita no CPF/MF sob o nº 276.432.042-68, residente e domiciliada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Terezinha, 386, apartamento 8B, Ed. Barão da Vila, Bairro Adrianópolis, CEP 69057-070; (em conjunto, as “Vendedoras”)

**b – Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas**

7.814.583 (sete milhões, oitocentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e três) quotas valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

**c – Preço total**

O preço de aquisição foi de R\$34.628.974,93 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil e oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

**d – Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe**

O preço de cada quota corresponde a R\$1,00 (um real) cada uma.

**e – Forma de pagamento****I. Preço de Aquisição**

(a) Pela aquisição e pela obrigação de não concorrência, a Compradora pagará às Vendedoras um preço de aquisição (“Preço de Aquisição”) composto por: (i) R\$22.664.814,00 (vinte dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais) (“Preço Mínimo de Aquisição”), o qual já comporta a dedução de todo o endividamento líquido da Sociedade na data de Fechamento, conforme declaração prestada pelas Vendedoras nos termos do Contrato; (ii) 1 (uma) parcela condicional fixa (*earnout*) no valor fixo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em caso de aumento do número de alunos da Faculdade, conforme previsto no Contrato; e (iii) 1 (uma) parcela condicional fixa (*earnout*) no valor fixo de R\$7.691.569,43 (sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), subtraído de eventuais valores pagos pela Estácio Manaus após a data de fechamento a título de principal, juros e encargos da dívida oriunda da Cédula de Crédito Bancário, emitida em 15.12.2009, pelo Banco da Amazônia S.A., no valor histórico de R\$ 8.119.324,54 (oito milhões, cento e dezenove mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) e valor na Data de Fechamento de R\$ 7.691.569,43 (sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), em caso de obtenção de anuência do Banco da Amazônia S.A. (“Dívida BASA”), relativamente à cisão da Dívida BASA no âmbito da Cisão Parcial da Sociedade, por meio da qual a parcela do patrimônio foi cindida da Sociedade para ser incorporada ao patrimônio de uma das sociedades das Vendedoras, conforme previsto no Contrato; (b) Todas as parcelas do Preço de Aquisição serão pagas às Vendedoras, em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário, via Transferência Eletrônica Disponível - TED, nas contas correntes de titularidade das Vendedoras indicadas no Contrato, sendo que os comprovantes bancários das transferências eletrônicas assim realizadas valerão como prova de pagamento, operando-se automaticamente a mais ampla, geral, rasa, irrevogável e irrefragável quitação dos valores por elas representados, após a devida compensação bancária. Caso a data de pagamento de qualquer das parcelas do Preço de Aquisição abaixo indicadas não seja um dia útil, o respectivo pagamento deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.

(c) Aumenta-se o Preço de Aquisição em R\$1.171.500,00 (um milhão, cento e setenta e um mil e quinhentos reais), em razão da multiplicação do número total de alunos dos cursos PRONATEC em 01 de outubro de 2014 (i.e. 355 alunos) por R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais), conforme previsto no Contrato;

(d) Em virtude do desconto obtido no pagamento de débito fiscal pela Estácio Manaus no valor de R\$1.101.091,50 (um milhão, cento e um mil, noventa e um reais e cinquenta centavos), e da consequente redução do valor do seu endividamento líquido no mesmo valor, a Compradora e as Vendedoras decidiram aumentar o Preço de Aquisição em R\$1.101.091,50 (um milhão, cento e um mil, noventa e um reais e cinquenta centavos), valor este que será pago pela Compradora às Vendedoras até 14 de novembro de 2014.

**II. Parcela Condicional Fixa 1**

(a) A Parcela Condicional Fixa 1 será devida às Vendedoras apenas em caso de aumento no número de alunos da Faculdade verificado entre 17 de abril de 2014 e 01 de setembro de 2014 (a “Data Limite”), para 5.000 (cinco mil) ou mais alunos, sendo no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos de graduação, conforme verificado no sistema interno da Faculdade e observado o disposto no Contrato.

(b) O valor da Parcela Condicional Fixa 1 será (i) de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), caso o número de alunos da Faculdade supere 5.000 (cinco mil) alunos, sendo, no mínimo, 90% (noventa por cento) de alunos de graduação; ou (ii) de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), caso o número de alunos da Faculdade supere 6.000 (seis mil) alunos, sendo, no mínimo, 90% (noventa por cento) de alunos de graduação.

(c) Para fins da apuração do aumento do número de alunos, as partes concordaram que (i) serão considerados apenas alunos que, na Data Limite: (i.a) estiverem devidamente matriculados na Faculdade; (i.b) tenham entregue a documentação exigida pelo MEC à Faculdade; (i.c) estiverem cursando a Faculdade; (i.d) estiverem adimplentes com a Faculdade

(entende-se por inadimplentes os alunos que tiverem mais de 2 (duas) parcelas não pagas consecutivas); (i.e) estiverem pagando mensalidades igual ou superior ao valor médio de mensalidade praticado historicamente pela Faculdade; e (ii) serão desconsiderados alunos provenientes de campanhas para (ii.a) recebimento de mensalidades, antecipadas ou atrasadas, fora dos parâmetros praticados historicamente pela Faculdade em períodos anteriores e/ou (ii.b) descontos e bolsas, fora dos parâmetros praticados historicamente pela Faculdade; tudo conforme políticas descritas no Contrato.

(d) Caso não seja verificado aumento do número de alunos nos parâmetros descritos no Contrato, as partes concordaram que a Parcela Condicional Fixa 1 não será devida às Vendedoras.

### III. Parcela Condicional Fixa 2

(a) A Parcela Condicional Fixa 2 será devida às Vendedoras apenas em caso de obtenção da anuência do Banco da Amazônia S.A. para a cisão da Dívida BASA, no contexto da Cisão Parcial, em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Fechamento e cumulativamente, do registro dos atos de Cisão Parcial na Junta Comercial do Estado do Amazonas.

(b) Caso não seja obtida a anuência do Banco do Amazonas S.A. nos termos do Contrato, as partes concordaram que (i) a Parcela Condicional Fixa 2 não será devida às Vendedoras e (ii) e os atos da Cisão Parcial deverão ser retificados de forma a refletir que a Dívida BASA não será cindida e permanecerá na Sociedade.

### IV. Forma do Pagamento do Preço Mínimo de Aquisição

O Preço Mínimo de Aquisição será calculado e pago da seguinte forma:

(a) R\$11.589.814,00 (onze milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quatorze reais) foi paga na Data de Fechamento;

(b) R\$2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais) será pago em 90 (noventa) dias contados a partir da Data do Fechamento, corrigido pela variação do IGP-M/FGV calculada *pro rata temporis* entre a Data de Fechamento e a data de seu efetivo pagamento; e

(c) 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, nos valores de R\$1.205.000,00 (um milhão, duzentos e cinco mil reais), R\$1.205.000,00 (um milhão, duzentos e cinco mil reais), R\$2.205.000,00 (dois milhões, duzentos e cinco mil reais), R\$2.205.000,00 (dois milhões, duzentos e cinco mil reais) e R\$2.205.000,00 (dois milhões, duzentos e cinco mil reais), serão pagas em 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis), 48 (quarenta e oito) e 60 (sessenta) meses, respectivamente, contados da Data do Fechamento, corrigidas pela variação do IGP-M/FGV calculada *pro rata temporis* entre a Data de Fechamento e a data de seu efetivo pagamento (as “Parcelas Anuais”).

### V. Forma do Pagamento da Parcela Condicional Fixa 1

A Parcela Condicional Fixa 1, se devida, (i) será calculada nos termos do Contrato e corrigida pela variação do IGP-M/FGV calculada *pro rata temporis* entre a Data de Fechamento e a data de seu efetivo pagamento e (ii) será paga às Vendedoras em 12 (doze) meses contados da Data de Fechamento, junto com a primeira Parcela Anual.

### VI. Forma do Pagamento da Parcela Condicional Fixa 2

A Parcela Condicional Fixa 2, se devida, (i) será calculada nos termos do Contrato (ii) será paga às Vendedoras no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Compradora, de notificação das Vendedoras acerca da obtenção da anuência pelo Banco da Amazônia S.A. para a cisão da Dívida BASA no contexto da Cisão Parcial e, cumulativamente, do registro dos atos da Cisão Parcial na Junta Comercial do Estado do Amazonas.

## **f – Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio**

*Condições Suspensivas para a Compradora:*

(i) As declarações e garantias prestadas pelos Vendedores nos termos do Contrato deverão ser verdadeiras e corretas na Data do Fechamento;

- (ii) Os Vendedores deverão ter cumprido com todas as suas obrigações anteriores à Data do Fechamento previstas no Contrato;
- (iii) Nenhuma lei de qualquer autoridade governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida;
- (iv) Aprovação da celebração do Contrato pela Compradora por meio da realização de uma assembleia geral extraordinária; e

*Para a Vendedora:*

- (i) Nenhuma lei de qualquer autoridade governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida.

#### **g – Resumo das declarações e garantias dos Vendedores**

As Vendedoras declararam e garantiram, de forma conjunta e solidária que todas as informações e declarações prestadas no Contrato relacionadas a Estácio Manaus são verdadeiras, a saber: constituição e situação, titularidade e poderes, capital social, restrições, demonstrações financeiras, condução dos negócios desde a data das demonstrações financeiras, garantias, tributos, questões trabalhistas, licenças e autorizações, litígios, propriedade intelectual, questões ambientais, ativos, contratos, restrição a outros negócios, seguros, operações com partes relacionadas, contas bancárias e procurações.

#### **h – Regras sobre indenização dos compradores**

Observado o disposto no Contrato, as Vendedoras obrigam-se, conjunta e solidariamente, a indenizar, defender e isentar a Compradora, a Estácio Manaus, a Faculdade e/ou quaisquer partes da Compradora contra quaisquer perdas, danos, dívidas, indenizações, obrigações, responsabilidades, ações, reclamações, processos (incluindo judiciais, administrativas ou arbitrais), autuações, penalidades, multas, juros, custos e despesas (incluindo honorários de advogados, honorários de peritos, custas judiciais e desembolsos) (em conjunto, “Perdas”, e individualmente, uma “Perda”) por elas incorridos em virtude de:

- (a) Qualquer violação ou inadimplemento (parcial ou total) pelas Vendedoras de suas obrigações previstas no Contrato ou em qualquer outro documento relacionado à aquisição;
- (b) Qualquer falsidade, omissão, erro, inveracidade, inadequação ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada pelas Vendedoras de acordo com o Contrato;
- (c) Qualquer contingência exigida por terceiros; ou
- (d) Qualquer ato, fato, ação ou omissão relativos e/ou que afetem a Estácio Manaus, a Faculdade, suas afiliadas e respectivas partes relacionadas, bem como suas respectivas operações, atividades e negócios, que tenham ocorrido até a Data de Fechamento, ficando expressamente excluída qualquer responsabilidade decorrente do endividamento líquido da Estácio Manaus, que já foi deduzido do Preço de Aquisição.

A obrigação de indenizar das Vendedoras estabelecida no Contrato não será limitada ou afetada em virtude de quaisquer informações compiladas nas declarações e garantias prestadas no Contrato e seus anexos, e será independente de haver ou não registro no balanço base e/ou balanço de fechamento da Estácio Manaus

Nada obstante o previsto no parágrafo acima, as declarações e garantias prestadas pelas Vendedoras deverão ser lidas e interpretadas considerando-se o conteúdo previsto nos anexos, sendo que uma declaração apenas será considerada falsa, omissa, errônea, inverídica, inadequada ou inexata se o respectivo anexo não contemplar todas as exceções aplicáveis à declaração em questão, para fins da obrigação de indenizar das Vendedoras prevista no Contrato.

A obrigação de indenização nos termos do Contrato vigorará pelo prazo de 5 (seis) anos contados a partir da Data do Fechamento.

Os Vendedores se comprometem ainda à não-concorrência e não-aliciamento pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de fechamento a abster-se de atuarem no Estado do Amazonas, nos termos do Contrato.

**i – Aprovações governamentais necessárias**

Não aplicável.

**j – Garantias outorgadas**

Hipoteca de 1º grau sobre imóvel de propriedade das Vendedoras.

**5 – Descrever o propósito do negócio**

A aquisição da Estácio Manaus dá continuidade à estratégia de aquisições como parte importante do planejamento de longo prazo da Companhia e contribui para aumentar sua presença em regiões com grande potencial de crescimento, fortalecendo sua posição de liderança nacional em ensino superior.

**6 – Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio**

A aquisição proporcionará a consolidação das operações no Estado do Amazonas. Além disso, a aquisição complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho local. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Os custos envolvidos serão similares aos havidos em outras instituições de ensino que compõe o grupo da Companhia.

Os riscos são os inerentes ao setor de educação, bem como os riscos relacionados a fatores macroeconômicos em geral.

**7 – Informar quais custos serão incorridos pela Companhia caso o negócio não seja aprovado**

O negócio foi firmado em caráter irrevogável e irretroatável, constituindo obrigações legais, válidas e vinculativas, não sendo possível estimar eventuais custos pela hipótese de não ratificação da aquisição.

**8 – Descrever as fontes de recursos para o negócio**

Reservas de caixa da Companhia.

**9 – Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido**

Os planos dos Administradores da Companhia para a Estácio Manaus, envolvem:

- Melhorar, ainda mais, as operações da Estácio Manaus, aplicando práticas e ferramentas utilizadas pela Companhia para otimizar os resultados da Estácio Manaus objetivando ampliação da base de alunos e do lucro;
- Aumentar o número de *campi* da Companhia como um todo;
- Implementar o modelo de gestão da Companhia na Estácio Manaus, promovendo ainda aproveitamento de sinergias e ganhos de escala.

**10 – Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio**

Os Administradores da Companhia acreditam que a aquisição da totalidade das quotas da Estácio Manaus ensejará diversos benefícios à Companhia e aos seus acionistas, tendo em vista:

- A Estácio Manaus ter boa participação de mercado, com uma boa reputação no segmento educacional, contando na data de fechamento com aproximadamente 4.800 alunos, tendo claro potencial para aumentar este número;
- A Estácio Manaus oferta 22 cursos superiores e 25 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres, podendo haver ainda aumento do portfólio destes cursos;
- Aumento da participação da Companhia na região Norte do país.

**11 – Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:****a – Qualquer dos Vendedores ou a Sociedade cujo controle foi ou será alienado**

**ANTES DA AQUISIÇÃO:**

VENDEDORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Eliana Cássia de Souza Pinheiro	3.907.292	50,01
Elaine de Souza Saldanha	3.907.291	49,99
<b>TOTAL</b>	<b>7.814.583</b>	<b>100,00</b>

**APÓS AQUISIÇÃO**

COMPRADORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	7.814.582	99,9
Rogério Frota Melzi	1	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>7.814.583</b>	<b>100,00</b>

**b – Partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A Estácio Participações S.A. detêm, indiretamente, 99,9% das quotas da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.

**12 – Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido**

Não houve nenhum negócio.

**13 – Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela Companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição**

O Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, preparado pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., encontra-se disponível no sistema IPE da CVM, na empresa Estácio Participações S.A., podendo ser consultado através dos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Companhia ([www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br)).

**14 – Em relação a terceiros que preparam estudos ou laudos de avaliação:****a – Informar o nome**

O laudo econômico-financeiro foi elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

**b – Descrever sua capacitação**

A Apsis Consultoria Empresarial Ltda. atua como consultoria às maiores companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, avaliação de marcas e outros intangíveis, além de realizar avaliação patrimonial de ativos, consultoria e negócios imobiliários, gestão e *outsourcing* de ativo imobilizado, suporte a conversão para as IFRS e sustentabilidade corporativa.

**c – Descrever como foram selecionados**

Através de cotação com empresas afins, baseando-se na qualidade e experiência em trabalhos semelhantes.

**d – Informar se são partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não são partes relacionadas da Companhia.

A Companhia esclarece, ainda, que suas ações tem dispersão e integram índice de liquidez (Índice IBrx-50). Neste sentido, o acionista que não aprovar a operação poderá se retirar da Estácio por meio de venda de suas ações em bolsa.

\* \* \*

**8.1.7 Aquisição de controle da CEUT (Anexo 19 da Instrução CVM 481/09)****1 – Descrever o negócio**

A aquisição, pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“Compradora”), subsidiária da Estácio Participações S.A. (“Companhia”), da integralidade das quotas do CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda. (“CEUT” ou “Sociedade”), mantenedora da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina (“Faculdade”), nos termos do contrato de Compra e Venda de Quotas, celebrado em 18 de novembro de 2014 (“Data de Fechamento” e “Contrato”, respectivamente).

**2 – Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia**

O negócio está sendo submetido à ratificação em assembleia de acionistas da Companhia em cumprimento ao Artigo 256 da Lei nº 6406/76.

**3 – Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:****a – Informar o nome e qualificação**

Razão Social: CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda.  
Sede: Avenida dos Expedicionários, 790, Bairro São João, Cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64046-700.  
CNPJ/MF: 34.982.124/0001-31

**b - Numero de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas**

80.266 (oitenta mil, duzentas e sessenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$30,00 (trinta reais) cada uma. (“Quotas”)

**c – Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Os vendedores foram, em conjunto, legítimos proprietários da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, consistentes em 80.266 (oitenta mil, duzentas e sessenta e seis) quotas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

**ANTES DA AQUISIÇÃO:**

<b>VENDEDORES</b>	<b>Nº Quotas</b>	<b>% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL</b>
Honório José Nunes Bona	34.402	42,86
Lina Rosa de Jesus Bona	29.313	36,52
Zizita Dolores Bona de Carvalho	8.597	10,71
Josias Lucas Leodido Bona	7.954	9,91
<b>TOTAL</b>	<b>80.266</b>	<b>100,00</b>

**APÓS AQUISIÇÃO**

<b>COMPRADORES</b>	<b>Nº Quotas</b>	<b>% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL</b>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	80.265	99,9
Miguel Filisbino Pereira de Paula	01	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>80.266</b>	<b>100,00</b>

**d – Para cada classe ou espécie de ações ou quota da Sociedade cujo controle será adquirido, informar:**

**(vii) Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos**

Não aplicável, uma vez que a CEUT é uma sociedade limitada e seu capital social é representado por quotas e não são negociadas em nenhum mercado.

**(viii) Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociados, nos últimos 2 (dois) anos**

Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.

**(ix) Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociados, nos últimos 6 (seis) meses**

Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.

**(x) Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias**

Não aplicável, pelos motivos mencionados neste item “d”, “i”.

**(xi) Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível**

R\$10.400.000,00

**(xii) Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente**

A Sociedade teve prejuízo no valor de R\$2.500.000,00 no exercício social de 2012 e lucro líquido no valor de R\$3.100.000,00 no exercício social de 2013.

**4 – Principais termos e condições do negócio, incluindo:****a – Identificação dos Vendedores**

Honório José Nunes Bona, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural da cidade de Barras, Estado do Piauí, nascido em 28 de junho de 1956, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 140.317 / SJSP – PI, expedida em 23 de setembro de 1983, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.047.183-87, residente e domiciliado na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua Governador Joca Pires, 1535, apto. 102, CEP 64.049-522;

Lina Rosa de Jesus Bona, brasileira, solteira, Bacharel em Direito, natural da cidade de Campo Maior, Estado do Piauí, nascida em 24 de novembro de 1948, portadora da Cédula de Identidade RG nº 123.158 / SJSP – PI, expedida em 16 de dezembro de 1971, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.143.784-68, residente e domiciliada na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Avenida Visconde da Parnaíba, nº 2315, apto 402, 555, CEP 64.049-530;

Josias Lucas Leodido Bona, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, natural da cidade de Buriti do Lopes, Estado do Piauí, nascido em 09 de março de 1955, portador da Cédula de Identidade RG nº 140.346 / SJSP – PI, expedida em 28 de dezembro de 1972, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.663.593-34, residente e domiciliado na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí, na Av. Vicente Pacheco, 103, CEP 64.280-000; e

Zizita Dolores Bona de Carvalho, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens,

Bacharel em Administração, natural da cidade de Buriti do Lopes, Estado do Piauí, nascida em 30 de novembro de 1952, portadora da Cédula de Identidade RG nº 126.749 / SJSP – PI, expedida em 29 de fevereiro de 1972, inscrita no CPF/MF sob o nº 066.401.253-15, residente e domiciliada na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua Senador Joaquim Pires, 2442, CEP 64.046-590; (em conjunto, os “Vendedores”)

**b – Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas**

80.266 (oitenta mil, duzentas e sessenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$30,00 (trinta reais) cada uma.

**c – Preço total**

Pela aquisição e pela obrigação de não concorrência (conforme definido no Contrato), a Compradora pagará aos Vendedores o preço de aquisição no valor total de R\$22.382.886,00 (vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais), valor este que é resultado do preço bruto de aquisição acordado entre as partes, no valor de R\$33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), diminuído o endividamento líquido da Sociedade na Data de Fechamento declarado pelos Vendedores, no valor de R\$10.617.114,00 (dez milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e quatorze reais), conforme descrito no Contrato (“Preço de Aquisição”).

**d – Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe**

O preço de cada quota corresponde a R\$30,00 (trinta reais) cada uma.

**e – Forma de pagamento**

O Preço de Aquisição será pago da seguinte forma:

(a) R\$14.548.876,00 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais) será pago em até 2 (dois) dias Úteis contados da data de publicação da sentença homologatória de ação judicial em trâmite perante a 7ª Vara Cível da Comarca de Teresina, estado do Piauí;

(b) R\$1.119.144,00 (um milhão, cento e dezenove mil, cento e quarenta e quatro reais) será pago em 90 (noventa) dias corridos contados a partir da Data do Fechamento, devidamente corrigido conforme a variação do IPCA/IBGE; e

(c) R\$6.714.866,00 (seis milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e sessenta e seis reais) será pago em 10 (dez) parcelas semestrais, devidamente corrigidas conforme a variação do IPCA/IBGE, vencendo-se a primeira em 6 (seis) meses contados a partir da Data do Fechamento e as seguintes, no mesmo dia dos meses subsequentes.

**f – Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio**

*Condições Suspensivas para a Compradora:*

(i) Nenhuma lei de qualquer autoridade governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida;

(ii) Aprovação da celebração do Contrato pela Compradora por meio da realização de uma assembleia geral extraordinária; e

*Para a Vendedora:*

(i) Nenhuma Lei de qualquer Autoridade Governamental ou ato administrativo proibindo a consumação da compra e venda das Quotas deverá ter sido emitida.

**g – Resumo das declarações e garantias dos Vendedores**

Os Vendedores declararam e garantiram, de forma conjunta e solidária que todas as informações e declarações prestadas no Contrato relacionadas a CEUT são verdadeiras, a saber: constituição e situação, titularidade e poderes, capital social, restrições, demonstrações

financeiras, condução dos negócios desde a data das demonstrações financeiras, garantias, tributos, questões trabalhistas, licenças e autorizações, litígios, propriedade intelectual, questões ambientais, ativos, contratos, restrição a outros negócios, seguros, operações com partes relacionadas, contas bancárias e procurações.

#### **h – Regras sobre indenização dos compradores**

Os Vendedores obrigam-se, conjunta e solidariamente, a isentar, indenizar e defender a Compradora, a Sociedade, a Faculdade e/ou quaisquer partes da Compradora contra quaisquer perdas, danos, dívidas, indenizações, obrigações, responsabilidades, ações, reclamações, processos (incluindo judiciais, administrativas ou arbitrais), autuações, penalidades, multas, juros, custos e despesas (incluindo honorários de advogados, honorários de peritos, custas judiciais e desembolsos) (em conjunto, "Perdas", e individualmente, uma "Perda") direta ou indiretamente incorridos por qualquer das partes da Compradora em virtude de: (a) Qualquer violação ou inadimplemento (parcial ou total) pelos Vendedores de suas obrigações previstas no Contrato ou em qualquer outro documento relacionado à aquisição; (b) Qualquer falsidade, omissão, erro, inveracidade, inadequação ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada pelos Vendedores de acordo com o Contrato; (c) qualquer contingência ou contingência exigida por terceiros originada antes da Data de Fechamento; (d) qualquer reclamação ou questionamento relativo ou em conexão à ação judicial em trâmite perante a 7ª Vara Cível da Comarca de Teresina, estado do Piauí ou do acordo extrajudicial entre os Vendedores e Aline dos Santos Bona, Henrique dos Santos Bona, Liliane dos Santos Bona e Maria da Glória dos Santos Bona, seja a que título for, que afetem a Sociedade, a Faculdade, suas afiliadas e respectivas partes relacionadas, bem como suas respectivas operações, atividades e negócios, incluindo, sem limitação, prejuízos relativos a reclamações de qualquer dos herdeiros de determinados Compradores, tributos, autuações, multas, custas, despesas, entre outros; e (e) qualquer ato, fato, ação ou omissão relativos e/ou que afetem a Sociedade, a Faculdade, suas afiliadas e respectivas partes relacionadas, bem como suas respectivas operações, atividades e negócios, que tenham ocorrido até a Data de Fechamento.

Os Vendedores obrigam-se pelo Contrato a não praticar, direta ou indiretamente ou por meio de suas respectivas partes relacionadas, quaisquer atos ou atividades que possam representar concorrência com as atividades desenvolvidas pela Sociedade, Compradora ou suas respectivas afiliadas, no Estado do Piauí. Tal obrigação deverá ser observada pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Fechamento ou da data em que os Vendedores não tiverem mais qualquer relação com a Sociedade, a qualquer título, o que ocorrer posteriormente.

#### **i – Aprovações governamentais necessárias**

Não aplicável.

#### **j – Garantias outorgadas**

Fiança e hipoteca de imóvel de propriedade de sociedade detida por um dos vendedores.

### **5 – Descrever o propósito do negócio**

A aquisição da CEUT dá continuidade à estratégia de aquisições como parte importante do planejamento de longo prazo da Companhia e contribui para aumentar sua presença em regiões com grande potencial de crescimento, fortalecendo sua posição de liderança nacional em ensino superior.

### **6 – Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio**

A aquisição da CEUT dá continuidade à estratégia de aquisições como parte importante do planejamento de longo prazo da Companhia e marca a chegada da Estácio no estado do Piauí, praça estratégica para o ensino presencial e polo de EAD.

Os custos envolvidos serão similares aos havidos em outras instituições de ensino que compõe o grupo da Companhia.

Os riscos são os inerentes ao setor de educação, bem como os riscos relacionados a fatores macroeconômicos em geral.

### **7 – Informar quais custos serão incorridos pela Companhia caso o negócio não seja aprovado**

O negócio foi firmado em caráter irrevogável e irretratável, constituindo obrigações legais, válidas e vinculativas, não sendo possível estimar eventuais custos pela hipótese de não ratificação da aquisição.

**8 – Descrever as fontes de recursos para o negócio**

Reservas de caixa da Companhia.

**9 – Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido**

Os planos dos Administradores da Companhia para a CEUT, envolvem:

- Melhorar, ainda mais, as operações da CEUT aplicando práticas e ferramentas utilizadas pela Companhia para otimizar os resultados da Sociedade, objetivando ampliação da base de alunos e do lucro;
- Aumentar o número de *campi* da Companhia como um todo;
- Implementar o modelo de gestão da Companhia na Sociedade, promovendo ainda aproveitamento de sinergias e ganhos de escala.

**10 – Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio**

Os Administradores da Companhia acreditam que a aquisição da totalidade das quotas da CEUT ensejará diversos benefícios à Companhia e aos seus acionistas, tendo em vista:

- A Sociedade adquirida ter boa participação de mercado, com uma boa reputação no segmento educacional, contando na data de fechamento com aproximadamente 3.700 alunos, tendo claro potencial para aumentar este número;
- A Sociedade oferta atualmente 12 cursos superiores e 29 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres, podendo haver ainda aumento do portfólio destes cursos;
- Aumento da participação da Companhia na região Nordeste do país.

**11 – Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:****a – Qualquer dos Vendedores ou a Sociedade cujo controle foi ou será alienado****ANTES DA AQUISIÇÃO:**

VENDEDORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Honório José Nunes Bona	34.402	42,86%
Lina Rosa de Jesus Bona	29.313	36,52%
Zizita Dolores Bona de Carvalho	8.597	10,71%
Josias Lucas Leodido Bona	7.954	9,91%
TOTAL	80.266	100

**APÓS AQUISIÇÃO**

COMPRADORES	Nº Quotas	% DO TOTAL DO CAPITAL SOCIAL
Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.	80.265	99,9%
Rogério Frota Melzi	01	0,01%
TOTAL	80.266	100

**b – Partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A Estácio Participações S.A. detêm, indiretamente, 99,9% das quotas da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.

**12 – Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido**

Não houve nenhum negócio.

**13 – Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela Companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição**

O Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, preparado pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., encontra-se disponível no sistema IPE da CVM, na Estácio Participações S.A., podendo ser consultado através dos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Companhia ([www.estacioparticipacoes.com.br](http://www.estacioparticipacoes.com.br)).

**14 – Em relação a terceiros que preparam estudos ou laudos de avaliação:**

**a – Informar o nome**

O laudo econômico-financeiro foi elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

**b – Descrever sua capacitação**

A Apsis Consultoria Empresarial Ltda. atua como consultoria às maiores companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, avaliação de marcas e outros intangíveis, além de realizar avaliação patrimonial de ativos, consultoria e negócios imobiliários, gestão e *outsourcing* de ativo imobilizado, suporte a conversão para as IFRS e sustentabilidade corporativa.

**c – Descrever como foram selecionados**

Através de cotação com empresas afins, baseando-se na qualidade e experiência em trabalhos semelhantes.

**d – Informar se são partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não são partes relacionadas da Companhia.

A Companhia esclarece, ainda, que suas ações tem dispersão e integram índice de liquidez (Índice IBrx-50). Neste sentido, o acionista que não aprovar a operação poderá se retirar da Estácio por meio de venda de suas ações em bolsa.

\* \* \*

**8.1.8 Informações sobre Avaliadores (Anexo 21 da Instrução CVM 481/09)****1. Listar os avaliadores recomendados pela Administração**

APSYS Consultoria Empresarial Ltda. (“APSYS”), sociedade limitada com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José nº 90, grupo 1.802, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.281.922/0001-70.

**2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados**

A APSYS presta serviços de consultoria às maiores companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, avaliação de marcas e outros intangíveis, além de realizar avaliação patrimonial de ativos, consultoria e negócios imobiliários, gestão e *outsourcing* de ativo imobilizado, suporte a conversão para as IFRS e sustentabilidade corporativa.

**3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados**

Disponibilizado como Anexo 8.1.9 (A) à presente.

**4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A APSYS tem sido a responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação das sociedades que a Estácio Participações S.A. e/ou suas controladas vêm adquirindo.

**8.1.8 (A) Proposta de Trabalho dos Avaliadores**

**8.1.9 Pedido de Procuração (Anexo 23 da Instrução CVM 481/09)****1. Informar o nome da companhia**

Estácio Participações S.A.

**2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada****Em sede de Assembleia Geral Ordinária:**

- (i) apreciar o Relatório Anual da Administração e tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos e a retenção do saldo remanescente do lucro líquido para fazer frente ao orçamento de capital, tudo relativo ao exercício encerrado em 31.12.2014;
- (iii) aprovar o orçamento de capital;
- (iv) instalar e eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;
- (v) fixar a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

**Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) ratificar a (i) aquisição da totalidade das quotas do capital social por meio da controlada da Companhia Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.: (a) da **Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda.**, mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01.07.2014; (b) do **Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda.**, cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07.08.2014; e (c) do **Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda.**, mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18.11.2014, bem como (ii) todos os atos e deliberações tomadas pela administração da Companhia, necessários à condução e implementação das aquisições acima referidas, incluindo mas não se limitando à contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração dos laudos de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei nº 6.404/76;
- (vi) ratificar a manutenção da dispensa da aplicabilidade do art. 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações e do art. 2º, §3º da Instrução CVM nº 367/02 concedida em 01.07.2014 pelos acionistas da Companhia aos Conselheiros Srs. Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher, em razão de autorização concedida pelo Ministério da Educação – MEC aos referidos Conselheiros para operar uma nova faculdade na cidade de Araçatuba, São Paulo.

**3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:****a. Nome e endereço**

Estácio Participações S.A.  
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar  
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-040

**b. Desde quando é acionista da companhia**

Não Aplicável.

**c. Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade**

Não Aplicável.

**d. Número de ações tomadas em empréstimo**

Não Aplicável.

**e. Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia**

Não Aplicável

**f. Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não Aplicável.

**4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas tem interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão**

O pedido público de procuração será promovido e custeado pela Administração da Companhia, conforme previsto no art. 29 da ICVM 481/09, não existindo qualquer interesse especial na aprovação das matérias que compõe a ordem do dia, mas sim a composição de quórum para instalação da Assembleia em primeira convocação.

**5. Informar o custo estimado do pedido de procuração**

O custo estimado pela Companhia do pedido de procuração é aproximadamente R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

**6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia**

O pedido público de procuração será custeado integralmente pela Companhia.

**7. Informar:**

O recebimento das procurações no âmbito do pedido público de procuração iniciar-se-á no dia 13 de abril de 2015 e findar-se-á até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização das Assembleias.

**a. O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada; ou**

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - 22775-040 – Departamento Jurídico, identificar no envelope que trata-se de um “documento para Assembleia Geral de Acionista”.

**b. Caso a companhia aceite procurações por meio de sistema na rede mundial de computadores, as instruções para a outorga da procuração.**

Para outorgar a procuração por meio do sistema “Assembleias Online”, o acionista precisa se cadastrar no endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) e obter (gratuitamente) seu certificado digital, seguindo os passos descritos abaixo:

**Passo 1 – Cadastramento no portal:**

c) Acesse o endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) clique em “cadastro e certificado” e selecione seu perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);

d) Preencha o cadastro e clique em cadastrar, confirme os dados, e em seguida, terá acesso ao Termo de Adesão, no caso de pessoa física, e/ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica.\* O termo de adesão e/ou de representação deve(m) ser impresso(s), rubricado(s) em todas as páginas, assinado(s) e ter sua(s) firma(s) reconhecida(s).

\*Caso já possua um Certificado digital emitido pela ICP-Brasil é necessário efetuar apenas o cadastro e assinar digitalmente o “Termo de Adesão” para estar apto a votar nas assembleias.

### **Passo 2 – Validação de cadastro e recebimento do certificado digital**

d) O acionista receberá um e-mail do portal “Assembleias Online”, relacionando os documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão e/ou o termo de representação, mencionado acima. O único custo ao acionista refere-se ao envio da documentação por correio para o endereço do Assembleias Online, conforme referido no e-mail.

e) Assim que sua documentação for validada pela equipe do portal “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.

f) Após emitido o certificado, o acionista já estará pronto para votar, via internet, nas Assembleias Gerais.

### **Passo 3 – Votação na Assembleia pela plataforma**

O processo de cadastramento terá início em 13 de abril de 2015, décimo dia útil após a 1ª publicação do Edital de Convocação e após concluído, os acionistas validados terão o período de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia Geral, para exercer o seu voto através do sistema. Neste caso, o acionista recebe por e-mail o comprovante de seu voto.

As informações relativas aos procuradores que exerceram o direito de voto e as maneiras de manifestações de voto são foram indicados acima.

Em caso de dúvida, favor contatar: Flávia Menezes de Oliveira - Gerente de Relações com Investidores, telefone: 55-21-3311-9700, e-mail: [ri@estacioparticipacoes.com](mailto:ri@estacioparticipacoes.com)

Endereço da Sede: Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, sala 601, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22775-040.

**9. Modelo de Procuração****PROCURAÇÃO**

Por este instrumento de Procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), neste ato nomeia e constitui como procurador:

**1) Aníbal José Grifo de Sousa**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 126.120, emitida em 17/06/2004 pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.381.497-11 e **Thiago Reis Virgínio**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 190.036, expedida pela OAB/RJ em 07/11/2014, e inscrito no CPF/MF sob o nº 124.324.987-04, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/ RJ, para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo (a) acionista Outorgante;

**2) Viviane Pires de Souza Araujo**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 144.479, expedida pela OAB/RJ em 16/06/2008, e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.590.067-40, e **Daniel Bayer**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 110.331, expedida pela OAB/RJ em 15/05/2009, e inscrito no CPF/MF sob o nº 925.318.497-34, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/ RJ, para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo (a) acionista Outorgante; e

**3) Simone Wilches Braga**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 97.249, emitida em 04/09/2009 pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 992.969.427-72 e **Diogo Pereira de Oliveira**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 188.068, expedida pela OAB/RJ em 17/06/2014, e inscrito no CPF/MF sob o nº 119.459.517-02, ambos residentes e domiciliados na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/RJ, para ABSTER-SE nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo (a) acionista Outorgante.

Outorgando-lhes poderes específicos para, comparecer, examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. (a “COMPANHIA”), sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.807.432/0001-10, com sede na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, sala 601, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a serem realizadas em primeira convocação no dia 28 de abril de 2015, às 11 horas, na sede da COMPANHIA, ou em segunda convocação, em data e horário a serem definidos, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, a cerca das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) quanto à apreciação do Relatório Anual da Administração, das contas dos administradores, e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(ii) quanto à deliberação sobre a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos e a retenção do saldo remanescente do lucro líquido para fazer frente ao orçamento de capital, tudo relativo ao exercício encerrado em 31.12.2014, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(iii) quanto à aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2015, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(iv) quanto à instalação e eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote em relação a chapa apresentada pela administração da Companhia:

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(v) quanto à fixação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(i – a) quanto à ratificação da aquisição da totalidade por meio da controlada da Companhia, a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), das quotas do capital social da Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio de Belém, nova denominação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01.07.2014, bem como de todos os atos e deliberações tomadas pela administração da Companhia, necessários à condução e implementação da aquisição acima referida, incluindo mas não se limitando à contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração dos laudos de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei nº 6.404/76, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote;

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(i - b) quanto à ratificação da aquisição da totalidade por meio da controlada da Companhia, a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), das quotas do capital social do Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicef Ltda., cuja denominação social está em fase de alteração para Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda., mantenedora da Faculdade Estácio do Amazonas, nova denominação da Faculdade Literatus, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07.08.2014, bem como de todos os atos e deliberações tomadas pela administração da Companhia, necessários à condução e implementação da aquisição acima referida, incluindo mas não se limitando à contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração dos laudos de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei nº 6.404/76, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote;

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

(i - c) quanto à ratificação da aquisição da totalidade por meio da controlada da Companhia, a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), das quotas do capital social do Centro de Ensino Unificado de Teresina Ltda., mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas Teresina, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18.11.2014, bem como de todos os atos e deliberações tomadas pela administração da Companhia, necessários à condução e implementação da aquisição acima referida, incluindo mas não se limitando à contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada para a elaboração dos laudos de avaliação, em atendimento às finalidades do art. 256 da Lei nº 6.404/76, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote;

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA

( ) ABSTENHA-SE

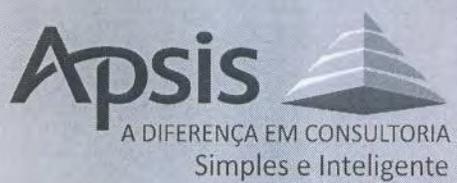
(ii) quanto à ratificação da manutenção da dispensa da aplicabilidade do art. 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações e do art. 2º, §3º da Instrução CVM nº 367/02 concedida em 01.07.2014 pelos acionistas da Companhia aos Conselheiros Srs. Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher, em razão de autorização concedida pelo Ministério da Educação – MEC para operar uma nova faculdade na cidade de Araçatuba, São Paulo, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote;

( ) A FAVOR  
( ) CONTRA  
( ) ABSTENHA-SE

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária agendadas para o dia 28 de abril de 2015, quer em 1ª ou em 2ª Convocação (neste caso, em data e horário a serem definidos, conforme necessário), e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas. O presente instrumento de mandato tem prazo de validade por 2 (dois) meses, a partir da presente data.

[local], [dia] de [mês] de 2015.

**[INSERIR NOME DO OUTORGANTE]**

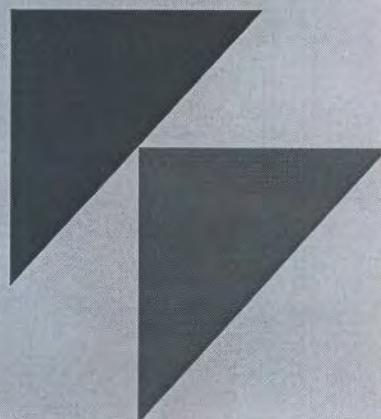


**Proposta Comercial**

**AP - 0168/15 A**

**Empresa: ESTÁCIO  
PARTICIPAÇÕES S/A**

**A/C: Sr. Ricardo Fernandes  
Bahiana**



13 de março de 2015.

**ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A**

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199 - 6º andar - Barra Da Tijuca  
Rio de Janeiro - RJ

A/C: Ricardo Fernandes Bahiana

Prezado Ricardo,

Conforme solicitado, temos a satisfação de apresentar a nossa proposta para prestação de serviços.

**SOBRE A APSIS**

A Apsis é uma empresa que atua no mercado desde a década de 70, prestando serviços integrados em consultoria patrimonial para empresas no Brasil e exterior.

Comprometida com um rigoroso padrão de qualidade, a APSIS oferece um atendimento ágil e personalizado. Nossa grande experiência nos diversos setores da economia nos ajuda a identificar com clareza as necessidades de sua empresa, e propor soluções simples e inteligentes que atendam aos requisitos do seu negócio.

Nossas avaliações são feitas por uma equipe multidisciplinar, altamente qualificada e atualizada com as mudanças e necessidades do mercado, de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS, publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com os Comitês de Pronunciamento Contábeis, ABNT e demais normas e regulamentos relacionados.

Fazemos parte da diretoria do Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN) da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC).

Somos membro independente da Morison International, uma associação global de empresas de contabilidade, auditoria e consultoria, que está presente em 65 países com mais de 90 associados.



An independent member of

**Morison International**

## 1. Escopo do projeto

### 1.1. Entendimento da situação

Conforme entendimentos mantidos, a Estácio Participações S/A realizou a aquisição de 03 (três) empresas, a saber:

- Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT") mantenedor da Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina - FACULDADE CEUT ("CEUT").
- Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda ("UNICEL") mantenedora da Faculdade Literatus - FAL ("LITERATUS").
- Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda ("ORPES") mantenedora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM ("IESAM").

A APSIS foi procurada para elaboração dos laudos societários para suportar as operações acima mencionadas.

### 1.2. Descrição do projeto

Elaboração de laudo de avaliação para determinação do valor de LITERATUS, IESAM e CEUT adquiridas pela Estácio Participações S/A, conforme disposto pelo artigo 256 da Lei das S/A (Lei 6.404/76).

**Observação:** Vale ressaltar que serão elaborados laudos na versão português e inglês.

### 1.3. Documentação necessária

- ✓ Estatuto e/ou contrato social da(s) empresa(s) envolvida(s);
- ✓ Racional detalhado e valor da aquisição (ágio registrado);
- ✓ Balancetes analíticos das empresas envolvidas na análise (inclusive coligadas e controladas) na data da avaliação;
- ✓ Demonstrações contábeis da(s) empresa(s) dos últimos exercícios;
- ✓ Projeções de fluxo de caixa da(s) empresa(s) objeto da análise (se houver);
- ✓ Identificação dos ativos e passivos a serem avaliados; e
- ✓ Laudo de alocação do preço pago nas empresas adquiridas (CPC-15).

1.4. Caso a documentação e/ou informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho proposto não sejam fornecidas pelo cliente, e sua obtenção ou elaboração resulte de horas adicionais de trabalho da equipe APSIS envolvida no projeto, as referidas horas serão apuradas e cobradas conforme tabela de valor hora/homem vigente. O mesmo ocorrerá quando a documentação ou informações forem substituídas após o início da execução do projeto.

1.5. Qualquer trabalho não descrito no escopo da presente proposta, direta ou indiretamente relacionado ao escopo aqui proposto, que venha a ser realizado pela APSIS por solicitação do Cliente, será cobrado como horas adicionais de trabalho da equipe APSIS

envolvida no projeto ou, caso solicitado, poderá ser objeto de nova proposta. As referidas horas serão apuradas e cobradas conforme tabela de valor hora/homem vigente.

1.6. O escopo da proposta não inclui horas para esclarecimentos à Auditoria. As horas que se fizerem necessárias serão cobradas conforme tabela de valor hora/homem vigente.

## 2. Metodologia

Apesar das consideráveis diferenças entre as metodologias de avaliação, todas elas derivam de um mesmo princípio: o da substituição, que prevê que nenhum investidor pagará, por um bem, valor superior ao que pagaria por outro bem substituto e correspondente. Abaixo um resumo das metodologias de avaliação:

- **Abordagem de mercado** - Visa comparar a empresa em análise com outras recentemente vendidas ou em oferta no mercado (múltiplos ou cotação em bolsa).
- **Abordagem dos ativos** - Visa analisar os registros contábeis e avaliar o valor do patrimônio líquido contábil ou o valor do patrimônio líquido a valor de mercado. Sendo este último o valor do patrimônio líquido, considerados os ajustes efetuados para os ativos e passivos avaliados (diferença entre os saldos líquidos contábeis e os valores de mercado).
- **Abordagem da renda** - Também conhecida como fluxo de caixa descontado. O valor de mercado da empresa nesta metodologia é igual ao somatório de todos os benefícios monetários futuros que ela pode oferecer a seu detentor (valores futuros convertidos a valor presente, através de uma taxa apropriada).

O quadro a seguir resume as metodologias antes descritas e aponta suas indicações, dificuldades e vantagens. A APSIS determinará a metodologia mais indicada ao objetivo proposto.

ABORDAGEM	MERCADO	MERCADO	ATIVOS	RENDA
MÉTODO	Múltiplos	Cotação de Ações	PL a Mercado	Fluxo de Caixa Descontado (DCF)
INDICAÇÃO	Setor gera múltiplos indicadores Mercado relevante de empresas similares	Empresa negociada em bolsa Mercado significativo de empresas comparáveis	Empresa intensiva em capital Empresa gera pouco valor pela atividade operacional	Empresa geradora de caixa O risco da empresa pode ser mensurado (taxa de desconto)
VANTAGENS	Análisa como os investidores e demais players percebem o mercado Valores de transações contemplam prêmio de controle e liquidez	Contempla tendências do mercado e expectativa de resultados futuros Informações disponíveis ao mercado	Avaliações feitas com base no histórico da empresa (conservadorismo) Método conservador de avaliação	Flexibilidade para mensurar as oportunidades, vantagens competitivas, crescimento e perfil de negócios Reflete o retorno esperado, em função do risco (setor, empresa e país)
DIFICULDADES	Segregar dos valores de transações, parcelas referentes a prêmio de controle e liquidez Amostra limitada, poucas são as empresas realmente compráveis (similares)	Empresas similares podem apresentar diferentes perspectivas Mercados emergentes são afetados por variáveis macroeconômicas de curto prazo	Avaliação de empresas não auditadas Não contempla tendências e potencialidades econômicas	Mudanças macro e microeconômicas afetam cenários projetados Sensibilidade: estrutura de capital e taxa de desconto

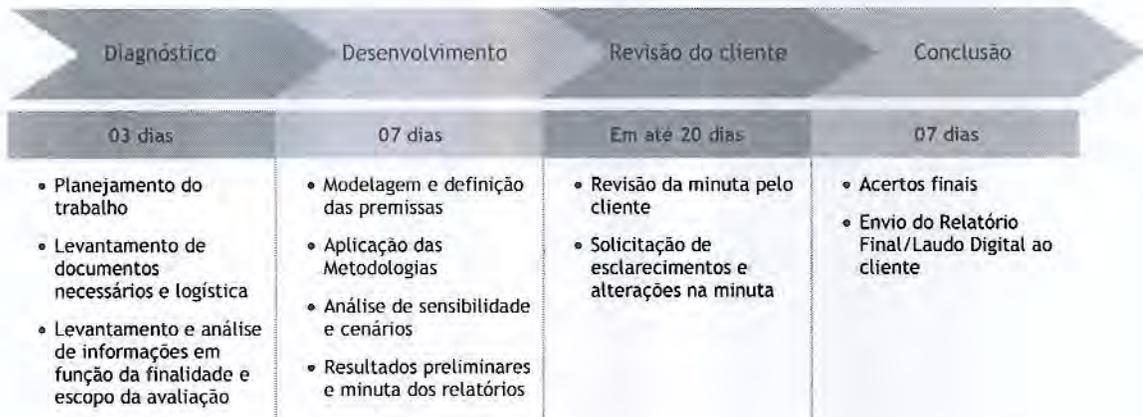
### 3. Apresentação do Serviço

O relatório final será apresentado sob a forma de Laudo Digital, ou seja, documento eletrônico em PDF - *Portable Document Format* com certificação digital\*, e ficará disponível em ambiente exclusivo do cliente em nossa *extranet* pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Caso o cliente solicite, a APSIS disponibilizará, sem custo, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento impresso em uma via original.

\* **Certificação Digital:** tecnologia de identificação que permite que transações eletrônicas dos mais diversos tipos sejam realizadas considerando sua integridade, sua autenticidade e sua confidencialidade, de forma a evitar que adulterações, captura de informações privadas ou outros tipos de ações indevidas ocorram.

### 4. Cronograma



### 5. Prazo

5.1. Conforme cronograma constante na Cláusula Quarta, a APSIS apresentará minuta do(s) relatório(s) no prazo de 10 (dez) dias úteis (Fases de Diagnóstico e Desenvolvimento), levando-se em consideração que a Contratante e/ou envolvidos disponibilizará (ão) todas as informações necessárias à realização do trabalho.

5.2. Ao receber a minuta do laudo, o cliente terá o prazo de até 20 (vinte) dias para solicitar esclarecimentos e aprovar a minuta para emissão do laudo final. Decorrido o referido prazo, a Apsis poderá considerar o trabalho como encerrado, ficando, desde já, autorizada a emitir a fatura final, independentemente da emissão do laudo final. Após a aprovação da minuta, a Apsis terá o prazo de 07 (sete) dias para a emissão do relatório final.

5.3. O início dos serviços se dará com o aceite expresso a presente proposta, pagamento do sinal e recebimento da documentação integral necessária ao seu desenvolvimento.

5.4. Alterações solicitadas após a entrega do Laudo Digital estarão sujeitas a novo orçamento.

## 6. Honorários

6.1. Os honorários profissionais para a execução dos serviços, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), correspondem a R\$ 58.700,00 (cinquenta e oito mil e setecentos reais), a serem pagos da seguinte forma:

- ✓ 50% (cinquenta por cento) do valor total, no aceite da presente proposta;
- ✓ 30% (trinta por cento) do valor total, na entrega da minuta do trabalho; e
- ✓ 20% (vinte por cento) do valor total, na entrega do Laudo Digital ou após o decurso de 20 (vinte) dias após a entrega da minuta, o que ocorrer primeiro.

6.2. Para cada etapa mencionada acima, o vencimento da fatura correspondente ocorrerá em 05 (cinco) dias contados de cada evento que deu origem à cobrança. Após o vencimento, serão cobrados juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor líquido da nota fiscal mais 2% de multa sobre o valor da fatura pelo inadimplemento.

6.3. As atividades que extrapolarem o escopo previsto serão informadas ao cliente e cobradas mediante emissão de relatório de atividades pela APSIS, contendo data, descrição das atividades e tempo utilizado.

## 7. Validade da Proposta

A presente proposta é válida pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

## 8. Confidencialidade

A APSIS responsabiliza-se pela manutenção do mais absoluto sigilo com relação às informações confidenciais que venha a conhecer por ocasião da execução dos serviços. Para efeitos desta proposta, serão consideradas informações confidenciais toda e qualquer informação a que a APSIS venha a ter acesso em função dos serviços a serem prestados, direta ou indiretamente. As informações confidenciais incluem todo o tipo de divulgação oral, escrita, gravada e computadorizada ou divulgada por meio de qualquer outra forma pelo cliente ou obtida em observações, entrevistas ou análises, incluindo, apropriadamente e sem limitações, todas as composições, maquinários, equipamentos, registros, relatórios, esboços, uso de patentes e documentos, assim como todos os dados, compilações, especificações, estratégias, projeções, processos, procedimentos, técnicas, modelos e todas as incorporações tangíveis e intangíveis de qualquer natureza.

## 9. Condições Gerais

9.1. Os parâmetros básicos pertinentes ao escopo do serviço serão definidos imediatamente após o aceite desta proposta, para permitir o planejamento dos trabalhos a serem executados.

9.2. O escopo deste trabalho não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados pelos auditores do cliente.

9.3. A presente proposta poderá ser rescindida, desde que em comum acordo entre as Partes. Neste caso, será devido à APSIS o pagamento dos honorários estabelecidos na Cláusula Sexta proporcionalmente aos trabalhos já realizados.

9.4. As despesas com viagem e hospedagem fora do Grande Rio e São Paulo, caso necessárias para a realização dos serviços, **não** estão inclusas no valor da presente proposta/contrato, e serão cobradas à parte, estando, todavia, sujeitas à aprovação prévia do cliente. Caso estas providências sejam de responsabilidade da APSIS, estas despesas serão cobradas por meio de nota de débito, com apresentação dos comprovantes, as quais serão isentas da incidência de quaisquer tributos por não constituírem o objeto da presente contratação.

9.5. Fica eleito o foro da Capital da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa surgir na efetivação da presente proposta/contrato, bem como todos os casos não previstos no presente instrumento.

## 10. Aceite e Contrato

Aceita a proposta, deverá a mesma ser subscrita pelo Representante legal da empresa solicitante e restituída à empresa contratada, acompanhada de toda a documentação necessária para o início da realização dos trabalhos.

Restituída a presente proposta à contratada, adquire a mesma, forma de contrato, nos moldes da legislação civil em vigor.

E por estarem justos e acertados, os representantes legais das empresas assinam a presente proposta, que será automaticamente convertida em contrato de prestação de serviços, com 08 folhas e 02 vias.

Aguardando um pronunciamento de V.S.as, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,



LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA  
Vice-Presidente Técnico



ANTÔNIO LUIZ FEIJÓ NICOLAU  
Diretor

Aceite:

\_\_\_\_\_

(Local / Data)

\_\_\_\_\_

Representante Legal

CNPJ da empresa contratante:

Testemunha 01:

CPF:

Testemunha 02:

CPF:

RIO DE JANEIRO - RJ  
Rua da Assembleia, 35/12º andar  
Centro, CEP: 20011-001  
Tel.: + 55 21 2212-6850

SÃO PAULO - SP  
Av. Angélica, 2503 - Conj. 42  
Consolação, CEP: 01227-200  
Tel.: + 55 11 3662-5453